

**A Política Social Brasileira Contemporânea à Luz da
Teoria Marxista da Dependência**

Aline Rodrigues Vitorino

**Dissertação de Mestrado em Política Social
Mestrado em Política Social
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Vitória
Junho 2016**

A Política Social Brasileira Contemporânea à Luz da Teoria Marxista da Dependência

Aline Rodrigues Vitorino

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em de de 201.... por:

Prof^a. Dra. Renata Couto Moreira – Orientadora, UFES

Prof^a. Dra. Bianca Aires Imbiriba di Maio Bonente – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Silvia Neves Salazar – Universidade Federal do Espírito Santo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Vitória, de de 201.....

Vitorino, Aline Rodrigues, 1988

A Política social brasileira contemporânea à luz da Teoria Marxista da Dependência. [Vitória]
2016

viii, 109 p. 29,7 cm. (UFES, M. Sc., Política Social, 2016)

Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, PPGPS.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui os meus agradecimentos a todos àqueles que diretamente me ajudaram a construir este trabalho que fora realizado em meio a tantos contratemplos, por isso a necessidade de um sincero e redobrado reconhecimento.

Primeiro aos professores que conseguiram transformar uma ansiedade de ideias críticas à possibilidade ordenada de análise aqui construída. Agradeço às orientações do professor Luiz Jorge Vasconcellos, pelas primeiras direções dadas para que este trabalho viesse a ser elaborado. À minha orientadora Renata Couto Moreira, não apenas por suas sugestões e críticas que ajudaram a construir este texto, como também por sua compreensão pelo processo como este trabalho fora construído; deixo aqui meu reconhecimento à sua orientação.

Todavia, juntamente com meus orientadores, outros professores influenciaram diretamente e positivamente na construção deste projeto. Portanto, agradeço também pela colaboração das orientações realizadas pelo professor Thiago M. Mandarino realizadas desde a fase da Graduação, e pela professora Bianca A. Imbiriba Bonente, quem pela qualificação resolveu várias questões e delimitou tantos outros apontamentos.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a todos os professores que, por meio do programa pude conhecer e que influenciaram no aprofundamento dos meus estudos e anseios críticos. Deixo aqui também minha sincera gratidão a todos os colegas que fiz e revi através do Mestrado compartilhando teorias, ansiedades pessoais e políticas.

Por último, e em especial, à minha família (pai, mãe, irmão e marido), a quem sem o suporte emocional e material eu jamais teria trilhado este caminho. Portanto, deixo aqui meu agradecimento, essencialmente, ao meu companheiro Claudinei, quem nesta caminhada, diante das dificuldades e contradições impostas pelo mundo em que vivemos, abriu mão de seu sonho para orientar o meu. Muito obrigada!

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fabula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando com um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os.

(GALEANO, 1981).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de demonstrar a contribuição da Teoria Marxista da Dependência para se analisar a política social brasileira na contemporaneidade. Afinal, a atualidade da dinâmica mundial está diretamente associada à resposta que o capitalismo procurou construir para sua última grande crise estrutural, dada no final dos anos 60 e início dos 70 do século passado: os elementos articulados em práticas neoliberais da economia, que passaram a caracterizar ‘as novas estratégias de desenvolvimento’ do capitalismo desde então. Todavia, o importante a ser observado através dos estudos da Teoria Marxista da Dependência é que a estratégia neoliberal de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo acabou por aprofundar a dependência brasileira, dada a complexificação dos condicionantes histórico estruturais e conjunturais da dependência frente a necessidade de reverter os problemas de valorização nas economias centrais devido a crise. O que este trabalho também pôde evidenciar, ao desenvolver sobre a análise da política social atual no Brasil à luz da Teoria Marxista da Dependência, é que ela (a análise da política social) comprova igualmente o aprofundamento das relações dependentes existentes no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: Dependência política. Política social (Brasil). Desenvolvimento político.

ABSTRACT

This work wants to demonstrate contribution of the Marxist theory of dependency to analyze the Brazilian social policy in nowadays. Therefore, the world's dynamic is directly associated with the answer that capitalism built on his major last structural crisis, who began in the late 60 and early 70 of last century: the articulated elements of neoliberal practices of the economy, which started to characterize the new development strategies of the capitalist. But the most important thing of the Marxist theory of dependency studies, is that the neoliberal strategy of development of contemporary capitalism, it started to increase Brazil's dependence, because of that the historical increase of dependence and the need to reverse the problems of recovery in developed central economies because of the crisis. This study also shows by building on the analysis of current social policy in Brazil based on the Marxist theory of dependency, who (the analysis of social policy) also proves the increase of existing dependent relationships in contemporary Brazilian economic development model.

Keywords: Political dependence. Social policy (Brazil). Political development.

LISTA DE SIGLAS

BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CSSL	Contribuição Social sobre o Líquido
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FMI	Fundo Monetário Internacional
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
LBA	Legião Brasileira da Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MPS	Ministério da Previdência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PELOP	Política Operária
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
SMN	Salário Mínimo Necessário
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
SUS	Sistema Único de Saúde
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A SINGULARIDADE DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA PARA SE ENTENDER A REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	16
1.1 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: ALGUNS ELEMENTOS COMPREENDER A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	19
1.2 CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DA DEPENDÊNCIA: TRANSFERÊNCIA DE VALOR, SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SUBIMPERIALISMO	25
1.2.1 Evidências da transferência de valor e da superexploração na contemporaneidade brasileira	33
2 A ESPECIFICIDADE DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE BRASILEIRO	39
2.1 UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA REALIDADE BRASILEIRA	39
2.2 O NEOLIBERALISMO E A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA	46
2.3 A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, UMA ANÁLISE DA CONCRETUDE	50
3 A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	60
3.1 O SURGIMENTO E A EXPANSÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO MUNDO	60
3.2 A ESPECIFICIDADE DA ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA E REBATIMENTOS NA POLÍTICA SOCIAL	65
3.3 O CARÁTER DEPENDENTE DO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS	69
3.3.1 Os elementos estruturais do caráter dependente da política social brasileira: um breve apontamento sobre o Estado e luta de classe no país	72
3.4 ANOS 1980, A RECONFIGURAÇÃO NA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA: UM NOVO PADRÃO?	79
3.5 A ATUALIDADE BRASILEIRA: NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E DEPENDÊNCIA	85
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100

REFERÊNCIAS	105
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A história da consolidação e do desenvolvimento do capitalismo latino-americano se deu de forma distinta dos países de capitalismo central, pois respondeu às suas especificidades geográficas, históricas e socioeconômicas, assim como à sua forma peculiar de inserção no capitalismo internacional. Isso porque o próprio desenvolvimento do capitalismo no país deu-se em um período muito mais avançado em relação ao desenvolvimento do sistema em nível mundial, sendo submetido, portanto, a uma relação desigual e combinada¹ existente entre centro e periferia do capitalismo, em que o Brasil se apresenta no eixo periférico da economia mundial enquanto um país de economia dependente. Logo, desta relação desenvolveram-se muitos dos problemas sociais que assolam o país até os dias atuais.

Este debate que expõe os fundamentos e os resultantes da hierarquização da economia mundial tem sido desconsiderado, principalmente, por discursos carregados pelo ideário desenvolvimentista, uma vez que acaba realizando uma análise empírica e quantitativa sobre o desenvolvimento.

A realidade posta aos países latino-americanos não pode ser analisada pelas mesmas teorias que se atentaram para as realidades europeias, asiáticas ou africanas, pois entender o que conforma a dinâmica socioeconômica da América Latina é um esforço a parte e singular, o que para a Teoria Marxista da Dependência traduziu-se de forma *sui generis*. Neste sentido, o esforço de se entender a configuração socioeconômica brasileira contemporânea requer um estudo teórico adequado a tal proposta, por uma via de análise que não apenas considere, mas centralize suas especificidades, sendo defendida aqui a Teoria Marxista da Dependência como necessária para tal análise. Consequentemente, este é o empenho deste trabalho, em demonstrar a contribuição da Teoria Marxista da Dependência em sua análise a respeito da contemporaneidade socioeconômica brasileira, podendo assim utilizá-la como instrumento

¹ Bonente (2011) traz em seu estudo a categoria desenvolvimento desigual – referenciada em Marx e Lukács – como a relação entre complexos e, mais especificamente, aos graus diferentes de desenvolvimento dos complexos que compõem uma totalidade. “Esse não é, no entanto, o emprego mais usual da categoria. Sua versão mais disseminada é aquela difundida, em parte, por teorias inspiradas nos trabalhos de Lênin, Trotsky, entre outros, e na noção de desenvolvimento desigual e combinado. Nesses autores, observamos a utilização do termo tanto para descrever o processo histórico por meio do qual, determinados países realizaram tardiamente a transição para o modo de produção capitalista, combinando setores ‘modernos’ e ‘atrasados’ em seu interior, quanto para tratar da desigualdade de desenvolvimento (econômico) entre nações” (BONENTE, 2011, p. 21). Sendo que para o debate desenvolvido neste trabalho, os estudos sobre o desenvolvimento desigual e combinado teorizado por estes autores, também foram incorporados junto às análises aqui realizadas.

para analisar a atual conjuntura da política social no país, que em específico apresenta-se como interesse de estudo deste trabalho.

Contudo, para entender a contemporaneidade em quaisquer de suas variadas dimensões (política, econômica, cultural, social, etc.) é necessário contextualizar as recentes transfigurações que o capitalismo mundial tem passado. Conseqüentemente, tal estudo requer analisar, mesmo que sucintamente, as últimas quatro décadas – o que necessariamente estende o período compreendido aqui por contemporâneo –, sem as quais seria impossível entender o processo de acirramento da dependência brasileira frente ao capital internacional e suas conseqüências para a formatação da política social na atualidade.

Afinal, as últimas décadas têm sido singularizadas perante a crise sistêmica (asseverada desde meados 1970²), assim como pelas respostas desenvolvidas pelo capitalismo para tentar recompor as condições de sua acumulação ampliada, ou seja, muitas das características fundamentais da produção e reprodução da vida social atual são resultados das transfigurações que o capitalismo vem apresentando desde então. Por isso, estudar a contemporaneidade requer considerar este período em que as características fundamentais do capitalismo contemporâneo começaram a ser delineadas (final da década 1960 e início de 1970).

Neste sentido, o capitalismo começou a dar sinais o capitalismo começou a dar sinais acentuados de um comportamento cíclico descendente³, o que, segundo Mandel (1990), fora a primeira grande crise generalizada após a Segunda Guerra Mundial. Tal fator acabou por surpreender muitos teóricos que defendiam que o capitalismo havia encontrado o seu ponto ótimo de equilíbrio e superado suas contradições, já que o estabelecimento e desenvolvimento

² É preciso destacar que, o grande clímax da crise cíclica do capital tenha se dado na década de setenta, primordialmente considerada entre 1974-1975, esta já dava seus sinais desde a década de 1960 (BONENTE, 2011).

³ As crises cíclicas do capitalismo são o resultado do desenvolvimento das suas próprias contradições. Através destas que se revelam distúrbios no processo de produção e na realização das mercadorias, mas desta interrupção desencadeia-se o processo seguinte, que seria a recomposição para retomada do processo de valorização e, ao mesmo tempo, estabelece os pressupostos de uma crise futura, o que fornece à crise uma característica cíclica. Na lógica capitalista, a busca pela acumulação ampliada leva a uma produção ilimitada de mercadorias. Contudo, esta se constitui na própria razão que desencadeia a crise, uma vez que o crescimento dos mercados não acompanha proporcionalmente o crescimento da produção, pela própria contradição inerente ao capitalismo existente entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação. Dessa forma, as crises capitalistas se definem como uma superacumulação, isto é, uma superprodução de capital incapaz de continuar obtendo seus níveis de lucratividade anteriores. Superprodução de capital e redução da taxa de lucro são características das crises de superacumulação de capital, o que, por sua vez, provocam uma expansão da concentração/centralização do capital, resultando em um crescimento da composição orgânica média do capital, o que reforça a queda da taxa de lucro do sistema (CARCANHO, 2008).

do *Welfare State* fez com que muitos destes teóricos interpretassem os ‘anos gloriosos’ como tendência estrutural que se perpetuaria. Para a surpresa de muitos, a década de 1970 acabou contrariando tais perspectivas ao reafirmar o caráter inerentemente cíclico da acumulação capitalista (CARCANHOLO, 2008).

A partir deste período o mundo passou a enfrentar a crise cíclica do modo de produção, que traz em seu comportamento a superprodução de capital e a redução da taxa de lucro enquanto características próprias de uma crise de superacumulação de capital (CARCANHOLO, 2008). Diante deste instável cenário econômico, da consequente busca de uma acumulação ampliada e da disputa apresentada entre distintos projetos societários e estratégias econômicas, é que se estabeleceu enquanto triunfo a alternativa pelo reparo da lógica capitalista, que exigia superar duas grandes dificuldades. Primeiramente, a condição de queda da taxa de lucro, que procurou ser resolvida via desregulamentação e flexibilização dos mercados – principalmente o mercado de trabalho reduzindo os custos salariais que eram elevados nos tempos do *Welfare State*, com uma política tributária regressiva, desonerando os altos rendimentos; e a implementação da reestruturação produtiva, baseada na redução do tempo de rotação do capital (CARCANHOLO, 2008).

O segundo aspecto da crise, que seria a superprodução de capital, foi enfrentada através do redirecionamento do capital produzido em excesso para outra esfera de acumulação. Daí o destaque dado desde então ao setor do financeiro – e também o que explica porque naquele momento houve paralelamente o estabelecimento dos processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças em ritmo acelerado. “A expansão do capital fictício dentro do que alguns chamam de financeirização, em busca da apropriação financeira cada vez menos baseada no processo direto de produção de mercadorias, é a resposta do capital a esse outro aspecto de sua própria crise” (CARCANHOLO, 2008, p. 251).

Em linhas gerais, este foi o cenário econômico mundial da década de 1970. Contudo, a crise permanecera pungente nos anos que se passaram – apesar das alternativas instauradas para contê-la –, ainda que de forma inconstante, pois esta alterava sua gravidade de acordo com seu comportamento cíclico. Por isso mesmo, a década de 1980 ainda representava para a dinâmica capitalista a necessidade de mudanças; afinal, os capitalistas permaneciam em sua busca por um retorno aos seus antigos níveis de acumulação, que em outrora foram possíveis.

Contudo, em acréscimo a este cenário, na virada dos anos de 1989 para 1990, o mundo passou por outra onda de transformações – como a ‘derrocada’ das experiências socialistas e o contínuo desaquecimento das economias dos países centrais –, o que deixava claro que a economia não havia recuperado sua força de firme e contínua acumulação produtiva, ao contrário, a recessão mostrava-se de volta. Deste modo, era imprescindível para os países de capitalismo avançado encontrar um novo mercado para o capital ocioso. É neste momento que a América Latina apresentava-se, mais do que nunca, como fonte externa de extração de mais-valia.

As transfigurações desencadeadas no sistema capitalista nestes períodos (1980-1990) acabaram por ratificar a dinâmica existente na relação entre os países centrais e periféricos. Desde a década de 1980 estabeleceram-se novas formas de transferência de recursos da periferia para o centro, que foram acentuadas na década seguinte. Portanto, como decorrência direta da lógica neoliberal instaurada, seguiu-se a crise da dívida externa desencadeada nas economias dos países periféricos, as constantes e crescentes remessas de lucros e dividendos que estes enviavam de suas transnacionais para suas matrizes nos centros econômicos, além da visualização da periferia latino-americana enquanto espaço para a expansão dos mercados, por meio de acordos comerciais – por exemplo, Nafta e Alca (CARCANHO, 2008).

Diante do quadro exposto entende-se que, se o processo de reestruturação produtiva foi de certa forma – respeitando aqui o movimento dialético da crise – a saída encontrada pelo sistema para aumentar a rotação do capital, o neoliberalismo, enquanto mecanismo político, ideológico e econômico, teve a funcionalidade de garantir a lucratividade dos centros, desregulamentando e flexibilizando seus mercados e pressionando os demais países – principalmente os periféricos – a reproduzirem tais processos e a abrirem seus mercados comerciais e financeiros. Na verdade, como diz Carcanholo (2008, p.252), “[...] a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são duas interfaces de uma mesma resposta do capital à sua própria crise, sendo que esta resposta perpassa a década de 1980, 1990 e permanece vigente nos dias atuais”.

Quando se entende que as mudanças generalizadas do sistema capitalista têm alterado significativamente as condições de produção e reprodução de vida dos trabalhadores do mundo todo, pensar a situação dos países inseridos de forma subordinada na economia mundial – como é o caso dos países latino-americanos, dentre os quais se destaca o Brasil – torna-se um exercício à parte que se faz necessário para se entender essa realidade que é tão

distinta. Se a realidade mundial tem sido asseverada pela atual conjuntura econômica do sistema capitalista, como pensar a realidade da dependência do Brasil neste processo? Mais especificamente, como pensar a política social brasileira dentro da configuração atual da dependência?

Se a política social desenvolvida no Brasil já possui uma conformação carregada por seus limites desenvolvidos pelas condições da dependência do país, como pensar esta lógica diante do ressurgimento do neoliberalismo, que reafirma muitos dos problemas estruturais – como aumento da concentração de renda e propriedade, do desemprego em massa, crescimento da pauperização, perda da autonomia decisória, etc. – e conforma o país sob uma nova dinâmica? Neste sentido, os estudos deste trabalho parte da hipótese de que na atualidade, no Brasil tem-se aprofundado e generalizado o capitalismo dependente dentro desta nova faceta do ideário imperialista da lógica sistêmica.

É, portanto, diante desta hipótese, que se propõe a construção deste estudo, entendendo que o neoliberalismo tem aprofundado a relação de dependência da periferia com os países centrais, e visualizando a realidade socioeconômica brasileira atual através da luneta teórica da dependência. Afinal, enquanto relevância científica importa destacar que, uma vez realizado um estudo prévio, percebeu-se a escassez de trabalhos que busquem entender a configuração da política social brasileira e seus limites dentro do que se apresenta para uma realidade de economia dependente. Assim sendo, parte-se aqui de uma teoria que possibilita entender esta ‘nova configuração’ a partir de seu método que procura não apenas apresentar a especificidade do Brasil, mas centralizar sua análise nestas especificidades para explicar a dependência brasileira e, portanto, também de suas consequências, de seus problemas sociais. Neste sentido, o esforço aqui é o de demonstrar a contribuição da Teoria Marxista da Dependência para se analisar a política social brasileira diante da realidade atual.

Para tanto, no Capítulo 1 da presente Dissertação será analisada a Teoria Marxista da Dependência em suas principais categorias, conceitos e termos utilizados pelos seus autores clássicos, como o próprio conceito de dependência, categorias como transferência de valor, subimperialismo e superexploração da força de trabalho. No intuito de contribuir com o debate a respeito da dependência brasileira na atualidade, faz-se necessário, antes de tudo, um resgate dos princípios clássicos abordados pelos autores fundantes da teoria para, em seguida, fazer sua contemporização, através da atualização destas categorias realizadas por autores

modernos, assim como uma análise da singularidade da dependência brasileira e de seus contornos nos dias atuais.

Seguindo a análise, o Capítulo 2 estudará a realidade socioeconômica do desenvolvimento dependente da economia brasileira buscando suas características fundamentais. Objetiva-se ressaltar, do ponto vista da economia política, alguns dos elementos definidores da realidade socioeconômica brasileira que estão presentes no ininterrupto e longo processo de objetivação do capitalismo dependente brasileiro, inclusive, na contemporaneidade socioeconômica do país.

Neste sentido, o terceiro capítulo apresentará a análise da política social no Brasil à luz da Teoria Marxista da Dependência, buscando delinear as nuances do caráter dependente das políticas sociais brasileiras em um breve histórico do seu desenvolvimento no país, traçando a relação existente entre as condicionantes estruturais da dependência e a própria formatação das políticas sociais no Brasil, historicamente engendrado no/pelo seu desenvolvimento socioeconômico, portanto, presente na contemporaneidade, na qual a reconfiguração da economia mundial repõe o papel das políticas sociais dentro da lógica da dependência atual.

Desta forma, este estudo contribui com suas considerações ao apontar as contradições e os limitantes da formatação da política social brasileira em sua atualidade, intensificados pelo modelo neoliberal de desenvolvimento; confirmando aqui sua hipótese, ao demonstrar o processo de aprofundamento e generalização do capitalismo dependente brasileiro e apontar as políticas sociais como mais um elemento de confirmação desta acentuação.

1 A SINGULARIDADE DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA PARA SE ENTENDER A REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

[...] na raiz desse fenômeno (de volta ao passado nacional desenvolvimentista), está a falência do pensamento de esquerda e sua incapacidade de oferecer a base teórica para a formulação de uma estratégia política adequada ao momento que vivem os povos da América Latina. [...] Reverter essa situação é tarefa hoje prioritária. Para isso, é necessário retomar o fio do pensamento crítico de esquerda naquele ponto em que alcançou o seu nível, mais alto e que correspondia à teoria marxista da dependência [...] (MARINI, 1992, p.100-101).

A Teoria Marxista da Dependência é estudada em sincronia com variadas correntes teóricas - quase sempre marcadas por suas heterogeneidades. Esta combinação acaba por ocorrer simplesmente pelo fato de terem, em sua centralidade, o estudo sobre o desenvolvimento capitalista. Entretanto, é necessário destacar que entre a Teoria Marxista da Dependência e os demais estudos sobre o desenvolvimento há diferenças teóricas e políticas imprescindíveis. As distinções contidas na análise do desenvolvimento econômico da realidade brasileira enquanto dependente da Teoria Marxista da Dependência, justificam a opção política e científica deste trabalho pelo estudo da teoria.

Neste sentido, o estudo sobre o desenvolvimento é caracterizado por não ser específico a um campo teórico, muito menos enquanto a uma temática recente. Afinal, ao longo da estruturação do modo de produção capitalista e de seu desenvolvimento foram elaboradas variadas teorias que se atentaram em explicar as formas que dinamizam e que permitem o avanço deste modo de produção. Contudo, há mais de meio século que esta temática passou a ser pauta primária entre os estudos predominantes das Ciências Econômicas; estas análises ganharam destaque e passaram a ser denominadas por ‘teorias do desenvolvimento’.

As teorias do desenvolvimento tidas como clássicas⁴ foram substancialmente produzidas no período histórico chamado Monopolista (mais precisamente de 1945 até o final da década de 1960), quando a disposição de outra lógica de acumulação recoloca o papel/função dos países periféricos ao capital. Se antes estes países eram apenas exportadores de matéria-prima, agora eles se apresentavam também como possíveis demandantes do capital produtivo, o que

⁴ É importante destacar que estas teorias foram elaboradas em uma vasta diversidade de formulações, que se adequaram de acordo com as diferentes linhas teóricas que cada uma vislumbra – seja ela liberal, keynesiana, Schumpeteriana, dentre outras – ou de acordo com o momento histórico que o capitalismo se encontra – em sua formação, em períodos prósperos ou diante de uma crise severa, por exemplo. Por isso mesmo, segundo Bonente (2011), as diversidades existentes entre as formulações teóricas também se apresentam na noção de desenvolvimento, no ideal de desenvolvimento e na estratégia de desenvolvimento que cada uma destas teorias carrega.

suscitou a preocupação em ‘desenvolver’ a economia de tais países e, conseqüentemente, fez brotar o debate sobre o desenvolvimento destas nações⁵. Por isso, neste momento houve a necessidade de reconhecer a existência de diferentes níveis de desenvolvimento econômico entre as nações para, desse modo, colocar o necessário debate de um receituário – realizado pelos países desenvolvidos – aos países da periferia do capital para se alcançar a prosperidade, passando de sua condição de subdesenvolvido para a de desenvolvido. A partir daí, nascem as ‘teorias clássicas do desenvolvimento’ (BONENTE; CORREA, 2009).

Estas teorias foram elaboradas em uma vasta diversidade de formulações, que se adequaram de acordo com as diferentes linhas teóricas que cada uma vislumbra – como a liberal, *schumpeteriana*, ou ainda a cepalina⁶. Contudo, os perfis desses estudos se destacam e se aproximam por terem uma análise empírica e quantitativa sobre o desenvolvimento. Estas teorias geralmente são analisadas a partir de levantamento de dados para estabelecer comparações quanto à superioridade ou à inferioridade entre povos/nações, além, é claro, da conceituação de desenvolvimento como ‘um juízo de valor subjetivo’, sendo visto como algo bom, realizável e, necessariamente, desejável. Portanto, como algo que deve ser alcançado e sua ausência, como algo ruim que deva ser superada (BONENTE, 2011).

Por isso mesmo, algumas destas análises costumam entender ‘economia periférica’ como sendo o país ou região que ainda não alcançou a plenitude do desenvolvimento capitalista. Assim, segundo elas, este país ou região acaba apresentando certo padrão de características, tais como: instabilidade econômica, fragilidade financeira, alta vulnerabilidade externa, ou ainda, altas concentrações de renda. Este padrão seria para estas teorias as anomalias de um país subdesenvolvido, vistas como possíveis de correção através de arranjos internacionais ou por políticas econômicas adequadas. Esta concepção procura desse modo, perceber o

⁵ Para melhor esclarecimento desta temática, ver: MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

⁶ A expansão da teoria econômica do desenvolvimento se deu mundialmente e passou também a ser adotada singularmente para explicar os estágios de desenvolvimento dos países da América Latina, assim como a relação existente entre estes e a economia global – relação centro x periferia. Deste modo, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelos abundantes estudos e estratégias desenvolvimentistas para a economia latino-americana – denominada por nacional-desenvolvimentismo –, o que foi uma consequência direta da influência dos estudos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Ou seja, para além das teorias do desenvolvimento consideradas clássicas, dentro o debate sobre desenvolvimento, destacam-se também os estudos promovidos pelas teorias que se dedicaram especificamente ao estudo do caso latino americano, gestadas, em sua maioria, no âmbito da CEPAL, que tinha como objetivo estudar os problemas específicos dos países da região e propor políticas para a promoção do desenvolvimento capitalista (BONENTE, 2011).

subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento, ou como “[...] um atraso em relação às experiências históricas de desenvolvimento” (CARCANHOLO, 2008, p. 253), conseqüentemente como algo possível a ser superado.

Ou seja, tais análises não identificam o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como fenômenos dialeticamente dispostos enquanto antagônicos e ao mesmo tempo complementares. Afinal, o caráter antagônico está presente no subdesenvolvimento pelo fato do desenvolvimento econômico de alguns países resultar precisamente do que determina o desenvolvimento econômico de outros; enquanto que a ideia de complementaridade está associada ao fato dos dois fenômenos (subdesenvolvimento e desenvolvimento) pertencerem à mesma dinâmica da acumulação de capital em escala mundial. Pois, conforme Santos (2000, p. 9) afirma:

Esta nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia, ao mesmo tempo, desenvolvimento e subdesenvolvimento.

É para esta dinâmica que constitui a dependência nos países periféricos que a Teoria Marxista da Dependência chamou a atenção. Para compreender o significado e o conteúdo desta teoria é, antes de tudo, necessário distanciar-se de toda e qualquer noção mais tradicional do termo ‘desenvolvimento’. Afinal, o seu diferencial, assim como seu avanço consiste justamente na negação destas análises historicamente tidas como convencionais pelas Ciências Econômicas. Portanto, diferenciando-se desta lógica, a Teoria Marxista da Dependência é atribuída à vertente teórica que interpreta a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial. Sua base teórica parte da teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, como também da teoria clássica do imperialismo e em outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial (CARCANHOLO, 2013).

Assim, foi possível, mesmo que breve, observar algumas distinções existentes entre as correntes teóricas a clássica e a Teoria Marxista da Dependência que estudam o desenvolvimento para assim destacar a especificidade da Teoria Marxista da Dependência e justificar sua relevância teórica e política no desenvolvimento deste trabalho. Uma vez que por meio desta corrente teórica é possível compreender o subdesenvolvimento/dependência em

seu caráter antagônico, portanto, assim negar os discursos historicamente propagados sobre a superação/transição de uma condição inferior de desenvolvimento para um nível superior, assim como compreender que os fundamentos que impõem a condição de periferia para as economias subdesenvolvidas, são as mesmas que possibilitam o desenvolvimento das economias centrais. Logo, a dependência não impede o desenvolvimento de um país, ela é a forma deste se desenvolver dentro da dinâmica existente do capitalismo na periferia latino-americana. Assim, "[...] a superação desta condição supõe, necessariamente, a supressão das relações de produção nela envolvida", conforme afirma Marini (2011, p.31).

1.1 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: ALGUNS ELEMENTOS PARA COMPREENDER A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

“A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p.47).

A Teoria Marxista da Dependência foi constituída e teve o seu auge nos anos 1960, sendo desenvolvida por vários pensadores latino-americanos dispostos a pensar a singularidade da realidade deste continente. Suas propostas metodológicas refletem uma identidade e um pensamento social próprio, que busca superar a simples aplicação de reflexões metodológicas ou propostas científicas importadas dos países centrais para uma práxis mais realista. Dentre seus principais e clássicos teóricos, destacam-se: André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini.

No Brasil, a trajetória da teoria se deu de forma distinta, uma vez que seus primeiros estudos desenvolveram-se em duas frentes: na política, pela Política Operária (POLOP) e na academia, com os estudos iniciais de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra - todos produzidos na Universidade de Brasília (UnB). Obviamente que essas duas frentes desenvolviam seus estudos em consonância, até porque estes pensadores integravam ambos os espaços – políticos e acadêmicos. Porém, entre muitos motivos e principalmente o Golpe de 1964, estes intelectuais e suas teorias foram banidos da Universidade Brasileira (CASTELO, 2013).

Para Castelo (2013), a coerção imposta pela ditadura no Brasil à Teoria Marxista da Dependência foi não somente responsável por eliminar o debate nacional dessas teses logo em seu nascimento, como também acabou fazendo com que diversas dessas pesquisas ficassem inconclusas, desarticulando, assim, a ligação orgânica que existia entre elas e as lutas sociais da classe trabalhadora na América Latina. O isolamento e a negação dada à Teoria Marxista da Dependência se estenderam pelos anos de 1980 e 1990 – por isso, nestes períodos os debates eram ainda bastante escassos ou desconhecidos.

Este quadro se altera no final dos anos 1990 e de forma mais intensa neste século XXI, conforme Castelo (2013) relata: a ascensão de movimentos populares latino-americanos; a relativa latino-americanização do debate intelectual brasileiro, além, obviamente, da acentuação da condição dependente das economias periféricas e das respectivas consequências deste processo – dentre tantas o aumento da miséria, da superexploração da força de trabalho, vulnerabilidade da economia brasileira frente a economia internacional etc. – como resultado da implantação intensa e generalizada da estratégia neoliberal de desenvolvimento; da crise econômica; e da crescente crítica ao neoliberalismo. Este novo cenário abriu a possibilidade para a (re)construção de teorias revolucionárias, estimulando uma nova geração de pensadores a construir o processo de retomada da Teoria Marxista da Dependência, inclusive “[...] tendo como papel de destaque na crítica à apologética retórica governista sobre o neodesenvolvimentismo” (CASTELO, 2013, p.17).

Se a retomada da Teoria Marxista da Dependência está posta, sua tarefa é compreender e reafirmar o que há algumas décadas conseguiu-se ocultar: a condição autêntica da realidade socioeconômica brasileira, que histórica e estruturalmente tem desenvolvido suas contradições no âmbito do que lhe é próprio, a dependência. Entender a realidade atual não se trata de recortar os últimos 40 anos, mas de apresentar quais os principais aspectos que conformam a economia brasileira, de modo a elucidar as contradições e aspectos determinantes para a reprodução da condição de dependência e suas consequências, para que só assim seja possível apresentar quais destas contradições têm se agudizado nas últimas décadas. Se não foi possível a superação desta relação – pelo contrário, a atualidade apresenta sinais de aprofundamento da dependência – observa-se na reprodução da lógica vigente, o que se espera de uma economia dependente, o desenvolvimento da dependência. Como afirma Santos (2000), é “[...] somente o desenvolvimento do subdesenvolvimento [...]”, assim como o acirramento das consequências de sua condição que esta estrutura pode produzir dentro dos moldes capitalistas.

Portanto, cabe aqui retomar os principais conceitos que a Teoria Marxista da Dependência apresenta sobre a realidade socioeconômica brasileira. Para se entender os principais e gerais aspectos sobre a situação do Brasil – dentro da lógica do continente latinoamericano – deve-se, como já exposto anteriormente, definir as categorias analítico-explicativas que sirvam de base, não para dar rigor a uma teoria do desenvolvimento – dentre tantas já desenvolvidas –, mas sim para fundamentar a Teoria Marxista da Dependência. Como esclarece Bambirra (2013), é necessário partir da conceitualização da própria categoria ‘dependência’.

Segundo Bambirra (2013), ao contrário da utilização desta categoria pela ‘ciência oficial’⁷, a Teoria Marxista da Dependência a redefine e a utiliza como categoria analítico-explicativa fundamental para entender a conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre os centros-hegemônicos e os países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais, as quais se caracterizaram por serem atrasadas e dependentes.

De maneira mais pormenorizada, Bambirra (2013) afirma que, para caracterizar a dependência, seriam necessários dois momentos: um primeiro que a reafirme como uma situação condicionante, uma vez que a dependência é vista como uma situação em que certo país ou região tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra subsumida, destacando que a situação de condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. Em segundo lugar, a dependência como elemento que também é responsável por condicionar certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais. Neste sentido, em termos gerais, reafirma-se pelas conhecidas palavras de Marini (2011, p. 134) que a dependência deverá ser entendida: “Como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Desta forma, percebe-se que a ‘categoria dependência’ abordada pela teoria possui sua singularidade, distanciando-se de qualquer estudo que aborde o subdesenvolvimento como estágio de evolução rumo à modernidade desenvolvida, sendo justamente o contrário – como

⁷ “[...] que buscou encontrar nesta categoria a explicação de um pretense fenômeno externo e coercitivo da situação latino-americana” (BAMBIRRA, 2013, p. 38).

já dito anteriormente. Ela entende a dependência enquanto característica complementar e antagônica do processo de desenvolvimento da lógica global de acumulação capitalista, que integra os países periféricos à expansão do sistema capitalista mundial, ao mesmo tempo em que se redefine estruturalmente com o passar dos tempos. A dependência condiciona certa estrutura interna do país e, esta por sua vez, redefine a dependência em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais (BAMBIRRA, 2013). Portanto, a consequência da dependência não poderia ser outra coisa senão maior dependência, ou nos termos de André Gunder Frank do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’, sendo que a superação desta condição supõe, necessariamente, a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2011).

Neste sentido, é possível perceber o caráter analítico da teoria, que a partir da análise histórico-estrutural da dependência entende a inserção das sociedades latino-americanas ao modo de produção capitalista e de seu desenvolvimento. Afinal, “[...] a história do subdesenvolvimento latinoamericano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p. 47). Por isso, o avanço da dependência periférica se germinou e se expandiu em consonância com as necessidades do próprio avanço dos países centrais. Forjada em plena expansão comercial do século XVI pelo capitalismo originário, a América Latina – neste período como colônia produtora de gêneros exóticos e de metais preciosos – se desenvolveu contribuindo para o desenvolvimento bancário e comercial na Europa, legitimando o sistema manufatureiro europeu e proporcionando o surgimento da grande indústria.

A América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI [...]. Mas, é no decorrer dos três primeiros quartos do século XIX, concomitantemente com a afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa – principalmente na Inglaterra – que a região latinoamericana é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial (MARINI, 2012, p. 49).

Assim sendo, o século XIX terá grande significância para ambos os polos econômicos porque, se para os países centrais foi o período de sua expansão industrial, para a periferia correspondia consonantemente com a independência política de suas nações, que com base no que fora construído – administrativamente e demograficamente falando – durante a colônia, passara agora a se dinamizar em torno da Inglaterra. Estes novos países começaram a articular-se diretamente com a metrópole inglesa e, obedecendo às suas exigências, produziram e exportaram bens primários em troca de manufaturas de consumo e, quando necessário, de

dívidas. Neste sentido, é possível compreender que o desenvolvimento da classe operária industrial e a população urbana que se ocupavam na indústria e nos setores de serviços nos países industrializados no século XIX, só foram possíveis pela existência do abastecimento dos meios de subsistência de origem agropecuária proporcionados pelos países latino-americanos, ou seja, entende-se este processo como sendo o responsável pelo aprofundamento da divisão internacional do trabalho e a especialização dos países industriais como produtores mundiais de manufaturas, bem como os países periféricos da América Latina em produtos primários (MARINI, 2011).

Para melhor se entender a dependência latino-americana e sua relação com o processo de desenvolvimento da lógica global de acumulação capitalista torna-se, neste ponto, fundamental demonstrar o que, segundo Marini (2011), foi e continua sendo a verdadeira importância da América Latina para o processo do desenvolvimento capitalista nos países centrais. Afinal, para Marini (2011) os países latinos não foram significantes somente para as mudanças quantitativas ocorridas na acumulação das economias centrais, mas, principalmente, pela mudança qualitativa desta. O autor afirma que, para além da importância do papel dos países periféricos no que diz respeito ao grande abastecimento relacionado com as exportações de alimentos e matérias-primas para os países centrais, a relação entre centro e periferia permitiu também uma mudança qualitativa no processo de acumulação dos países centrais, qual seria, a que estes países se desenvolvessem por meio da aceleração de produtividade baseada principalmente na extração de mais valia através de métodos que intensificavam a extração de mais valia relativa⁸, e não mais na extração de mais valia absoluta. Enquanto que esta participação dos países periféricos no processo de acumulação dos países centrais se desse justamente à custa primordialmente da extração de mais valia baseada em métodos de extração

⁸ Marini (2011) destaca que apenas o incremento na produtividade de trabalho não significa necessariamente aumento da mais valia relativa – observando que mais valia não é explicada pelo aumento ou diminuição da produtividade do trabalho, mas sim pela modificação entre trabalho pago (necessário) e trabalho não pago (excedente). Para tanto, seria necessário que o incremento na produção resultasse na redução do valor da força de trabalho, o que só é viável – mediante o pagamento real da força de trabalho – através da redução do valor das mercadorias consumidas pelos trabalhadores, bem-salários. Como, portanto isso seria possível? Mediante aumento da produtividade das mercadorias bens-salários. Foi justamente o que aconteceu na relação entre a periferia latinoamericana e os centros industrializados a partir do século XIX, quando os países periféricos eram os grandes responsáveis pela produção e exportação de alimentos comercializados, os quais compõem grande parte dos bens salários, pois o aumento da oferta destes produtos, em consonância com a queda de seus preços, permitiu a redução do valor da força de trabalho nos países industrializados, o que possibilitou que o incremento da produtividade nestes países se traduzisse em altas e elevadas taxas de mais valia relativa (MARINI, 2011).

de mais valia absoluta – tema que será melhor discutido à frente –, sendo que tal processo se iniciou na expansão da indústria nos países europeus, mas que hoje se faz veementemente presente dentre estas realidades (MARINI, 2011).

Contudo, partindo desta análise é possível observar que desde a expansão industrial dos países centrais vários foram os desencadeamentos que culminaram também no processo de desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos. Ao longo dos séculos, estes países passaram por seus respectivos processos de industrialização – alguns mais intensos e breves do que outros –, de urbanização e até mesmo do desenvolvimento da sua própria ciência e tecnologia – em alguma medida. Enfim, o que de fato não se pode afirmar é que os países latinoamericanos não tenham se desenvolvido desde então, sendo que muitos foram os fatores que contribuíram para tanto.

Todavia, o que também não pode ser afirmado é uma argumentação a respeito da superação da dependência⁹ entre os países latinoamericanos, pois mesmo com toda a modernização apresentada por estes desde então – como é o caso do Brasil, que hoje se destaca como sendo o mais ‘bem sucedido’ entre os países do continente a aprofundar seu desenvolvimento capitalista –, estes países comprovam sua permanente condição de economia dependente por, entre tantos outros motivos, ainda reproduzirem suas contradições. Estas contradições advindas de sua dinâmica dependente podem ser exemplificadas pela alta concentração de renda/riqueza existentes entre suas populações pela elevada vulnerabilidade externa expressa no histórico de suas economias exportadoras que são e na consequente instabilidade econômica provocada por este perfil histórico, além da intensificação da superexploração da força de trabalho presente na atualidade e de todo um quadro que a dependência acaba por produzir e reproduzir de desigualdade socioeconômica e todos os demais problemas sociais que assolam os países do continente latinoamericano na contemporaneidade.

Deste modo, por mais paradoxal que pareça, à primeira vista, o quadro traçado acima resulta justamente do caráter contraditório do desenvolvimento capitalista em geral e, particularmente, do desenvolvimento capitalista dependente que são os países periféricos latinoamericanos e, portanto, também do caso brasileiro. Assim, é possível entender em que contexto o continente que hoje se destaca pelo aprofundamento de seu desenvolvimento

⁹ A dependência em seu entendimento mais amplo, como tratado pela Teoria Marxista da Dependência apresentada anteriormente.

capitalista, é também o que ainda apresenta níveis alarmantes da desigualdade social e alta vulnerabilidade externa concomitantemente. Essa 'dicotomia' é justamente a confirmação da Teoria Marxista da Dependência de que todos estes séculos significaram para o continente latinoamericano a única forma possível dentro da lógica de acumulação capitalista de desenvolvimento: o desenvolvimento da dependência, do subdesenvolvimento. Comprova-se, aí, a dependência como categoria central para se entender a conformação das economias destes países no modo de produção capitalista. Dessa forma, torna-se necessário agora entender o que preenche ou o que compõe para a teoria a 'categoria dependência', levando assim a compreensão do condicionante histórico-estrutural que vem definindo, reafirmando e aprofundando a dependência ao longo dos tempos, qual seria: a 'transferência de valor'.

1.2 CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DA DEPENDÊNCIA: TRANSFERÊNCIA DE VALOR, SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SUBIMPERIALISMO

Em nível mais abstrato de compreensão, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes – cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias. Contudo, as condições concretas de realização das mercadorias dependem do contexto em que elas ocorrem, ou seja, das condições objetivas em que estas trocas se realizam. No nível concreto se observam mecanismos que violam a equivalência das trocas, ou seja, que permitem o processo de transferência de valor. Esta 'violação' se expressa na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. No caso concreto do intercâmbio de mercadorias entre os países subdesenvolvidos e os países centrais industrializados, a diferença entre preço de mercado e preço de produção se expressa como troca desigual (MARINI, 2011).

As mercadorias trocam-se numa esfera específica da reprodução do capital - a esfera da circulação das mercadorias. No caso das trocas de mercadorias entre países distintos, esta esfera da circulação de mercadorias constitui o mercado mundial. Neste espaço defrontam-se as mercadorias produzidas em conformidade com os condicionantes estruturais intrínsecos ao processo de desenvolvimento do capitalismo em cada país, e estes condicionantes definem a situação concreta de realização das trocas entre os países. Assim, as trocas desiguais existem como expressão dos fatores estruturais/concretos que condicionaram historicamente a inserção dos países periféricos no mercado mundial de forma dependente.

Na perspectiva da economia política elaborada pela Teoria Marxista da Dependência, a transferência de valor ocorre justamente porque os condicionantes estruturais da dependência possibilita que parte do valor produzido nas economias dependentes não seja apropriada por elas mesmas, mas pelas economias centrais. Assim, a dialética produção/apropriação do valor realiza-se em espaços nacionais distintos, sendo a produção realizada internamente pelas economias dependentes e a apropriação realizada externamente pelas economias desenvolvidas. Essa transferência de valor decorre da diferença entre os graus de desenvolvimento das forças produtivas existentes entre os países. Os tecnologicamente menos avançados perdem parcela de suas riquezas para os países tecnologicamente mais avançados (CARCANHOLO, 2014).

Neste sentido, a condição fundamental para a existência da transferência de valor é a distinta capacidade produtiva existente entre os diferentes capitais, ou seja, deve-se considerar que distintos capitais produzem uma mesma mercadoria, utilizando graus de produtividade diferentes. No entanto, de acordo com seu valor de mercado – conforme o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção –, e não segundo seu valor individual, assim os capitais com produtividade acima da média realizam suas mercadorias pelo valor de mercado, apropriando-se, portanto, primeiro da mais-valia que eles mesmos produziram e, depois, de parte da mais-valia produzida pelos capitais relativamente menos produtivos (CARCANHOLO, 2014).

Segundo Marini (2011), esse seria, em um nível mais elevado de abstração, o primeiro mecanismo responsável por operar a transferência de valor, o qual ocorre no interior de uma mesma esfera de produção quando a transferência de valor realiza-se por conta de uma maior produtividade do trabalho, a qual permite que uma nação apresente preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem que com isso tenha que baixar significativamente os preços de mercado que suas condições contribuíram para fixar. Portanto, apresenta à nação favorecida um lucro extraordinário – transferido na esfera da circulação/troca por nações detentoras de uma menor produtividade do trabalho.

Numa outra dimensão, a transferência de valor ocorre através da concorrência entre os capitais de distintos setores, fazendo surgir o lucro extraordinário a favor dos setores que têm maior produtividade que a média da economia em geral. Neste contexto, os setores que produzem mercadorias com composição orgânica do capital mais elevado do que a média da economia

podem apresentar preços de mercado superiores aos preços de produção, de modo que, ao venderem suas mercadorias, estes se apropriam de uma quantidade de mais-valia superior àquela originalmente produzida. Como tendencialmente os capitais nas economias periféricas possuem, em geral, produtividades abaixo da média da economia internacional devido a especialização produtiva forçada de bens primários ou de baixa tecnologia incorporada (matérias-primas e alimentos), o mecanismo de transferência de valor age no sentido de direcionar uma parcela da mais-valia produzida internamente nas economias dependentes para as economias centrais (CARCANHOLO, 2014).

Para Marini (2011), neste segundo mecanismo de transferência de valor – em nível de abstração menor – aparece mais abertamente à transgressão das leis de troca¹⁰, pois esse mecanismo se realiza através das transações das distintas classes de mercadorias entre as nações, como manufaturas e matérias-primas, o que é uma característica frequente das trocas entre os países centrais e periféricos. Nesta troca, os países que possuem elevado grau de produtividade ofertam seus produtos a um preço de produção mais baixo, o que implica que nações menos desenvolvidas cedam gratuitamente parte do valor que produzem.

Finalmente, o mecanismo de transferência de valor ainda atua no redirecionamento do volume de riqueza produzida nas economias dependentes para economias centrais, quando determinados capitais concentram em si certo grau de monopólio em seus mercados específicos por determinado tempo, mantendo assim, preços de mercado acima dos preços de produção. Como esses capitais monopolistas alocam os preços de mercado acima dos preços de produção, podem apropriar-se de um lucro efetivo superior à média, garantindo uma massa de valor, por meio da apropriação acima daquela produzida por esses capitais (CARCANHOLO, 2014). Neste sentido, a situação de monopólio existente a favor de alguns capitais das economias centrais – produtores de mercadorias com maior valor agregado – lhes

¹⁰ Desde logo, os vocábulos transgressão e violação não devem ser lidos no sentido de uma anulação da lei do valor. Com efeito, para Marx, a lei do valor não implica na correspondência entre preços (no caso, salários) e valor (valor da força de trabalho). Como então sustentar a ideia de que a categoria da superexploração expressa uma ‘violação’ do valor da força de trabalho, sem pressupor a violação da lei do valor? A resposta reside em que a dialética marxiana em *O capital*, ao desvelar as leis de funcionamento do capitalismo, captou leis que são de tendência e que podem apresentar contra-tendências cumprindo uma função de contra-arrestar os efeitos das primeiras. Assim como Marx discutiu a capacidade de o capital contra-arrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro por meio do comércio exterior, a superexploração da força de trabalho consiste de uma lei de tendência própria do capitalismo dependente, a qual segue a orientação de contra-arrestar a transferência de valor a que as economias dependentes estão submetida na divisão internacional do trabalho. A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como *i*) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; e *ii*) que configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital (LUCE, 2013).

permite também, nas relações de trocas no mercado mundial, efetivar o mecanismo de transferência de valor. Nestas condições, o que está explicitado é que as nações menos desenvolvidas transfiram valor de forma acentuada, pois a transferência se dá duplamente, na venda por parte dos países desenvolvidos de produtos que possuem um preço de produção mais baixo e também preços superiores de mercado a seu valor – ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor (MARINI, 2011).

Esses três mecanismos apenas no plano do comércio mundial – da troca desigual, nos termos de Marini – ajudam-nos a entender um condicionante estrutural da dependência, pois já é possível compreender a forma heterogênea de inserção na economia mundial apenas no plano da circulação de mercadorias. Economias centrais, que tendem a possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média (do seu setor e entre outros setores de produção), também tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes (CARCANHOLO, 2013, p. 196).

Entretanto, se o mecanismo de transferência de valor tem, ao longo dos séculos, estruturado a condição da dependência destas economias, o que também deve ser observado são as consequências desta relação. Afinal, tal mecanismo acaba por provocar fortes saídas de recursos locais, o que poderia desencadear nestas economias dependentes o surgimento de ameaças significativas quanto à acumulação interna e quanto aos seus crescimentos econômicos. A alternativa posta para que estes países não sucumbam ao estrangulamento e à estagnação econômica está no aumento da massa de valor produzida ou expropriada. Desta forma, o envio de remessas do excedente produzido internamente e expropriada externamente não ameaçará a dinâmica de acumulação interna, pois um restante deste excedente permanecerá internamente – mesmo que restringida e dependente –, àquela criada pelo aumento da massa de valor produzida (CARCANHOLO, 2008).

Sendo assim, para compensar as remessas do excedente produzido internamente, estas economias criaram um mecanismo de compensação interna diante da lógica sistêmica global. Contudo, a forma encontrada para elevar a massa de valor produzida passou a ser justamente a superexploração da força de trabalho. A categoria da superexploração foi desenvolvida por Ruy Mauro Marini (2012), sendo ela a responsável por apresentar a dependência como forma *sui generis* do capitalismo latinoamericano. Seu significado está associado como uma violação do valor da força de trabalho, seja pela força de trabalho ser paga abaixo do seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, o que acarreta no esgotamento prematuro da força vital do trabalho (MARINI, apud OSÓRIO, 2009).

Segundo Marini (2011), a superexploração pode se dar mediante três formas de manifestação: através do aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho ou através da expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. “Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 2011, p. 150). Neste sentido, Osório (2009) sintetiza a elaboração de Marini (2011) quando afirma que a reflexão sobre a superexploração leva a conclusão de que o valor da força de trabalho – tanto diário quanto total – no capitalismo dependente tende a ser violado como mecanismo desenvolvido pelas economias periféricas para compensar sua subsunção à lógica imperialista, que as submetem a transferir valor por elas produzido para os centros hegemônicos.

É por isso que Marini (2011) aponta que as nações prejudicadas com as relações da troca desigual não optaram pela alternativa de superar a problemática advinda das mercadorias trocadas desfavoravelmente do desequilíbrio entre os preços e valor, mas sim compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional através de uma superexploração da força de trabalho. O que explica o porquê da contrapartida deste processo – da contribuição dos países periféricos em incrementar a taxa de mais-valia e taxa de lucro dos países centrais – terem implicado para os países periféricos e dependentes efeitos rigorosamente opostos, além obviamente da condição de dependência ser reafirmada neste processo (MARINI, 2011). Daí a relevância dada pela Teoria Marxista da Dependência à efetivação da superexploração da força de trabalho nos países periféricos, pois esta é entendida enquanto mecanismo funcional à lógica da acumulação global e como fundamento para dependência latinoamericana. Portanto, a superexploração é abordada enquanto categoria central e específica¹¹ do capitalismo dependente.

¹¹ O que é importante esclarecer é que a categoria de superexploração não somente é algo central para se entender a dependência dos países latinoamericanos, como também específico a estas realidades. Afinal, permanecem algumas contraposições em relação a esta especificidade. Segundo Carcanholo (2013), isso se dá pelo fato de existir uma confusão entre as definições da elevação da exploração e da superexploração. A primeira corresponde ao fenômeno normalmente presente dentre as relações capitalistas, com fim de se elevar a mais-valia produzida. Contudo, a superexploração seria um fenômeno distinto e mais específico que este primeiro apresentado: “A superexploração se definiria por uma elevação da taxa de exploração que não passa por elevação da produtividade. E por que não poderia passar? Justamente porque isso está vedado às economias dependentes. Trata-se, portanto, de uma característica específica dessas últimas. Superexploração, assim, é uma categoria específica delas, ao mesmo tempo em que se manifesta em formas/mecanismos específicos de obter a elevação da taxa de exploração” (CARCANHOLO, 2013, p. 200).

A Teoria Marxista da Dependência ainda acrescenta outra categoria característica da dependência latinoamericana, o subimperialismo¹². Esta categoria proposta por Marini (2011) inscreve-se naquela mesma lógica da compensação das transferências de mais-valia existentes nas trocas internacionais entre as economias periféricas latino-americanas e a economia mundial. Assim, o subimperialismo é mais um dispositivo encontrado por algumas economias periféricas para garantir e alavancar a acumulação interna e ao mesmo tempo responder aos esquemas de transferência de valor às economias centrais. “[...] o subimperialismo tem sua origem nas leis próprias da economia dependente, cujos fundamentos são a superexploração do trabalho e a transferência de valor” (LUCE, 2011, p. 7).

Segundo Luce (2011), o fenômeno do subimperialismo pode ser compreendido através da conjugação de quatro elementos fundamentais¹³ apresentados por Marini (2011):

[...] grau de monopolização e de operação do capital financeiro na economia dependente; a mobilização de um esquema particular de realização do capital (*Estado, mercado externo e consumo suntuário*); hegemonia em um subsistema regional de poder; e lógica da cooperação antagônica com o imperialismo dominante (LUCE, 2011, p.7, *grifo nosso*).

No entanto, Luce (2011) ainda acrescenta que uma teoria global do subimperialismo deve considerar a noção de padrão de reprodução do capital, que foi desenvolvida incompletamente por Marini na década de 1980 e aprofundada por outros pensadores como Osório (2009). Neste sentido, Luce (2011, p. 7) define o subimperialismo “[...] como uma forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir em subcentros do capitalismo dependente”.

Para Luce (2011), no fenômeno do subimperialismo estão contidas as leis do desenvolvimento capitalista na sua ‘etapa imperialista’ – tais como foram apresentadas pela teoria do imperialismo –, mas no subimperialismo estão contidos também elementos próprios do capitalismo dependente, que se referem ao modo encontrado por esse tipo de capitalismo para contrastar suas contradições ou a contradição fundamental entre produção e realização do valor.

¹² “[...] Marini estabeleceu o conceito de subimperialismo para explicar o fenômeno emergido nos anos 1960-70, no contexto da nova divisão internacional do trabalho e da emergência de subcentros econômicos e políticos da acumulação mundial como o Brasil. Tais subcentros passavam a ocupar uma posição intermediária entre centro e periferia, apresentando, porém, peculiaridades que os diferiam da categoria da semiperiferia – embora façam parte de seu universo” (LUCE, 2011).

¹³ Ver mais em: LUCE, Mathias S. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de um conceito.** Tese. 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

Marini (2011) desenvolveu o conceito subimperialismo com o objetivo de explicar as transformações ocorridas nos países de capitalismo dependente nos anos 1960-70. Estas transformações estavam vinculadas ao movimento de exportação de grandes massas de capitais após a segunda Guerra Mundial (principalmente capitais norte-americanos) para as economias periféricas, o que fez aumentar a proporção entre meios de produção e força de trabalho. Este movimento resultou em um aumento da composição orgânica nacional do capital em alguns países da periferia, criando o chamado setor de bens duráveis que, segundo o autor, acabou por acentuar as características centrais das economias dependentes, a superexploração da força de trabalho e a apartação existente entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas (LUCE, 2011).

Para Marini (2011), o que permitiu esse avanço das forças produtivas foi justamente a existência de uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos e uma política expansionista regional relativamente autônoma. Neste contexto, era possível aos países dependentes integrarem-se às economias imperialistas do mundo permanecendo, portanto, sob suas influências, e ao mesmo tempo buscando impulsionar sua acumulação através de uma política expansionista regional, de modo que o subimperialismo sustenta-se justamente na diferença relativa no grau de industrialização existente entre os países na mesma região, o que se traduz na construção de uma esfera própria de influência. Neste sentido, o subimperialismo é o elo responsável por articular “[...] as categorias da superexploração do trabalho, transferência de valor, composição orgânica média do capital/etapa dos monopólios e do capital financeiro, cooperação antagônica e hegemonia regional” (LUCE, 2011, p.198), o que possibilitou a formação de um padrão de reprodução do capital, especificamente subimperialista.

O importante a reter diante desta exposição está no avanço conceitual e metodológico, que a Teoria Marxista da Dependência foi e tem sido capaz de realizar sobre as especificidades da acumulação capitalista na América Latina e de suas consequências. Assim é possível entender não somente a condição em que as contradições do modo de produção capitalista se desenvolvem, mas e, principalmente, como estas contradições estão postas na especificidade da realidade latinoamericana, pois a compreensão de que as contradições são inerentes à reprodução do sistema atual está pressuposta. Afinal, a pobreza, a exploração e a violência são produzidas e funcionais ao desenvolvimento da economia capitalista mundial, mas quando se observa a realidade do desenvolvimento dos países periféricos da América Latina, percebem-

se os fundamentos da superexploração, do subimperialismo e de suas consequências (pobreza, violência, etc.), assim como a relação existente entre esta realidade e a acumulação do capitalismo mundial.

Portanto, reafirma-se aqui a necessidade de se retomar a teoria que conseguiu desvendar o subdesenvolvimento, não como sendo a causa da não modernização do país, mas como o formato do próprio processo do desenvolvimento do capitalismo nacional, ou seja, entendendo que não foram os abusos nas trocas comerciais contra as nações não industrializadas que as tornaram subdesenvolvidas, mas a condição de subdesenvolvimento que permitiu (e continua permitindo) as nações industrializadas violar a relação de troca comercial (MARINI, 2011). Nesta mesma lógica, a dependência não é tampouco uma barreira para o desenvolvimento, mas a forma de desenvolvimento dos países latino-americanos. Portanto, sua origem encontra-se no próprio surgimento destes países para o capitalismo mundial. Negar esta lógica seria mistificar a economia internacional e acreditar que a economia brasileira poderia ser diferente do que é dentro da dinâmica capitalista. Esta negação levaria, no máximo, ao horizonte de relações comerciais equitativas entre as nações – se é que seja possível – quando, para Marini (2011, p.143), “[...] se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca”.

Somente diante da análise conceitual e histórica deste processo é que se torna possível entender a realidade na qual se encontra a sociedade brasileira que, em alguma medida detém suas particularidades frente ao continente em que se situa, mas que ao fim compartilha da raiz de suas contradições – a dependência, e que dado seus condicionantes histórico-estruturais que têm sido reforçados pela própria dinâmica de acumulação mundial, põe como resposta periférica para o desenvolvimento capitalista a superexploração da sua força de trabalho – intensificada – e o subimperialismo. Consequentemente, tem-se uma distribuição concentrada da renda e da riqueza, assim como o aprofundamento dos problemas sociais em geral existentes no país nos dias atuais (CARCANHOLO, 2008).

É dentro deste contexto que os problemas sociais se estendem na realidade do Brasil enquanto país periférico e dependente. Por isso mesmo, é correto afirmar que os mecanismos que atuam juntamente a estes problemas – a saber, as políticas sociais – estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social, mecanismos estes que atuam dentro de uma grande demanda e uma limitada possibilidade, já que os problemas são

muitos e as políticas que em sua natureza já traz seus limites diante de seu papel de manutenção dentro da ordem vigente aparecem mais limitadas do que nunca dado os histórico-estruturantes da dependência. Assim, no horizonte destas políticas se estabelece o restringido papel de compensar as mazelas geradas pelas consequências advindas do perfil do desenvolvimento brasileiro, o dependente. Embora ressalve aqui o relevante papel das políticas sociais diante de uma realidade marcada pela desigualdade que é o Brasil, a atual conjuntura estabelecida pelo neoliberalismo mundial – somada aos obstáculos estabelecidos pela dependência brasileira – tem demonstrado ainda mais os limites da natureza da política social brasileira, principalmente se considerar as evidências da transferência de valor e da superexploração na contemporaneidade brasileira.

1.2.1 Evidências da transferência de valor e da superexploração na contemporaneidade brasileira

Ao longo do desenvolvimento dependente da economia capitalista brasileira, os condicionantes históricos desta conformação têm sido reafirmados de forma acentuada. Sendo assim, tanto o mecanismo de transferência de valor produzido nos países periféricos para os países centrais quanto o mecanismo existente para compensar esta transferência (superexploração da força de trabalho), vêm ao longo dos anos sendo afirmados e reconfigurados na sua forma de efetivação. Neste sentido, as constantes transfigurações as quais o sistema capitalista vem se sujeitando – principalmente nos últimos 40 anos – têm desencadeado o aprofundamento destas relações. Por isso que para Carcanholo (2008), a conjuntura de intensificação da desregulamentação e abertura financeira, além de acentuar os mecanismos de transferência de valor já existentes – apresentados anteriormente – em relação ao comércio internacional de mercadorias, tem ressaltado outro mecanismo de atuação desta transferência. O capital externo, na forma de investimento direto, tende a repatriar lucros e dividendos e, portanto, remete o valor criado na periferia para o centro, sem contar também a transferência de valor pela via dos pagamentos de juros e amortizações de dívida, além é claro, da dependência tecnológica e científica que traduz a transferência de valor da periferia para o centro na forma de pagamento de *royalties*.

Este diagnóstico confirma significativamente a historicidade deste processo, pois, no período originário do sistema capitalista até a consolidação inicial deste modo de produção, os países

centrais retiraram excedentes produzidos pela periferia através da expropriação, na lógica imposta pela ‘dependência colonial’. Mais adiante, a extração de excedente nas regiões periféricas passou a se realizar através dos fluxos comerciais, quando a produção da região era determinada pela demanda dos centros hegemônicos. E, após a expansão do capitalismo até os dias atuais, observa-se, dada a dependência industrial, tecnológica e financeira, a extração da mais-valia localmente produzida por meio de investimentos diretos estrangeiros e da desregulamentação interna e externa dos mercados de capitais, de trabalho etc. (CARCANHOLO, 2008).

Neste mesmo sentido, no período histórico recente podem ser observadas também evidências a respeito da persistência e, em alguns casos, até mesmo da intensificação da superexploração da força de trabalho. Tanto é assim que diante das possibilidades que foram abertas na contemporaneidade, considerando as recentes transfigurações do capitalismo, o mecanismo de compensação existente para a lucratividade dos países periféricos aplicado pelas burguesias internas, a superexploração, que assim como no processo de transferência de valor, tem sido intensificada e reinventada em suas novas formas de se concretizar, ou seja, observa-se que a superexploração da força de trabalho nos países periféricos vem sofrendo também um processo de potencialização.

Para Luce (2013), na atualidade brasileira há uma intensificação da superexploração da força de trabalho entre vários mecanismos. Primeiramente ele demonstra a existência da superexploração que claramente é observada pelo pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, pois o salário vigente não corresponde ao salário que deveria expressar a quantia necessária para ‘cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, transporte e previdência social’ (DIEESE, 2009), ou seja, o mínimo necessário para repor o valor da força de trabalho, afinal o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) afirma que o Salário Mínimo Necessário (SMN)¹⁴ (para setembro de 2015) estaria, portanto, em torno de R\$ 3.240,27 quando, na verdade, se fixa no valor R\$ 788,00, o que denota um caso de superexploração. Luce (2013) consegue identificar a

¹⁴ No Brasil, um parâmetro para avaliar a remuneração da força de trabalho em condições próximas do seu valor é o SMN. Calculado a partir de 1970 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em séries históricas retroativas a 1940, o SMN toma em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para ‘cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social’. Ou seja, a quantidade de valores de uso necessária para a força de trabalho se reproduzir em condições normais, chegando assim a ‘uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para atender à determinação constitucional’ (LUCE, 2013).

intensificação da superexploração da força de trabalho quando ele observa a série histórica apresentada no Quadro 1 do SMN na comparação com o salário mínimo legal.

Quadro 1 - Salário mínimo necessário – Brasil (Série histórica 1940 = 100)

Ano	Número índice						
1940	100,00	1957	125,12	1974	55,58	1991	30,99
1941	91,15	1958	108,85	1975	58,05	1992	26,59
1942	81,83	1959	121,85	1976	57,67	1993	29,90
1943	73,98	1960	102,32	1977	60,10	1994	25,29
1944	84,86	1961	113,77	1978	61,92	1995	25,02
1945	68,38	1962	103,87	1979	62,52	1996	25,42
1946	60,00	1963	91,31	1980	63,02	1997	25,82
1947	45,84	1964	94,35	1981	64,62	1998	27,08
1948	47,82	1965	90,98	1982	67,35	1999	27,19
1949	43,03	1966	77,56	1983	57,23	2000	27,96
1950	40,64	1967	73,37	1984	53,08	2001	30,27
1951	37,53	1968	71,80	1985	54,31	2002	30,88
1952	100,76	1969	69,16	1986	51,37	2003	31,32
1953	82,99	1970	70,32	1987	37,03	2004	32,49
1954	100,87	1971	67,29	1988	38,99	2005	34,99
1955	113,28	1972	66,09	1989	41,52	2006	40,44
1956	115,08	1973	60,56	1990	29,67	2007	42,59

Fonte: Cepal (2008).

Nota: Elaborado por Luce (2013).

Nota: Ano-base = 1940.

É possível notar que, desde a criação legal do salário mínimo no país (1940) até o ano que consta no Quadro 1 (2007), há uma tendência histórica de aumento da diferença entre o salário mínimo necessário e o salário mínimo legal no Brasil – com variações que obedeceram a exceções históricas. Chegando aos dias atuais em um índice (definindo o valor do salário mínimo de R\$ 788,00, quando deveria se fixar em R\$ 3.240,27), que representa menos de um quarto do valor necessário do estabelecido para repor o desgaste da força de trabalho, o que comprova a existência de uma intensificação da superexploração da força de trabalho.

Outro mecanismo que corrobora ao argumento da intensificação da superexploração na realidade brasileira está no aumento da jornada de trabalho sem o aumento dos salários, a qual pode ser evidenciada de variadas maneiras. Segundo Luce (2013, p.153), "[...] entre 2003 e 2009, em média 40% dos trabalhadores brasileiros cumpriram jornadas semanais acima de 44 horas" – considerada a máxima a ser despendida segundo a Legislação Trabalhista do Brasil. Esta realidade tem sido uma constante no histórico do país, já que segundo a Pesquisa

Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD¹⁵), realizada para o ano de 2011, 1 em cada 3 brasileiros trabalham mais que 44 horas semanais e 1 em cada 5 vai além das 48 horas por semana. O principal motivo desta significativa parcela da população em prolongar sua jornada de trabalho está na tentativa de compensar a baixa remuneração dos salários, o que faz como que estes tenham que buscar um incremento da renda, aumentando sua jornada via hora extra.

Segundo o Dieese¹⁶, cerca de 40% dos brasileiros fazem hora extra com regularidade e o índice sobe para quase 50% no caso de empregadas domésticas, trabalhadores rurais e comerciantes, vendendo férias ou horário de almoço, e até mesmo obtendo mais de dois empregos. Neste sentido, é possível também detectar o papel do Estado¹⁷ enquanto criador de leis ou por flexibilizar as já existentes para garantir legalmente a efetivação desta modalidade de superexploração da força de trabalho (LUCE, 2013).

O aumento da intensidade do trabalho também pode evidenciar como a superexploração da força de trabalho no Brasil vem sendo acentuada na atualidade. Contudo, o fato do aumento da intensidade do trabalho ter a possibilidade de ser associado ao aumento da produtividade do trabalho pode levantar a dificuldade de se conseguir mensurar até onde existe evidências de incremento da produção ou de superexploração. Para Luce (2013), o que comprova a superexploração através da intensificação do trabalho – havendo ou não aumento da produtividade – é justamente o aumento da degradação física e mental do trabalhador brasileiro, que pode ser comprovado segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Previdência Social (MPS), pois estes afirmam um aumento em dobro das doenças laborais e acidentes de trabalho ocorridos do ano de 2002 para 2008 – passando de 393.071 para 747.363.

Para Luce (2013), a dinâmica contemporânea de reprodução dos trabalhadores acrescenta ainda um quarto fator desencadeador da superexploração, o chamado ‘aumento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumento da remuneração’. Este fator refere-

¹⁵ Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>>.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/especiais.html>>.

¹⁷ Como expressão superestrutural da superexploração nas duas formas vistas até aqui, podem-se mencionar algumas medidas adotadas pelo Estado sancionando a violação do valor da força de trabalho: *i*) banco de horas; *ii*) abertura do comércio aos domingos; *iii*) flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) autorizando a venda de um terço das férias; e *iv*) flexibilização da CLT, mediante portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), facultando negociar redução de 50% do horário de almoço (LUCE, 2013, p. 154).

se às transformações da sociedade que colocam diante do trabalhador novas necessidades na sua cesta de consumo, fazendo com que produtos que eram fracamente suntuários passem a ser bens de consumo necessário como, por exemplo, televisor e máquina de lavar. Estes, portanto, passam a ser valores de uso que compõem o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Contudo, se para acessar tais bens o trabalhador tenha que por ganhar permanentemente abaixo do necessário estender sua jornada de trabalho ou se endividar, submetendo parte do seu salário ao pagamento de juros e comprometendo ainda mais suas condições de subsistência, evidencia-se outra forma de aprofundamento da superexploração, ou o que Luce (2013) considera de alteração do elemento histórico-moral sem ser acompanhado pela remuneração.

Um dos elementos que comprova o aumento da superexploração por esta via que pôde ser claramente evidenciada no período de 2002-2010 é justamente o aumento do consumo de eletrodomésticos entre as famílias de menor renda situadas no país acompanhadas pelo endividamento/inadimplência entre os mesmos extratos de renda familiar, que ganham entre R\$ 600,00 e R\$ 2.200,00, ou seja, abaixo do salário mínimo necessário. Neste sentido, havendo alterações no elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, estas famílias situadas nas condições econômicas mais desfavorecidas – por ganhar abaixo do necessário ou por estar desempregada – acabam por se endividarem ou não conseguindo acessar estes novos bens de consumo necessários. Todos estes elementos demonstram – com maior ou menor grau – o aumento da superexploração da força de trabalho no Brasil na atualidade (LUCE, 2013).

Estas exemplificações apresentadas anteriormente estão muito além de serem implicações do desenvolvimento clássico do capitalismo, mas sim expressões do que a dinâmica capitalista nos moldes de uma economia dependente pode apresentar: um desenvolvimento possibilitado via transferência de valor potencializada e a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo como mecanismo de se compensar essa transferência realizada. A intensificação destes mecanismos tem sido uma resposta às contemporâneas transfigurações do capitalismo, exemplificadas pelas predominâncias do capital fictício, pela reconfiguração dos países dependentes para o processo de acumulação dos países centrais, ou dos recentes despontamentos da crise sistêmica.

Todavia, esta realidade demarcada pela intensificação das contradições posta pelo desenvolvimento dependente tem afetado na concretude da realidade dos trabalhadores

brasileiros na destituição de direitos sociais, no aumento dos trabalhos terceirizados e contratados, no crescimento das desigualdades econômicas, na intensificação da violência, ou na desresponsabilização do Estado em garantir os serviços públicos – o que poderá ser visto melhor nos próximos capítulos. Esta é a conexão levantada neste trabalho entre a análise econômica e social possível de ser construída para se analisar a contemporaneidade brasileira, para se compreender em que medida as políticas sociais são afetadas neste processo, sendo que esta compreensão só fora realizada pelo estudo construído pelos conceitos e categorias constituídas na Teoria Marxista da Dependência, uma teoria que possibilita entender esta ‘nova configuração’ a partir de seu método que procura não apenas apresentar a especificidade do Brasil, mas centralizar sua análise nestas especificidades para explicar a dependência brasileira e, portanto, também de suas consequências, de seus problemas sociais.

2 A ESPECIFICIDADE DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE BRASILEIRO

2.1 UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA REALIDADE BRASILEIRA

Até aqui foi possível demonstrar as particularidades históricas e teóricas da Teoria Marxista da Dependência, esta como forma particular de interpretar a América Latina e o Brasil para se interpretar a origem *sui generis* do desenvolvimento do capitalismo (dependente) nesta região. Neste sentido, o debate neste Capítulo desenvolverá o estudo, procurando analisar as características fundamentais da economia brasileira, ressaltando do ponto vista da economia política alguns dos elementos definidores da socioeconômica brasileira que estão presentes no ininterrupto e longo processo de objetivação do capitalismo dependente brasileiro. A apresentação destes elementos é importante para solidificar e clarear o quadro histórico-estrutural no qual se assentam as políticas sociais brasileiras, que é o objeto desta Dissertação enquanto análise, que será tratada no próximo Capítulo.

Diante do exposto é possível entender que, embora o Brasil faça parte da mesma lógica imposta e desenvolvida dentre os países do continente latinoamericano, há em sua história as propriedades que conformaram sua singularidade frente essas consonâncias. Afinal, a dependência – como aqui é tratada – é vista como elemento que também é responsável por condicionar, de acordo com as possibilidades substanciais de cada nação, certa estrutura interna (BAMBIRRA, 2013). As relações de dependência entre os centros-hegemônicos e o Brasil foram erguidas no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais, as quais se concretizaram enquanto dependentes e que acabaram por constituir e desenvolver certo perfil de nação.

É a partir desta análise que se torna possível entender em profundidade a realidade brasileira. Entendendo que desde sua condição colonial, dada no pronto estabelecimento da hierarquização da economia mundial, sua subsunção aos países de capitalismo avançado já estava posta, servindo a estes para a expropriação de seus recursos naturais. Embora o momento histórico e concreto da conformação da dependência fora posta no século XIX para XX – no contexto da expansão do sistema capitalista via lógica imperialista e do desenvolvimento interno das estruturas capitalistas no Brasil –, as bases para que estivesse configurada a condição de dependência do país foram erguidas muito antes (MARINI, 2011).

A partir daí a história do desenvolvimento econômico brasileiro, mesmo carregado pelas significativas transformações que aqui se desencadearam, não passaram de reafirmação e desenvolvimento de sua condição de dependência, seja ela a Proclamação da Independência, por sua Revolução Burguesa¹⁸, seu processo de industrialização ou de todo o segmento desencadeado pela modernização no país. Afinal, todas estas mudanças ocorridas na estrutura econômica, política ou social da nação não se deram primordialmente para atender às necessidades próprias e nacionais, mas sim em função de objetivos estranhos que são os dos países dominantes do sistema. De tal modo, estas mudanças estiveram muito mais associadas com as demandas históricas dos respectivos momentos específicos do capitalismo mundial do que por uma dinâmica interna.

Neste sentido, não houve nenhum rompimento histórico com o processo de desenvolvimento via dependência. O Brasil continua a reproduzir um ambiente de não superação da sua condição estrutural de periferia, principalmente por conservar internamente, associado à dinâmica externa, as mesmas estruturas de poder e dominação. Nos momentos em que se ensaiou alterar esta estrutura viu-se, na verdade, um movimento de conservação da mesma no que lhe era essencial. O processo de independência, por exemplo, esteve longe de desvincular a economia nacional da subordinação às economias centrais, pois após sua independência formal o país passou a responder às demandas da metrópole inglesa, se afirmando enquanto país exportador de matéria-prima e de alimentos para manter as indústrias e o operariado inglês (MARINI, 2011).

O mesmo ocorreu com o processo de modernização do país iniciado na primeira metade do século XX, quando desencadeou o processo de industrialização no Brasil. Apesar de toda a transformação que este momento proporcionou, ele não se traduziu na conformação de uma verdadeira economia industrial ou em uma verdadeira mudança qualitativa no desenvolvimento econômico brasileiro de imediato. Ao contrário, a implantação da indústria –

¹⁸ A percepção sobre a Revolução burguesa brasileira tratada aqui neste trabalho é a mesma encontrada em Marini, o qual se afasta das noções clássicas de revolução, mas que procura buscar sua explicação nas causas históricas ocorridas, principalmente, devido à guerra de 1914, quando se iniciam os primeiros esforços de substituição de importações, assim como na crise de 1929, que reduz a capacidade de importação do país. Neste contexto, o processo de industrialização operara mudanças significativas na estrutura econômica, fazendo surgir uma nova classe média, isto é uma burguesia industrial ligada ao mercado interno; assim como um novo proletariado que buscara disputar espaço na sociedade política. Neste sentido, a revolução de 1930 aparece como síntese destas transformações. Por meio da ditadura varguista do Estado Novo, a burguesia se estabiliza no poder, por um lado, associando-se aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes; por outro estabelecendo um esquema específico de relacionamento com o proletariado (MARINI, 2011).

desencadeada pela via da substituição de importação – não alterou a realidade existente, o que se configurou ali foi uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários. Somente quando o quadro internacional exigira uma demanda distinta, é que o eixo da acumulação se deslocou para a indústria:

A compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação (MARINI, 2011, p. 162).

É, portanto, a intensificação da ocorrência destes fatores tratados por Marini (2011), que acabou acelerando o crescimento industrial do país e desencadeou, a partir de certo momento, uma determinada mudança em sua economia dependente. Seu processo de industrialização não criou, conseqüentemente, as necessidades próprias para que houvesse o aprofundamento desta modernização - esse ficou a mercê das diretrizes do comportamento da economia internacional. O problema de toda esta dinâmica ter se dado nestas condições, em que as mudanças desencadeadas no país sejam para atender primordialmente a objetivos estranhos e ligados às necessidades dos países centrais, são também de suas conseqüências. Certamente, como já observado, a primeira delas está no fato das condições estruturais da dependência serem reafirmadas e intensificadas por esta dinâmica, mas há ainda os sacrifícios que o país acabou por realizar para manter esta lógica, que, obviamente, não são depositados na conta da burguesia, mas sim para a classe que sempre paga onerosamente por esta lógica, a classe trabalhadora.

É importante destacar as nuances desta fase inicial da industrialização brasileira no que tange as mudanças econômicas, porque elas explicam muitos dos fundamentos que passaram a dinamizar esta sociedade que tem sido marcada por uma intensa concentração de renda, consumo e riqueza entre a classe média e alta do país, mas que, por outro lado, tem convivido com a baixa capacidade de consumo do trabalhador de baixa renda e com a crescente superexploração da força de trabalho entre estes. Neste sentido, é importante entender onde nasce esta base dinamizadora das relações socioeconômicas do país, pois estas serão determinantes no entendimento da intervenção das políticas sociais no Brasil nas décadas que se seguiram. Afinal, este quadro singular descrito repõe ao social uma realidade asseverada de demandas a serem compensadas.

Contudo, com a expansão da indústria no país a preocupação primária girava em torno da criação e do desenvolvimento do mercado interno (demanda). Nos países centrais este processo se deu pela proletarização do consumo manufaturado. Contudo, na realidade dos países periféricos, estruturados sobre a lógica da superexploração da força de trabalho, nunca houve condições objetivas para que isso se realizasse, uma vez que a renda destes trabalhadores sempre fora extremamente comprimida. Dada a necessidade da expansão do setor industrial, a solução encontrada pela economia brasileira fora a de compensar a falta de condição do trabalhador de consumir a mercadoria manufaturada através do consumo da classe média. Consequentemente esta opção significou ao país a alternativa por um lento desenvolvimento de suas forças produtivas e uma intensificação da superexploração da força de trabalho, porque o fato do valor das manufaturas não determinarem o valor da força de trabalho – afinal o trabalhador não será quem consumirá tal mercadoria – acabou fazendo com que o capitalista buscasse o aumento da mais-valia pela via da superexploração, intensa e extensiva, e não através do aumento da produtividade do trabalho, que baixaria o valor da unidade de produto e assim depreciaria a força de trabalho (MARINI, 2011).

Portanto, as mudanças necessárias para a transição de um padrão de acumulação para outro no Brasil se dará lentamente, incrementando as rendas da classe média e, conseqüentemente, comprimindo o nível salarial dos trabalhadores e, mais à frente, desviará o problema do baixo desenvolvimento de suas forças produtivas existentes através do recurso da importação de tecnologia dos países desenvolvidos, alternativas estas que, em longo prazo, acabaram por permitir esta mudança do padrão de acumulação, mas que também obstruíram a possibilidade de uma transição mais intensa na economia do país (MARINI, 2011). Logo, algumas relações que dinamizavam a economia foram sim modificadas, afinal o país que era exclusivamente exportador de matérias-primas passou a criar e a desenvolver relativamente sua base industrial, de uma preponderante realidade rural, passara a desenvolver – mesmo que abruptamente e de forma concentrada – seus centros urbanos. Altera-se a forma de remuneração do trabalhador, pois começara a surgir significativamente o proletariado assalariado. Enfim, muitas foram as relações alteradas com a mudança do padrão de acumulação.

No entanto, todos estes fatores não significaram uma transição mais profunda, não alteraram o essencial: as estruturas que condicionam a economia brasileira enquanto dependente e suas conseqüências, para assim poderem manter a mesma estrutura de poder – interna e externa –

existente. Por isso mesmo, o processo de industrialização do país não eliminou e ainda intensificou as condições da superexploração da força de trabalho vendida no Brasil. Concentrou ainda mais a renda e a propriedade, o que evidentemente não resolveu a problemática do limitado mercado interno que poderia dinamizar a economia nacional.

Para entender esta condição de ‘permanência na mudança’, basta analisar os anos que se seguiram com o desenvolvimento industrial do país. Em meio ‘à fase mais milagrosa’, o setor externo da economia brasileira que, até então bancara todo este processo de modernização – financiado pelos anos prósperos de exportação de produtos primários, sobretudo o café – entrara em crise, o que acabou não permitindo que as condições que mantinham as crescentes necessidades da expansão industrial continuassem a se darem pela via exclusiva da troca comercial, ou seja, da exportação de produtos primários para a importação de maquinários. Neste momento, portanto, a importação de capital estrangeiro, sob a forma de financiamento ou investimentos diretos na indústria, acabou por adquirir sua significativa importância na dinamização da economia brasileira, pois assume este papel, dentro do que Marini (2011) denominou da ‘nova divisão internacional do trabalho’, quando os países centrais passaram a exportar para a periferia equipamentos e maquinários que já eram obsoletos, e os países periféricos a importá-los através dos recursos advindos pelo investimento de capital estrangeiro. A consequência deste novo fator para o país é, antes de tudo, o desencadeamento da desnacionalização da economia brasileira que será, a partir daí, cada vez mais intensificada, uma vez que o montante de entrada de capital estrangeiro no país passou a ser crescente desde então.

Contudo, a introdução do progresso técnico no Brasil nestas condições não sanou um dos recorrentes problemas da economia brasileira: o estabelecimento de uma demanda para o mercado, uma vez que este segundo ciclo do seu processo de industrialização fora possibilitado evidentemente à custa de uma maior superexploração da força de trabalho, da criação de um imenso exército de reserva e de se restringir aos capitalistas e camadas médias e altas o consumo destas mercadorias manufaturadas. Conservou-se, desta forma, a não criação das condições de existência de um mercado interno dinamizador suprimindo a necessidade da expansão da economia pela via da exportação novamente – ainda que agora a partir de produtos manufaturados. Daí, o entendimento de que a industrialização brasileira não afastou, pelo contrário, teria aproximado sua economia industrial à sua economia exportadora (MARINI, 2011).

Como resultado deste processo, Marini (2011) analisa os anos de 1960-70 no Brasil. O movimento de exportação de capitais realizado após a segunda Guerra Mundial pelos países centrais aos países periféricos direcionou grandes massas de capitais (principalmente capitais norte americanos) para o Brasil, o que fez aumentar a proporção entre meios de produção e força de trabalho. Este movimento resultou nas décadas de 1950-1960 em um aumento da composição orgânica nacional do capital, criando o chamado setor de bens duráveis que, segundo Marini, acabou por acentuar as características centrais de uma economia dependente, a superexploração da força de trabalho e a apartação existente entre a estrutura produtiva e das necessidades de consumo das massas (LUCE, 2011).

Portanto, a permanência da supracitada contradição empurrou o país para uma crise de realização no início da década de 1960, pois a implantação de novos métodos de produção não criou uma massa de consumidores correspondentes. Desse modo, tal crise impõe ao país, de forma imperativa, a necessidade de abrir novos mercados para sua também nova produção de bens duráveis (de consumo e de capital). O subimperialismo brasileiro surge justamente para resolver esse problema de realização ou da própria necessidade de se efetivar no país um novo padrão de acumulação de capital (LUCE, 2011).

Para Marini (2011), o que permitiu esse avanço das forças produtivas foi justamente a existência de uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos e uma política expansionista regional relativamente autônoma. Neste contexto, era possível aos países dependentes integrarem-se às economias imperialistas do mundo permanecendo, por conseguinte, sob suas influências e, ao mesmo tempo, buscar impulsionar sua acumulação através de uma política expansionista regional. O subimperialismo, neste momento, sustentou-se justamente na diferença relativa no grau de industrialização existente entre os países na mesma região, o que se traduziu na construção de uma esfera própria de influência, construiu-se “[...] uma forma do padrão de reprodução do capital, especificamente subimperialista” (LUCE, 2011, p.198). Em um contexto de manifestação objetiva das contradições no capitalismo dependente medianamente industrializado, as contra tendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização deu forma ao subimperialismo (LUCE, 2011).

É dentro desta lógica que o capitalismo dependente brasileiro acabou se afirmando e se reconfigurando ao longo da história, direcionado por uma dinâmica que tem intensificado a

superexploração, o subimperialismo e todas as consequências políticas, econômicas e sociais desencadeadas pelos condicionantes históricos da dependência. Como, por exemplo, por montar uma realidade que acabou excluindo – sempre que possível – a grande massa de participar em todos os âmbitos do processo de sociabilidade desta ordem vigente, desde sua capacidade de consumir à sua participação efetiva nos processos políticos.

Por fim, esta tem sido a opção da burguesia brasileira que, atrelada aos projetos da economia internacional, impõe sua lógica se beneficiando desta existência de extrema concentração de renda/riqueza, do poder e de todo o estilo político que ele comporta: em que um nacionalismo oportunista e o discurso da democracia ocultam seu verdadeiro sentido, o do patriarcalismo, do particularismo e de uma autocracia extrema, impondo suas necessidades privatistas enquanto verdadeiras demandas da nação e utilizando do aparelho estatal para conciliar estes interesses (COUTINHO, 2006).

Todavia, o esforço de sempre buscar no exterior as soluções para os problemas internos além de condicionarem exclusivamente a dinâmica da economia nacional às oscilações conjunturais da economia internacional, não mudaram as estruturas que conformam a economia dependente brasileira – pelo contrário – e, evidentemente, não sanaram seus impasses históricos.

Sempre guiados pela lógica de se conservar o essencial e mudar modestamente o que for inevitável e conveniente para os interessados, esta relação tem combinado os interesses e o capital necessários do Estado, da burguesia brasileira e do mercado internacional para concretizar seus projetos. Assim também se confirmou o processo denominado por "contra revolução preventiva", mais conhecido como Golpe de 1964, que fora, dentre muitas caracterizações, a reafirmação da negação de uma possível mudança para o país (MARINI, 1978). Com a ditadura, direcionada pelo imperialismo, extingue-se no país qualquer resquício que ainda existisse da perspectiva de uma economia autônoma – se é que esta fosse provável – , deteriorando os espaços/instituições públicos em favor da privatização e da invasão do capital internacional de uma vez por todas. Momento este que só fora superado pelo o que estava por vir, a nova etapa de dominação externa sobre a lógica interna através do projeto neoliberal de desenvolvimento capitalista imposto às nações periféricas, que se constituiu enquanto estratégia de ‘uma proposta de retomada estrutural do processo de acumulação de capital’ (CARCANHOLO; BARUCO, 2009).

2.2 O NEOLIBERALISMO E A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Os anos 1980-1990 trouxeram para a América Latina uma nova fase de desenvolvimento da dependência, a qual significou ao Brasil um aprofundamento de sua relação subordinada ao capitalismo mundial comprovada pela imposição (mundial) e aderência (brasileira) irrestrita às reformas neoliberais que se seguiram desde então. Estas reformas foram sendo implantadas de forma variada através de políticas econômicas, planos econômicos e medidas de ajuste fiscal com suas consequências. Contudo, foram sentidas em todos os níveis da vida dos brasileiros: político, social, econômico e cultural. Nesta seção deste trabalho dedicar-se-á a apontar uma análise mais econômica deste processo já que mais adiante será retomada uma análise social deste período, para que fiquem evidentes quais foram suas consequências para o Brasil.

Para satisfazer suas necessidades e alcançar seus objetivos econômicos, os países centrais, com um discurso ideológico ‘de que chegara a hora da periferia se modernizar’, impuseram aos países periféricos as chamadas políticas neoliberais, levando para a periferia o ideário das reformas estruturais (CANO, 2000). Aliás, diante da crise econômica sistêmica que se estendia mundialmente na década de 1970, o projeto imperialista neoliberal direcionado pelos países centrais impôs um conjunto de reformulações liberalizantes apontadas como sendo necessárias para a retomada do crescimento econômico, mas o ponto fundamental almejado por estes estavam em passar a expor ainda mais os aparelhos nacionais dos países periféricos à concorrência internacional, sendo, segundo o discurso imperialista, uma ação inevitável em tempos de globalização.

Estas mudanças instauradas promoveram, conseqüentemente, alterações no debate sobre o desenvolvimento que, a partir deste período sofreu uma inflexão desencadeada, principalmente: pelo questionamento da possibilidade de realização do modelo de desenvolvimento existente até então, da expectativa de superação do subdesenvolvimento que era compartilhado pelas concepções ‘clássicas’; e pelo ressurgimento¹⁹ da perspectiva neoliberal nos planos teórico, político e ideológico. Neste sentido, as propostas neoliberais de

¹⁹ No que tange às mudanças no plano político-ideológico, é preciso deixar claro de antemão que o neoliberalismo surge, ainda no imediato pós-guerra, como reação teórica e política contra o Estado intervencionista (seja em sua versão social-democrata ou ‘comunista’). Mas, como as aproximadas três décadas da ‘Era de Ouro’ não ofereceram condições favoráveis à disseminação desses ideais (afinal de contas, o capitalismo passava por uma fase de auge sem precedentes, tornando muito pouco críveis as advertências neoliberais), ‘esse movimento permaneceu à margem tanto da política, quanto da influência acadêmica até os conturbados anos da década de 1970’ (HARVEY, 2008, p. 31).

desenvolvimento se apresentaram supostamente como alternativas às perspectivas clássicas, inclusive, a virada neoliberal trouxe, muitas vezes, o entendimento que se tenham instaurado o fim do debate sobre o desenvolvimento, já que seus estudos não são centralizados na argumentação da industrialização para o crescimento econômico e como o fim de se alcançar o desenvolvimento, embora se constate que isto apenas demonstre uma mudança das ideias e estratégias sobre o desenvolvimento (BONENTE, 2011).

É dentro deste contexto para o Brasil que as antigas promessas do progresso via industrialização – fortemente presentes nas décadas de 1950-1960 e que geraram graves danos econômicos, ambientais e sociais – passaram a significar a impossibilidade da homogeneização da riqueza capitalista e os limites de um desenvolvimento que colocasse o país no bloco das economias centrais do capitalismo, como prometido. A partir de então, principalmente na década de 1990, o debate sobre o progresso para o Brasil seria marcado pelo novo discurso do desenvolvimento capitalista. Este discurso foi sistematizado, sobretudo, na agenda do chamado Consenso de *Washington*, realizado em 1989, na capital dos Estados Unidos, com a participação dos organismos financeiros internacionais – como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta conferência teve como objetivo discutir as políticas econômicas e suas necessárias reformas para os países da América Latina. Em outras palavras, pode-se dizer que foi a reunião realizada para decidirem como finalizar a implantação das políticas neoliberais, as quais o governo norte-americano vinha constantemente direcionando aos países latinoamericanos (BATISTA JUNIOR, 1994).

Na verdade, em geral, o direcionamento da reunião e, portanto o da estratégia de desenvolvimento do neoliberalismo – que tinha como horizonte a estabilização macroeconômica – se ateve, sobretudo, na defesa das reformas estruturais para revestir os ideais da liberalização, privatizações e desregulação, ou seja, a compilação pregada pelo receituário do livre comércio, que agora reaparecia no cenário destes debates trazido pelo discurso neoliberal com o intuito de se promover, especialmente, a liberalização financeira para o fim de se alcançar as antigas taxas de acumulação – existentes antes da crise.

Entretanto, as décadas de 1980 e 1990 significaram para o Brasil décadas de estagnação econômica e crescimento descontrolado da inflação. Por isso mesmo, o que realmente se obteve foi o controle e a queda da inflação, que ao fim foi alcançada. No entanto, as

consequências deste ‘sucesso’ criaram ou realimentaram graves desequilíbrios estruturais na economia e na sociedade brasileira (CANO, 2000). Além da estagnação da economia, os reflexos dos conflitos econômicos sobre as décadas conhecidas por sua instabilidade foram inúmeros, tanto os desencadeados pela própria instabilidade como os desenvolvidos pelos constantes planos econômicos que buscavam sanar os problemas da economia nacional. Daí decorreram significativos cortes no orçamento público, inúmeras privatizações, desregulamentação do sistema bancário, arrocho salarial, além da intensa flexibilização ocorrida sobre os direitos trabalhistas e sociais que se iniciaram primordialmente neste período. A partir daí, o neoliberalismo reforça muitos dos problemas estruturais do país – como aumento da concentração de renda e propriedade, desemprego em massa, crescimento da pauperização, perda da autonomia decisória –, conformando-os sob uma nova lógica e aprofundando e generalizando o capitalismo dependente brasileiro.

É através da pressão sobre a dívida pública e das instituições multilaterais (como FMI e Banco Mundial) que estas imposições têm se dado e se reconfigurado em política econômica de cunho neoliberal e de suposta estratégia de desenvolvimento para o país, que nesta busca por um lugar de destaque junto aos gigantes da economia mundial, tem barganhado a possibilidade de uma economia mais autônoma pela submissão à economia mundial, tem permutado seu projeto do desenvolvimento da indústria nacional pela ‘reprimarização produtiva’ – agora via grandes monopólios/oligopólios do agronegócio –, o que tem espoliado seus recursos naturais e expulsado ainda mais seus trabalhadores do campo, sem contar todos os efeitos sociais que estes estão sujeitos ao irem para as cidades ao se juntarem à grande massa de desempregados e superexplorados dos grandes centros urbanos.

Diante deste cenário que tem se anunciado para o Brasil desde a década de 1990, variadas estratégias políticas e econômicas têm sido elaboradas e apresentadas como propostas de alternativa ao que estes acreditam ser a condição de subdesenvolvimento dos países da América Latina. Embora na atualidade se apresente embates entre estes debates – enquanto algumas teorias passaram a realizar críticas às perspectivas neoliberais e uma maior intervenção do Estado para garantir o desenvolvimento, sem com isso negar a relevância do mercado, outras, em defesa da agenda neoliberal, propagam abertamente a liberalização do mercado, agora associado à ideia de combinar crescimento e equidade social (BONENTE, 2011) – o que se vê, em geral, é a defesa do que o discurso/ideário neoliberal (hoje em alguma medida reformulado) tem trazido há quase vinte e cinco anos para a periferia do capital – uma

nova faceta do ideário imperialista da lógica sistêmica, promovendo assim um acirramento da dependência brasileira.

Por isso mesmo, os recentes debates sobre as possibilidades de desenvolvimento para a região têm sido reformulados e travestidos de diferenciadas nomenclaturas. Castelo (2013) traz o exemplo do que seriam as propostas do ‘social liberalismo’²⁰, que com pitadas de propostas desenvolvimentistas’ têm sido reafirmados pelas bases neoliberais, embora estas estejam reformuladas e travestidas por aparentes perspectivas inovadoras, as quais fazem referência às teses de matrizes europeias: a da terceira via entre o mercado e o socialismo (Anthony Giddens), do desenvolvimento humano com liberdade (Amartya Sen), do pós-Consenso de Washington (John Williamson) e da ‘nova’ questão social (Pierre Rosanvallon) (CASTELO, 2013). Todas tentativas de (re)formulações teóricas, para darem conta desta nova dinamização que o capitalismo vem se permitindo, sobretudo, frente à sobreposição do capital fictício e os desmontamentos da crise cíclica do capital nas últimas décadas. Dentro desta conjuntura encontram-se a América Latina e o Brasil dependentes que são em sua singularidade e possibilidades de oferta para a economia mundial.

Diante deste quadro é possível entender e reafirmar os estudos da Teoria Marxista da Dependência, a qual expõe claramente que, qualquer que seja a proposta ou a nomenclatura dada ao plano de desenvolvimento defendido para a realidade periférica, o único resultado dentro da lógica capitalista será o do desenvolvimento do subdesenvolvimento, da dependência e, portanto de seus já agravados problemas sociais. Neste sentido, é coerente perceber o quadro em que se encontra o Brasil nos dias atuais como mais uma confirmação desta lógica, afinal, a burguesia brasileira junto ao capital internacional – afirmando e utilizando-se do aparelho estatal autocrático – tem, mais uma vez, em comum a realização de seus desejos privatistas, reafirmando o desenvolvimento dependente do Brasil, agora

²⁰ O social-liberalismo surgiu nos centros imperialistas em resposta a crise conjuntural vivenciada pelo capitalismo em meados dos anos 1990, com as crises financeiras nos países dependentes (México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil, Argentina) e o tímido fortalecimento das forças políticas de contestação da ordem, como os ativistas do Fórum Mundial e o Exército Zapatista. As classes dominantes globais pretenderam dotar o neoliberalismo de uma agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento e à ‘globalização’ para reduzir as tensões sociais e políticas. Em linhas gerais, o social-liberalismo reconhece que o mercado, apesar de suas falhas pontuais e episódicas, ainda é a melhor forma já inventada na história de organização social para a produção da riqueza. Suas falhas, principalmente no tocante à má distribuição e à destruição ambiental, tendem a se agravar em momentos de crise, o que requer uma regulação estatal seletiva. O Estado social-liberal é, portanto, convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da ‘questão social’, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio (CASTELO, 2013, p. 4).

travestido de um discurso neoliberal reformulado. E, embora se reconheça aqui as distintas políticas econômicas que foram desenvolvidas no país desde a implantação do projeto neoliberal de desenvolvimento não há, contudo, uma demonstração concreta de que exista algum enfrentamento expressivo ao que este projeto representa: a nova faceta do ideário imperialista da lógica sistêmica que tem promovido uma nova rodada de aprofundamento da dependência brasileira (CASTELO, 2013).

2.3 A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, UMA ANÁLISE DA CONCRETUDE

Para comprovar a afirmação acima, é necessário descrever o cenário brasileiro dos últimos anos em uma análise menos abstrata. Quando se observa as orientações dadas à política econômica do país, por exemplo, percebe-se que desde o Plano Real tem-se afirmado as diretrizes neoliberais, mesmo considerando aqui os diferentes direcionamentos dados à esta política pelos distintos governos que se seguiram desde então. Todavia, o importante a ressaltar é que estes governos permanecem direcionando, acima de tudo, os três pilares fundamentais da política macroeconômica de cunho neoliberal brasileira: as metas de inflação, o *superávit* primário e o câmbio flutuante.

Haja vista, por exemplo, os níveis atingidos pelo *superávit* primário, justamente para acalmar os ânimos do grande capital, que nos últimos anos têm-se mantido os níveis acordados com os credores internos e externos. Lembrando ainda que os mecanismos de produção do *superávit* primário são os grandes responsáveis por drenarem recursos das políticas sociais, tais como: a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Desvinculação de Recursos da União, que continuam ativos sem questionamentos maiores (CASTELO, 2013).

O mesmo vem ocorrendo em relação às metas de inflação e ao câmbio flutuante, que apesar de hoje em dia estar com uma menor margem de flutuação, seu direcionamento dentro da lógica da economia brasileira tem reproduzido a dinâmica das perdas da economia nacional em relação aos ganhos do capital internacional, pois a política econômica de câmbio flutuante, ainda desenvolvido pela economia brasileira, acaba por desencadear a liberalização financeira dos seus fluxos externos de capital, que drenam massivamente a riqueza produzida pela força de trabalho nacional nas formas de envio de lucro, pagamentos de juros, *royalties*, patentes e

direitos intelectuais, fretes, seguros etc. exemplos claros e atuais de transferência de valor analisados pela Teoria Marxista da Dependência. Além, é claro, o fato de esta dinâmica desenvolver o *déficit* da conta corrente brasileira, que tem crescido nos últimos anos, e que precisa ser financiado pelo ingresso de capital estrangeiro, muitas vezes atraído por altas taxas de juros, provendo mais uma rodada – que na verdade é constante – de desnacionalização na economia do país (CASTELO, 2013).

Contudo, a desnacionalização não é o único problema desencadeado pelo crescente *déficit* nas contas correntes, pois para compensar a negativação de suas contas, o direcionamento da política econômica brasileira tem desenvolvido como contrabalanço uma agressiva política de exportações de mercadorias do complexo agroindustrial, vislumbrando uma alta contínua dos preços das *commodities* agrícolas e minerais nos mercados internacionais – tendência desencadeada principalmente das relações comerciais existentes entre Brasil e China. Para Castelo (2013), o objetivo é conseguir divisas a partir da balança comercial. No entanto, o resultado desta dinâmica é consequentemente o aumento das exportações de produtos primários e semimanufaturados, ou seja, de reafirmação da sua economia exportadora, como caracterizava Marini (2011), com predominância de mercadorias primárias de baixa ou nenhuma densidade tecnológica, com baixo valor agregado, além de asseverar a lógica do agronegócio no meio rural promovendo, dentre outras consequências, a concentração de terras na expansão dos grandes latifúndios e a expulsão dos produtores familiares para as massas de desempregados ou superexplorados das cidades.

Estes pilares que passaram a montar a política econômica brasileira a partir da década de 1990 são os principais meios concretos pelos quais a economia brasileira tem-se subsumido à lógica imperialista imposta pelos países centrais na atualidade – hoje em dia centralizado pelas diretrizes dos Estados Unidos da América. São os meios pelos quais se realizam a transferência da massa de valor internamente produzida para as economias centrais, tanto pelos mecanismos tradicionais já apontados pela Teoria Marxista da Dependência (troca desigual entre produtos que possuem diferentes níveis de forças produtivas – entre as exportações de produtos primários brasileiros e os produtos manufaturados importados), quanto via novas formas de envio de lucro aguçadas pela liberalização financeira e pela dominação da reprodução fictícia do capital implantadas/defendidas pelas políticas de cunho neoliberais (CARCANHOLO, 2008).

No entanto, na tentativa de conter os efeitos da crise, os últimos governos acabaram por investir uma pequena quantia em reajustes dos salários dos servidores federais e em maiores gastos sociais, mas, mesmo estas medidas consideradas anticíclicas demonstraram-se ineficazes e mínimas para os dias atuais. Ineficazes diante dos problemas sociais que a(s) crise(s) costuma(m) gerar, e assim tem sido, e mínimas, principalmente, ao se comparar o que os últimos governos têm gastado com o pagamento dos juros e amortizações da dívida, porque seu gasto com a área social tem sido pífio, como demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1- Orçamento geral da União – gastos selecionados (R\$ milhões)



Fonte: SIAFI (acesso em 15 maio 2015).

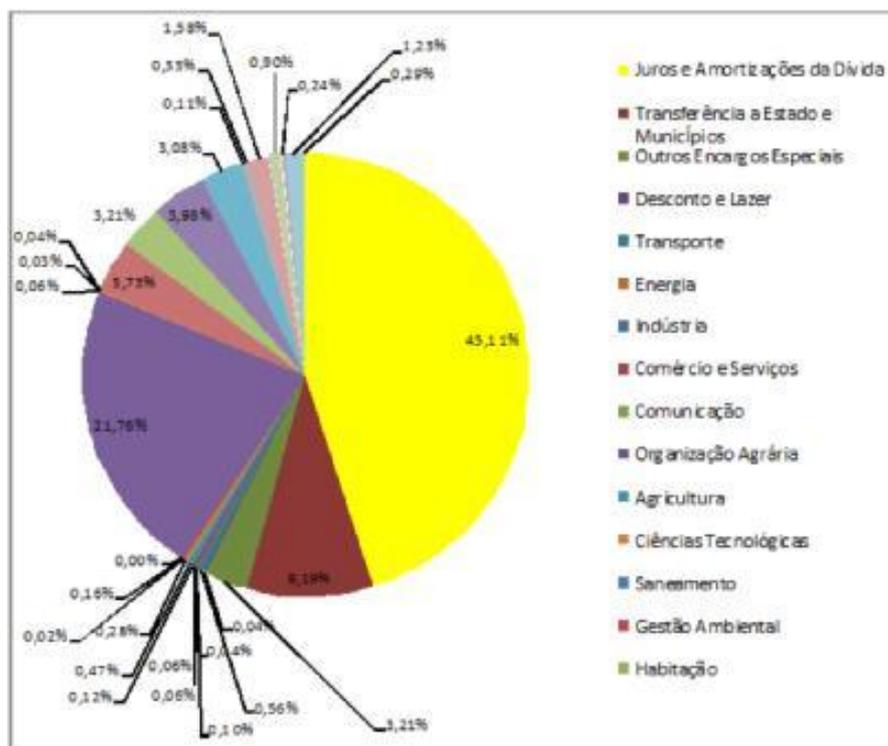
É possível observar no Gráfico 1 um crescimento no orçamento geral da União. No entanto, conforme apresentado, este orçamento tem sido gasto em sua maior parte em juros e amortização da dívida, assim como na expansão dos gastos da assistência social, pelo perfil de enfrentamento da questão social dos últimos anos, caracterizado, principalmente, pela via de programas de transferência de renda o que passou a reafirmar a tendência à assistencialização das políticas sociais no país.

Ressalva-se que, as transformações obtidas na realidade do país nas últimas décadas como é/são o caso das políticas sociais foram desencadeadas por influências externas e não alteram as estruturas internas que dinamizam as relações socioeconômicas do país. Afinal, a alta concentração de renda e as desigualdades sociais (re)produzidas por esta lógica de desenvolvimento dependente continuam presentes no Brasil, apesar das mudanças instituídas a partir deste período.

A arrecadação tributária no Brasil, por exemplo, segue em modelo regressivo, o que significa que a maior parte desta recai sobre as camadas sociais com menores rendimentos (os trabalhadores). Como demonstra Salvador (2012), que afirma que 54,90% da arrecadação do ano de 2009 vieram da tributação indireta, ou seja, do consumo de mercadorias, que tem alíquotas iguais para classes com rendas e riquezas muito desiguais. Além disso, ao observar a tributação que incide sobre a folha de pagamento – que recai também sobre o trabalhador – em relação ao índice sobre o lucro (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ), nota-se uma diferença de mais de cinco vezes da primeira (R\$ 22,64 bilhões) em relação à segunda (R\$ 110,86 bilhões); a desigualdade da arrecadação também pode ser evidenciada quando se analisa os impostos sobre o patrimônio, que corresponderam irrisoriamente a somente 3,72% do total. Tudo isto demonstra que a renda do trabalhador tem um nível relativo de taxação muito mais elevado do que a renda dos capitalistas e que o estoque da riqueza é praticamente isento de pagamento dos impostos.

Para Salvador (2012), gastos e tributação são duas faces de uma mesma moeda, portanto, se a arrecadação demonstra a desigualdade existente na formação do orçamento público, o mesmo pode-se afirmar pela forma como os governos vêm gastando este orçamento. Como afirma Castelo (2013), o ajuste fiscal brasileiro tem garantido, historicamente, altas taxas de rentabilidade ao grande capital, especialmente suas frações rentistas, que se apossam de grande parte do orçamento público, enquanto que as necessidades básicas dos usuários dos serviços sociais que o governo deveria garantir não são atendidas, como demonstra o Gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Orçamento Geral da União (Executado em 2014) – Total = R\$ 2,168 trilhão



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida Pública (2012).

Nota: Adaptado pela autora.

Estes dados representam, visivelmente, as consequências desencadeadas pela alternativa da superexploração como mecanismo de compensação escolhido pelo capital dependente brasileiro para contrabalançar a transferência de grande parcela do excedente aqui produzido. Afinal, a distribuição regressiva da renda e da riqueza, assim como o aprofundamento dos problemas sociais em geral existentes no país são reflexos deste mecanismo. A configuração socioeconômica do país não poderia ser outra senão a demarcação de uma desigualdade social extrema, sendo que a arrecadação tributária regressiva é apenas um dos fatores que demonstram esta realidade. Ao estabelecer uma análise mais profunda percebe-se que o trabalhador brasileiro é dupla e triplamente superexplorado pela conformação periférica do Brasil.

Primeiramente, como já observado, aqui ele é superexplorado ao ter sua jornada intensificada e estendida e por ser remunerado abaixo do necessário para repor o valor de sua força de trabalho, o que significa trabalhar mais e ganhar menos. Em segundo lugar, ele é tributado onerosamente e relativamente aos lucros arrecadados pelo capital – estas duas condições já põem o trabalhador a impossibilidade de conseguir as condições mínimas para a sua sobrevivência e a de seus familiares. Há ainda uma terceira questão que acirra esta

impossibilidade, que seria a não garantia por parte do Estado de que estas condições mínimas para a sua sobrevivência possam ser acessadas, uma vez que a saúde, educação, habitação, transporte, saneamento, dentre outros serviços públicos – ou que deveriam ser – não têm sido prioridades nos gastos do governo, como o último gráfico claramente confirma.

A difícil realidade do trabalhador brasileiro é ainda assombrada pela constante ameaça da grande possibilidade de se integrar ao extensivo exército industrial de reserva, demarcada pelos níveis alarmantes de desemprego no Brasil que acaba sendo compensada pela alternativa da informalidade. Embora os recentes dados demonstrem uma queda destas taxas, tanto do desemprego quanto da informalidade, ambas ainda representam significantes problemáticas para a realidade do país. Ainda mais importante, é a constatação de que o aumento dos empregos formais vem sendo acompanhado pela intensificação das condições precárias em que se encontram os trabalhadores, seja pelo crescimento dos empregos por contratos e terceirizadas ou pelo acompanhamento dos rebaixamentos de salários, pela flexibilização da jornada de trabalho (exemplificada pela criação do banco de horas), pela abertura do comércio aos domingos, pela viabilização da venda de um terço das férias e da redução da hora de almoço entre outras flexibilizações da CLT, as quais, inclusive, comprovam a ação do Estado no processo de intensificação da superexploração da força de trabalho no Brasil (LUCE, 2013).

Contudo, ao analisar o outro lado, os rendimentos do capital na contemporaneidade brasileira, mesmo apesar dos anúncios da queda dos juros na economia no período relacionado aos primeiros anos da segunda década deste século, é possível notar que as gigantes instituições bancárias do país têm embolsado lucros crescentes e até mesmo alcançado recorde em períodos de bons ventos aos rentistas nacionais, “[...] a queda dos juros não significou a queda dos rendimentos dos grandes bancos, pois estas corporações oligopolistas adotaram novas estratégias de gestão do seu portfólio, tais como a manutenção do *spread* bancário, o aumento das operações de crédito e das tarifas acima da inflação” (CASTELO, 2013, p. 9).

O aumento dos rendimentos do capital também vem sendo acompanhado pelas empresas do setor produtivo e financeiro. Nos últimos anos, o balanço patrimonial destas empresas vem sendo representados por cifras expressivas e seus lucros chegaram a bater recordes. “Em 2010, a consultoria Austin Rating calculou, a partir de uma amostragem de 59 empresas de 20 setores com capital aberto, um lucro de R\$ 167 bilhões, 32% a mais do que 2009” (O

GLOBO, 2011 apud CASTELO, 2013). Há também os ganhos dos grandes oligopólios, estes que têm sido crescentes no mercado de capitais: em 2009 o volume de negócios registrado na Bovespa atingiu a marca de R\$ 1,216 trilhão. Já os dividendos pagos aos acionistas do grande capital cresceram continuamente desde 2008, passando de R\$ 57,4 bilhões para 94,3 bilhões em 2011 (O GLOBO, 2012 apud CASTELO, 2013).

É possível perceber com a exposição destes números a demonstração da continuidade de um projeto político, econômico e social questionável, onde os lucros do capital continuam a ser protegidos pelo Estado enquanto que o trabalhador e as esferas públicas do país são deixados a mercê do ‘livre mercado’ e da superexploração. Afinal, como se viu, diversos setores do capital (industriais, bancários, agrários e de serviços), que estão cada vez mais concentrados e centralizados em torno dos grandes conglomerados multinacionais, vêm acumulando recordes de lucros ao se comparar o histórico de seus rendimentos no progresso da economia do país.

É importante também frisar que em momentos em que a economia tem demonstrado um relativo crescimento é possível perceber ao mesmo tempo certa elevação das rendas do trabalho e do capital. Afinal, para Castelo (2013), os rendimentos da classe trabalhadora também subiram nos últimos anos devido aos aumentos reais do salário mínimo, dos acordos coletivos entre patrões e empregados, dos programas de transferência de renda e das mobilizações e greves. Tais fatores não devem ser desprezados, principalmente se considerar a realidade do Brasil, tão demarcada pelas injustiças sociais e pela miserabilidade da sua grande massa populacional. O autor ainda afirma que o grande problema está no fato de que a renda do trabalho, como aqui se demonstrou, não seguiu o ritmo do crescimento das rendas do capital, o que comprova a desigualdade econômica do país em formato a se reproduzir crescentemente, pois mesmo quando há um melhora na economia, os governos que se seguem têm sempre favorecido desproporcionalmente a população e, em momentos de crise mais severa como a que se vive mais recentemente esta população é castigada com suas perdas de direitos, cortes econômicos e repressão direta/violência, isso sem falar na concentração da propriedade – algo ainda muito difícil de detectar, dadas as insuficientes fontes –, que também seguem em ritmo crescente:

De acordo com os três últimos censos agrários do IBGE, o índice Gini que mede a concentração das terras no país é altíssimo e permaneceu estável (0,857 em 1985, 0,856 em 1995/96 e 0,854 em 2006). No Censo Agropecuário de 2006, as propriedades acima de 200 hectares contabilizaram 71% do total das terras brasileiras, enquanto em 1995/96 somavam 61% (CASTELO, 2013, p.10).

A desigualdade social como reflexo direto da concentração da renda e da terra no Brasil também foi e continua sendo uma ilustração deste modelo de desenvolvimento dependente do país, o que certamente foi exemplificado pelos números apontados acima sobre a concentração de terras e também com a concentração da riqueza em geral, que pode ser medida – mesmo não tendo na formulação de seus índices a captação dos ganhos do capital na mensuração da distribuição pessoal da renda no Brasil – pelas desigualdades entre as classes, que coloca o país como 12º mais desigual do mundo e, na América Latina, com a espantosa 4ª colocação no *ranking* do pauperismo relativo (CASTELO, 2013).

Portanto, o que todos estes dados contemporâneos demonstram é uma realidade socioeconômica que possui, em alguma medida suas nuances, mas, para além desta constatação, o que melhor de ser percebido são suas continuidades. Quando se analisa seus efeitos e suas razões é possível perceber a matriz pela qual se move o país. Por exemplo, as políticas sociais desenvolvidas pelos últimos governos têm gerado melhorias nos indicadores sociais, contudo estas não chegam – e não poderiam ser diferentes – a atingir a estrutura concentradora da riqueza que, como se demonstrou aqui, tem sido um problema intensificado no Brasil. Neste sentido, o que ainda permanece pungente na direção econômica que a burguesia concentrada e centralizada dá a esse país, é uma crescente apropriação da riqueza socialmente produzida nacionalmente para direcioná-la à manutenção das condições gerais da produção capitalista mundial, para que assim seja possível administrar as crises, socializando prejuízos decorrentes na atualidade primordialmente pelas atividades da reprodução do capital fictício (CASTELO, 2013).

Esta tem sido a singularidade do neoliberalismo – que embora tenha se propagado mundo afora acentuando as contradições do capitalismo –, em um país de economia dependente se reproduz junto à intensificação da superexploração em todas suas modalidades como mecanismo de se compensar a crescente transferência dos excedentes produzidos internamente – em especial pela economia agrária – e pelos trabalhadores brasileiros, em geral, para satisfazer a lógica da acumulação do capital internacional; reproduz o subimperialismo com suas ‘novas’ faces dispostas para o século XXI; e a transferência de valor quantitativamente crescente e qualitativamente rerepresentada diante das novas demandas do capital internacional. Desta forma, o neoliberalismo, como a nova faceta do ideário imperialista da lógica sistêmica promove o acirramento da dependência brasileira e de suas contradições sempre de forma mais acentuada.

Se for certo que o neoliberalismo não resolveu os problemas histórico-estruturais do país, ao contrário, intensificou as relações de dependência e suas consequências na dinâmica da economia brasileira, também é correto afirmar que a raiz dos problemas brasileiros não se encontra na dinâmica neoliberal, afinal, a questão central dos problemas socioeconômicos do Brasil está no desenvolvimento do capitalismo em si e, na forma particular ou *sui generis* de reprodução do capitalismo brasileiro dentro desta lógica.

Neste sentido, é também possível afirmar que o cerne da questão para se entender o Brasil na sua contemporaneidade não reside necessariamente no perfil da política econômica desenvolvida pelos últimos governos. Isso bem frequentemente conduz o debate pela caracterização de que esta ou aquela política tem sido mais ou menos ortodoxa ou heterodoxa, pois ao fim todas estas têm servido a mesma lógica ao favorecimento da estreita burguesia brasileira, que se apossa da força estatal para, mais uma vez, colocar a serviço do grande capital. Desse modo, os dados apresentados neste Capítulo demonstram que os últimos governos – embora carreguem suas singularidades – têm conservado a estrutura histórica da problemática que aflige o Brasil, sua conformação de dependência, que nos últimos anos tem sido posta sobre uma lógica específica da proposta reformulada do neoliberalismo, a qual estimula o aprofundamento da política econômica sob a dinâmica da financeirização e do novo imperialismo, processo gestado primordialmente a partir dos anos 1990: “Para além das aparências macroeconômicas, que exibem bons números em determinadas conjunturas, está em curso no Brasil a reafirmação e consolidação de uma nova etapa do capitalismo dependente que começou na década de 1990 [...]” (CASTELO, 2013, p.12).

Tudo isso ratifica, portanto, que a dinâmica do desenvolvimento capitalista brasileiro, regida pelas classes dominantes, vem sendo historicamente caracterizada por seus ideais particulares e personalistas, o que acabou por não criar nenhuma barreira para a continuidade: da dominação do capital imperialista, da exclusão política e econômica da maioria absoluta da população e dos obstáculos socioeconômicos que reafirmaram sua condição de economia dependente. Nesta lógica entende-se que há uma relação entre dependência e subdesenvolvimento e que esta relação não é ‘somente algo imposto de fora para dentro’, pois ela compõe uma estratégia interna que tem sido recorrente ao longo da história do capitalismo brasileiro e seu movimento tem sido determinado segundo as necessidades das classes dominantes, “[...] construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana” (FLORESTAN, 2004, p. 262). Esta lógica dicotômica

imposta pela condição da dependência tem demonstrado que, independentemente do período histórico brasileiro, sempre tem se reafirmado as características elementares de sua economia e de suas consequências.

Confirma-se aqui, desse modo, a realidade socioeconômica brasileira enquanto *sui generis* como afirma Marini (2011), onde por sua estrutura global e seu funcionamento, dificilmente se desenvolverão as experiências clássicas do capitalismo e que, por isso mesmo, deve ser compreendido na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional, o que permite aqui a reprodução de todas as leis que dinamizam o sistema capitalista mundial, contudo de forma sempre intensificada.

Somente diante desse necessário – mesmo que breve – apontamento do que a estrutura econômica e histórica da dependência tem posto de concreto para o Brasil, é que se torna possível entender de onde nasceram suas particularidades que se darão nos âmbitos social e político. Portanto, observa-se que, se seus problemas sociais tendem a acompanhar suas singularidades históricas e econômicas, o mesmo ocorrerá com os mecanismos necessários para combater estes problemas, as políticas sociais, por exemplo, que conseqüentemente aqui se ergueram e se desenvolveram muito particularmente. Dessa forma, para se debater sobre tais mecanismos (as políticas sociais brasileiras) – seja para caracterizá-las, apontar seus limites ou demonstrar suas possibilidades – é necessário recorrer-se à Teoria Marxista da Dependência para observar nestas o que também há de específico.

3 A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Nos Capítulos anteriores foi possível apresentar, através da Teoria Marxista da Dependência, os principais pontos sobre a singularidade econômica do Brasil e o desenvolvimento do capitalismo promovido por esta singularidade em seu perfil dependente. Foi possível observar a centralidade da dependência dentro do contexto histórico do Brasil. Afinal, ela compõe toda a dinâmica da reprodução social no país, sua estrutura, através de seus condicionantes que, por sua vez, dinamizam todas as esferas da sociedade – econômica, política, social, ou cultura – relacionando-as entre si e, assim reproduzindo a lógica da dependência em escala ampliada. Neste sentido, é correto afirmar que esta lógica também é reproduzida nos/pelos problemas sociais existentes no país e nos instrumentos de enfrentamento da questão social brasileira. Assim, as políticas sociais brasileiras desde sua natureza, seu financiamento e seus limites estão submetidas ao caráter estrutural da dependência. É neste sentido que o perfil de política social existente no Brasil acaba também por reproduzir o modelo de desenvolvimento existente no país dependente – o que será apresentado de forma mais detalhada neste capítulo.

3.1 O SURGIMENTO E A EXPANSÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO MUNDO

Para se analisar qualquer realidade – regional, nacional ou continental – é importante compreender as conexões existentes entre as esferas econômicas, políticas e sociais que dinamizam esta realidade, pois a dinâmica existente em cada um dessas esferas influencia e é influenciada uma pela outra, conformando assim uma realidade singular. Portanto, o esforço deste trabalho em caracterizar a estrutura da dependência brasileira está justamente em apreender como esta estrutura tem conformado a realidade econômica do Brasil em suas especificidades, para, deste modo, compreender suas influências na esfera social que, por este raciocínio, também acompanha o modo singular que a dependência traça ao país.

Por conseguinte, analisam-se os problemas sociais existentes no Brasil como desdobramentos de sua realidade desigual advinda da condição de país periférico e dependente. Por isso mesmo, é correto afirmar que os mecanismos que atuam diretamente nas expressões da

questão social²¹ brasileira – a saber, as políticas sociais – estão relacionadas às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social.

Abordando a política social enquanto estratégia fundamental de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade capitalista, é possível entender sua centralidade na análise dessa relação existente entre as esferas econômicas, sociais e políticas de qualquer realidade. Ressalva-se que o objetivo central deste Capítulo é entender como esta relação se dá no Brasil. Todavia, é necessário, antes de tudo, analisar – mesmo que sucintamente – o surgimento e o desenvolvimento da política social no mundo, em seu aspecto mais genérico para, em seguida, discutir seus rebatimentos na realidade brasileira.

Na verdade, de acordo com Bering e Bochetti (2006), é difícil precisar o momento específico em que surgiu a primeira identificação de política social²² em nível mundial. Afinal, ela advém da confluência entre os movimentos da ascensão e do desenvolvimento do capitalismo, com a Revolução Industrial, da dinâmica dada pelas lutas de classe e pelo desenvolvimento da intervenção estatal²³. Portanto, de acordo com a dinâmica destas confluências possibilitadas pela realidade de cada país ou região, que se originaram as variações de políticas sociais implantadas mundo afora.

²¹ A origem do termo, ‘expressão da questão social’, formulada pela concepção dos socialistas revolucionários do século XIX, descrevia o cenário existente na Europa Ocidental, quando nos primeiros momentos do impacto da industrialização desencadeou ali a expressão imediata da questão social, que é o pauperismo, assim como as crescentes contestações por tais condições. Neste sentido, o pauperismo produzido e asseverado na sociedade moderna está associado à dinâmica do modo de produção capitalista, quando há uma produção de riqueza social em escala exponencial ao mesmo tempo em que se produz e reproduz o pauperismo, o qual passa a ser reproduzido, agora não por condições limitadas de produção, ciência e tecnologia, mas radicada justamente pela Lei Geral da Acumulação Capitalista (Ver mais em: MARX, 1980).

²² Segundo Bering e Bochetti (2006), as sociedades pré-capitalistas (ou em fase de sua transição) atuavam com algumas ações sociais no intuito de garantir a ordem social e punir a vagabundagem, sem qualquer intuito de garantir o bem comum, por ações privadas e filantrópicas, o que configuraram o que as autoras denominam por protoformas de políticas sociais, tais como, Estatuto dos Trabalhadores (1349), Lei dos Pobres Elisabetanas (1531 e 1601), Lei Revisora das Leis dos Pobres (1834), dentre outras, que por variadas configurações ausência do Estado, orientação de manter a ordem de castas e impedir a livre circulação dos trabalhadores etc., não poderiam ser denominadas de políticas sociais em si.

²³ Nem sempre esses sistemas foram administrados pelo Estado, antes ao contrário, durante um longo período do capitalismo, na sua fase liberal (concorrencial) no século XIX, predominou o formato da proteção expressa em solidariedade primária, direta, de pessoa a pessoa, no qual as famílias, historicamente, são constituídas pelos principais agentes desse tipo de proteção social, bem como a comunidade, a filantropia, a assistência religiosa e outras manifestações da sociedade civil, cabendo ao Estado uma intervenção esporádica e emergencial sobre os casos extremos de pobreza, e ações coercitivas contra a vadiagem e vagabundagem (TEIXEIRA, 2007, p. 45).

Quanto à expansão das políticas sociais, esta é mais facilmente identificada, sendo normalmente associada à fase monopolista do capitalismo, (mais precisamente de 1945 até o final da década de 1960). Quando o acirramento das contradições do desenvolvimento do capitalismo coloca em xeque sua hegemonia – despontada pelos elementos econômicos (crise) e políticos (organização e pressão da classe trabalhadora) – foi preciso modificações quanto à intervenção estatal na economia no sentido de procurar estabilizar o processo de acumulação e concomitantemente responder as demandas políticas e sociais. Desta configuração que nasce a necessidade do Estado em financiar parte do capital variável com o objetivo de favorecer a acumulação privada, sendo que tal estratégia passou a ter centralidade na dinâmica do desenvolvimento capitalista aplicado pelos países centrais a partir de meados do século XX é, portanto, desta conjuntura em que se expandem os sistemas de política social como resposta à questão social nos países de capitalismo avançado (OURIQUES; PAIVA, 2006).

A política social, como mecanismo que socializa os custos da reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade, é uma dessas estratégias acionadas nessa nova fase da regulação capitalista. Tornada não somente necessária, devido ao acirramento da luta de classes, mas, sobretudo possível, com a expansão da extração da mais-valia, é fundamental para o aproveitamento produtivo do excedente econômico a ser valorizado (OURIQUES; PAIVA, 2006, p. 168).

Neste sentido, é possível afirmar que múltiplas foram as determinações socioeconômicas e políticas que viabilizaram o surgimento das variadas experiências do denominado ‘Estado de bem-estar social’ vigorado em meados do século XX. A primeira entre estas, como já exposto, foram as condições econômicas/materiais possibilitadas, já que o crescimento da massa de mais-valia disponível neste período passou a ser direcionado para o financiamento das políticas sociais, o que fora defendido pelo ideário *keynesiano-fordista* existente. Em segundo, foram as determinações políticas expressas no pacto de classes²⁴ estabelecido entre a burguesia e a classe trabalhadora daquele período, o qual foi possibilitado pela existência da ameaça do socialismo demarcado pela experiência da União Soviética e das pressões exercidas fundamentalmente pelos sindicatos trabalhistas na luta por melhorias sociais. Outra determinação está associada ao momento histórico pelo qual o mundo passava, pois com o término das grandes guerras mundiais os países envolvidos necessitavam de uma intervenção maior e direta do Estado para sua reconstrução, além da necessidade do restabelecimento do sistema econômico mundial que fora atingido pela grande crise da década de 1930.

²⁴ Ver mais em: BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

Foi dentro desta conjuntura que as experiências de Estado de bem-estar social se efetivaram em algumas realidades e se desenvolveram com base em determinados pilares caracterizados pela: prática do pleno emprego possibilitado naquele contexto histórico; pela universalização dos direitos sociais, que visava atingir a todos indistintamente e de forma incondicional; além da aplicação da assistência social como forma de proteção, “[...] cuja principal função seria de impedir que segmentos socialmente vulneráveis resvasassem para abaixo de uma linha de pobreza legitimada pela sociedade” (PEREIRA, 2000, p. 55).

Embora essas experiências – de Estado de bem-estar social – tenha se reduzido há apenas realidades específicas, elas também acabaram por influenciar a expansão generalizada da política social pelo mundo que foi realizada de forma gradativa e acompanhada por diversas experiências que as distintas realidades socioeconômicas possibilitaram à determinados países. Porém, se houve algo padronizado neste processo foi justamente a legitimidade na presença do Estado como produtor e gestor das políticas sociais entendendo-as, portanto: como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força, surgem como “[...] instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora” (MONTAÑO, 2007, p.39).

Com o Estado ampliando e seu papel frente às necessidades socioeconômicas desencadeadas neste processo, afirma-se a possibilidade não somente da expansão das políticas sociais, como também da regularização na determinação das funções²⁵ atribuídas a elas, a partir deste período. Entre estas se encontra sua função social, que tem como objetivo o atendimento redistributivo dos recursos sociais, seja por meio de serviços sociais ou assistenciais. Sua função política, caracterizada por sua capacidade de legitimação da ordem sistêmica a partir do desencadeamento da coesão social estabelecida, já que “[...] as políticas sociais apresentam-se como expressão da correlação de forças e lutas na sociedade civil, e concessões dos grupos majoritários no poder objetivando obter legitimidade e controle social” (PASTORINI, 2006, p. 89); e a função econômica atribuída à política social pode ser explicada pelo barateamento da reprodução da força de trabalho para os capitalistas, já que parte dela é agora transferida ao Estado e socializada por este através dos impostos, além,

²⁵ Mediante esse breve entendimento das funções das políticas sociais há que se considerar que estas não podem ser entendidas como um movimento linear e unilateral, ou seja, do Estado para a sociedade civil como concessão ou da sociedade civil para o Estado como luta e conquista, contudo, têm de ser analisadas como um processo dialético entre as classes sociais, como afirma Pastorini (1997, p. 97).

obviamente, da extensão do mercado consumidor viabilizado pelas políticas sociais, que ao garantir a renda necessária à reprodução da força de trabalho, favorece ao trabalhador sua participação junto ao mercado consumidor:

Nas economias centrais, realizar lucrativamente o excedente significa, dentre outros aspectos, manter o salário dentro dos parâmetros aceitáveis à reprodução do capital e, ao mesmo tempo, criar um mercado potencial onde o excedente possa ser realizado, nos limites objetivos da ordem burguesa. Nessa perspectiva, as políticas sociais – fortemente inscritas na regulação salarial formal – desempenham um papel estratégico na manutenção dos esquemas de coesão social, mas também contribuem para a organização do mercado capitalista, ao favorecer a participação dos trabalhadores como consumidores (OURIQUES; PAIVA, 2006, p. 168).

Entretanto, quando em meados de 1960 e início da década de 1970 eclodiu-se a crise sistêmica capitalista agravada pelos reduzidos índices de crescimento, a fase de expansão das políticas sociais entra em crise e inicia-se o período de declínio do padrão de bem-estar que vinha se desenvolvendo pelo mundo. Esta etapa singular acabou por alterar a correlação de forças estabelecidas, até então, passando assim a ser mais favoráveis à corrente conservadora neoliberal, a qual defendia a responsabilização da ampliação dos papéis do Estado e do avanço da organização dos trabalhadores como entraves à livre acumulação de capitais, os responsabilizando pela crise econômica estabelecida.

A década seguinte foi acompanhada pelo contínuo desaquecimento da economia em nível mundial e pela queda dos regimes socialistas do leste europeu. O que possibilitou o fortalecimento dos ideários neoliberais enquanto pensamento hegemônico, que defendia como projeto societário o objetivo da retomada do crescimento econômico e da estabilização monetária acima de tudo. Tendo como horizonte a reestruturação produtiva, a privatização intensificada, o enxugamento do Estado e as políticas fiscais e monetárias, este horizonte foi expandido e implementado através dos organismos de hegemonia do capital estabelecidos a partir deste período, como FMI, BM, BID, dentre outras instituições multilaterais (PIANA, 2009).

Os rebatimentos do neoliberalismo afetaram diretamente e contundentemente as políticas sociais, reconfigurando as bases de norteamo das políticas por todo o mundo, cujas principais implicações foram no estabelecimento de práticas fragmentadas e compensatórias: como a criminalização da pobreza, incentivo às práticas tradicionais de clientelismo, filantropia social e empresarial, solidariedade informal e o assistencialismo - tudo isso

revestido de práticas alternativas e inovadoras para uma realidade de pobreza e exclusão social, pois agora:

O Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir, além daqueles que são, a rigor, de apropriação coletiva. Propõem uma política de beneficência pública ou assistencialista com um forte grau de imposição governamental sobre quem instrumentar e quem instruir, para evitar que se gerem ‘direitos’. Além disso, para se ter acesso aos benefícios dos programas públicos, deve-se comprovar a condição de indigência. Rechaça-se o conceito dos direitos sociais e a obrigação da sociedade de garanti-los através da ação estatal. Portanto, o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais (PIANA, 2009, p.34).

O receituário neoliberal de como zelar pelo ‘social’ passou a ser aplicado em nível mundial, embora ele fosse empregado, conforme também as possibilidades socioeconômicas e políticas existentes em determinado país/região. Cada país foi influenciado mais ou menos pelos direcionamentos neoliberais, de acordo com a capacidade ou autonomia que cada um possuía em determinar suas políticas econômicas, em designar suas demandas sociais, assim como pelo estágio em que se encontrava o processo de luta de classes existente em cada realidade. Porém, a inevitável instauração desencadeada nestas décadas foi a certeza de que as condições materiais, políticas e históricas para a implantação do desenvolvimento de políticas baseadas no Estado de bem-estar social tenham sido destituído cada vez mais desde então.

3.2 A ESPECIFICIDADE DA ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA E SEUS REBATIMENTOS NA POLÍTICA SOCIAL

Todo este traçado exposto acima descreve e explica o surgimento e o desenvolvimento da política social em suas experiências europeias, mas absolutamente distinta destas experiências foi sua trajetória nos países do continente latinoamericano, marcados que são pela lógica da dependência – como é caso do Brasil. Por isso mesmo, nenhum dos modelos recorrentemente utilizado pela teoria social para caracterizar o perfil de política social aplicado a determinadas realidades – liberal, corporativo, ou social-democrata (ESPING-ANDERSEN, 1991) – adequa-se à experiência do país.

Por conseguinte, como já exposto, a singularidade do desenvolvimento da política social no Brasil acompanha as expressões da questão social brasileira, as quais estão relacionadas

diretamente às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social. Neste sentido, para se analisar a realidade brasileira é necessário decifrar a raiz da questão social existente no país e suas consequências desencadeadas junto à sua população. Para a Teoria Marxista da Dependência, a resposta para se entender esta origem estaria na própria dependência, afinal, ela põe e repõe a expressão imediata da questão social do continente latinoamericano que é a pobreza, principalmente nos momentos de crise do capital, nos quais se intensificam as transferências exigidas pelo capital nos países centrais.

Assim, a dependência não desapareceu com a independência formal do Brasil. Esta trouxe a república, a democracia e o aumento da massa de riqueza, mas em seu formato concentrado, para alguns abastados da sociedade, os privilegiados. Esta realidade tem sido posta porque as demandas políticas e socioeconômicas do país são dinamizadas em função dos interesses externos que estão associadas aos proveitos destes poucos abastados da burguesia local. Contudo, esta dinâmica só é possível pela vigência dos condicionantes histórico-estruturais da dependência: a exportação contínua das riquezas nacionalmente produzidas, a manutenção do mecanismo da superexploração da força de trabalho e o subimperialismo, todos existentes para compensar esta condição, sendo que este fundamento tem reproduzido uma realidade marcada pela expressão da pobreza existente entre os brasileiros, que é distinguida pela significativa concentração de renda e riqueza vigente no país.

Portanto, assim como Paulo Netto (2012) afirma que a pobreza é a expressão imediata da questão social do continente latinoamericano, este trabalho também valida sobre a situação brasileira, mas acrescenta a esta afirmação a ratificação da Teoria Marxista da Dependência, a qual expõe o motivo desta pobreza: a relação desigual na qual o Brasil se submete à economia mundial e a opção da classe dominante em se aliar à burguesia dos países centrais e em cobrir estas desvantagens pela utilização do mecanismo de superexploração da força de trabalho, que assenta e intensifica os problemas sociais do país:

As classes dominantes tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, em tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades e emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (MARINI, 2012, p. 52).

A dependência conforma esta realidade, aos que fazem parte do acordo estabelecido entre a burguesia nacional e internacional quase tudo é possível e acessível; e a grande maioria

excluída deste pacto é superexplorada e demarcada pela conformação da desigualdade social, da concentração da renda, da riqueza e de poder que desencadeiam a pobreza expressiva neste país.

É possível comprovar estas afirmações através da demonstração de alguns dados: a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) disponibilizada sobre o ano de 2013 a respeito da distribuição de riqueza²⁶ no Brasil, observa-se que os 0,9% mais ricos do país detêm entre 59,90% e 68,49% da riqueza dos brasileiros²⁷; em contrapartida, dados de 2013 fornecidos pelo Datafolha revelam a concentração de renda²⁸ existente no país. Descrevem que 66% das famílias brasileiras ganham até R\$2.034, que 16% ganham de R\$2.034 a R\$3.390, 9% de R\$3.390 a R\$ 6.780, sendo que apenas 4% possuem uma renda familiar de R\$6.780 a R\$13.560 e 1% de R\$13.560 a R\$ 33.900. O estudo da PNAD de 2013 revela que o Brasil continua sendo o país com maior desigualdade de renda na América Latina, sendo que parte disso decorre justamente da piora do indicador de pobreza extrema, que divulgados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)²⁹ mostram que de 2012 a 2013 elevou-se de 5,4% para 5,9% número de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza³⁰ e 18% em um quadro de pobreza. Quanto à realidade dos trabalhadores do país, os dados apresentados no Boletim do Mercado de Trabalho nº 56³¹, também de 2013, informam que 7,9% da população está desempregada e que, apesar da queda nos índices, 33% dos brasileiros encontram-se em trabalhos informais.

²⁶ Dados disponíveis em: <<http://brasildebate.com.br/os-limites-atuais-da-distribuicao-de-renda-e-riqueza-no-brasil/>>.

²⁷ A variação existente no dado está relacionada com a dificuldade em mensurar pela falta de informações ou acesso a estas a renda/riqueza entre as camadas mais abastadas no país, são observações realizadas pelos próprios os institutos responsáveis em coletar os dados no Brasil, como PNAD. O que coloca em dúvida estes cálculos, mensurando a possibilidade desta renda/riqueza ser bem maior.

²⁸

Disponível:<<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/logincolunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/2014/01/1398643-o-rol-do-brasil.shtml>>.

²⁹ Disponível:<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral%2ccresce-o-numero-de-brasileiros-em-situacao-de-pobreza-extrema%2c1625182>>.

³⁰ Dados baseados no conceito utilizado pelo governo brasileiro, o qual trabalha com a definição do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU), que considera extrema pobreza alguém que vive com menos de US\$ 1,25 por dia.

³¹ Disponível em: : <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21552>.

O que os dados acima demonstram é um quadro demarcado essencialmente pela desigualdade de renda e riqueza, onde significativa parcela da população do país (25%) vive em condições de alta vulnerabilidade, que mais de 60% da população ganha menos do necessário para sua subsistência e que, mais de 40 % está desempregada e na condição de trabalhador informal – portanto desassistidos dos direitos sociais associados ao mercado de trabalho. Ou seja, é uma realidade que descreve um país majoritariamente pobre, independentemente da – ou justamente pela – produção significativa de riqueza realizada aqui. Esta é a dinâmica possibilitada pela dependência, a qual tem historicamente limitado a realidade socioeconômica brasileira a tal quadro.

Desse modo, do ponto de vista genuinamente latinoamericano, na medida em que, através de uma maior exploração do trabalhador, a forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, o capitalismo dependente institui - de modo sempre crescente - o pauperismo das massas, produzindo e reproduzindo, desta forma, uma intensa e crescente exploração do trabalhador, determinando, peculiarmente, os traços da chamada questão social no continente latinoamericano (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 157).

Por isso mesmo, os mecanismos existentes para o enfrentamento das manifestações da questão social, as políticas sociais, nesta realidade acabam se traduzindo majoritariamente em assistencialistas, focalizadas e seletivas no enfrentamento da pobreza e da pobreza extrema que, na verdade, estas são juntas as expressões imediatas da questão social brasileira. Portanto, o perfil de política social aqui viabilizado pela dependência é, justamente, o de compensar os problemas sociais desencadeados por esta lógica de desenvolvimento. Este não tem sido apenas o limite da política social existente no Brasil, mas, acima de tudo, o seu campo de possibilidade, sua natureza, o que, na verdade, faz com que a política social em seu caráter conservador no sentido de conservar aqui reproduza o modelo de desenvolvimento existente no país, dependente, criando assim um círculo vicioso. Em seu campo de possibilidades, as políticas sociais vêm conservando, ao longo dos anos, esta natureza e, portanto, toda a dinâmica que a sustenta. Neste sentido, a dependência reproduz e é reproduzida por esta lógica.

3.3 O CARÁTER DEPENDENTE DO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

O surgimento das políticas sociais no Brasil está associado ao processo de complexificação das contradições do capitalismo instaurado no país nas primeiras décadas do século XX, que ficou conhecida pelas intensas transformações – sociais, políticas, e econômicas – existentes a partir deste período. Afinal, com o favorável cenário (nacional e internacional) foi possível acelerar o processo de produção de riqueza no país através da industrialização pela via da substituição de importação. Esta aceleração do processo de produção de riqueza produziu mudanças diretas na estrutura social do país, culminando na Revolução de 1930. Junto a este processo surge, concomitantemente, uma nova dinamização na luta de classes, pois houve nesta sequência a conformação do proletariado industrial e a transfiguração da composição da classe burguesa (com a associação da recente formada ala industrial com a antiga ala latifundiária):

As transformações operadas na estrutura econômica neste período se expressam, socialmente, no surgimento de uma nova classe média – isto é, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno – e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política. O resultado das lutas desencadeadas por esse conflito é, por intermédio da Revolução de 1930, um compromisso – o Estado Novo de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas – através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e os velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas, sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao governo, dentro de um modelo de tipo corporativista (MARINI, 2012, p.75).

É possível, a partir desta análise, apontar o formato em que se avançaram os direitos sociais e as políticas sociais brasileiras. Afinal, a contradição é inerente ao desenvolvimento capitalista, assim a reprodução ampliada da riqueza também repõe em escala crescente os problemas sociais desencadeados pelo próprio desenvolvimento. Neste sentido, com a industrialização, a urbanização e a complexificação das relações sociais efetivadas no Brasil, naquele período, reapresenta-se a questão social brasileira e instaura-se um novo padrão de política social dirigida pelo Estado desde então. Contudo, esta renovação foi realizada dentro dos limites da acumulação dependente e dos regimes políticos autocráticos e populistas existentes no país. Estes limites conferiram à política social brasileira certa natureza que se reproduziu – com poucas variações – por muitas décadas de sua história.

O perfil que estas políticas assumiram em sua expansão foi demarcado por significativos traços de singularidade – bem distintos do padrão europeu de Estado de bem-estar social³² – e definidos não apenas pelo momento ímpar de desenvolvimento que o país iniciara, mas também pelas contradições que este desenvolvimento – atrelado às suas condições de economia periférica/dependente – os limitava. Portanto, é correto afirmar que o período de implementação e desenvolvimento da política social brasileira – de meados da década de 1930 ao início da década de 1980 – foi marcado pela reprodução constante de determinadas características que, acabaram por conformar certa natureza à política social brasileira, a qual pode ser percebida através dos conceitos de focalizada/seletiva/fragmentada, elitista/paternalista/clientelista, filantrópica, e privatista. Todos estes conceitos estão presentes em vários debates realizados exaustivamente por Faleiros (1991), Behring e Boschetti (2006), Paulo Netto (2012), Vianna (2000), Teixeira (2007), dentro outros.

A lógica privatista dentre os direcionamentos da política social no Brasil não é algo apenas contemporâneo, sendo por vezes difícil precisar a separação das atribuições entre o privado e o público sobre as políticas sociais no país, onde começa e termina cada um, já que contraditoriamente muitos dos serviços públicos aqui, segundo Teixeira (2007), são demarcados pelas constantes interações entre o público e o privado; seja nos exemplos de quando o Seguro Social, em sua constituição, foi instaurado de forma análoga ao seguro privado ou na persistência da garantia da assistência por entidades privadas ao longo de vários períodos.

Já a caracterização da política social enquanto focalizada, seletiva, ou fragmentada pôde ser evidenciada ao longo de sua implementação pela existência de práticas que atendem certos alvos/públicos da população, como grupo de crianças, certos tipos de doentes, determinados trabalhadores, ou indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social.

Logo, a realização de direitos e políticas caracterizados pela não universalidade, uma vez que muitos destes foram oferecidos de distinta forma e para determinados grupos da sociedade,

³² Nos países pobres periféricos nunca existiu o *Welfare State* nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania. São políticas ‘categoriais’, isto é, que tem como alvo certas categorias específicas da população, como trabalhadores (seguros), crianças (alimentos, vacinas) desnutridas (distribuição de leite), certos tipos de doentes (hansenianos, por exemplo), através de programas criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelísticos e burocráticos. Na América Latina, há grande diversidade na implantação de políticas sociais, de acordo com cada país [...] (FALEIROS, 1991, p.28).

mesmo que ao longo da história estes direitos venham se estendendo para variados nichos sociais, esta expansão sempre fora realizada de forma fragmentada e gradual – como foi o caso da previdência, que por muitos anos excluíram os trabalhadores rurais a seu acesso e posteriormente, diante das lutas sociais, estes acabaram sendo cobertos pelos direitos trabalhistas, incluindo a previdência. Esta caracterização da política social sempre dificultou a percepção de uma luta homogênea necessária na luta por direitos que abrangessem o todo da classe trabalhadora brasileira (FALEIROS, 1991).

A definição elitista e clientelista da política social tem sido evidenciada pela prática dos governos e da elite brasileira, na medida em que estes têm direcionado variados programas criados a cada gestão governamental, enquanto prática eleitoreira de certos políticos que consistem em privilegiar uma clientela, um conjunto de indivíduos dependentes em troca de seus votos, uma troca de favores entre quem detém o poder e quem vota. Esta realidade acabou por conformar a percepção de que a política social tenha sido algo meramente negociado ou doado pela benevolência do Estado, por certos regimes políticos e pelas elites, e não pela luta de classes ou pela organização e pressão da classe trabalhadora, o que, conseqüentemente, dificulta a consciência de classe por retirar a percepção da política existente dentro desta dinâmica e acaba por vezes, evidenciando a política social no espaço do não-direito (TEIXEIRA, 2007).

Neste mesmo sentido pode-se afirmar também sobre a percepção da tutela, do paternalismo e da filantropização da questão social no país, já que o Estado tem se apresentado pelo seu perfil filantrópico e paternalista – desde a criação da Legião Brasileira da Assistência Social (LBA) presidido pelas primeiras-damas da República às práticas paternalistas de atendimento das populações carentes na contemporaneidade –, em que seus regimes de governo criaram e realimentaram o discurso de que está presente ao ofertar os serviços a quem dele necessitar, principalmente às populações mais carentes. Portanto, estas caracterizações estão frequentemente presentes na esfera da assistência social, uma vez que a ação destes regimes, muitas vezes travestida de ajuda, centraliza-se no ‘mérito da necessidade’ e não no direito do cidadão por se dirigir majoritariamente aos denominados ‘subcidadãos’ (os não rentáveis ao capital, como deficientes e idosos) ofertando a estes doações abaixo do necessário para a reprodução da força de trabalho, desassociando, assim, a percepção da assistência social como forma de proteção (TEIXEIRA, 2007).

O importante também a ser ressaltado é que a caracterização da filantropização da política social está diretamente associada ao perfil de reprodução social no país, afinal, a assistência se instituiu no Brasil majoritariamente para responder as demandas condicionadas à realidade demarcada pela desigualdade social conferida aos trabalhadores brasileiros: distinguidos pelo notável número que compõe o exército industrial de reserva, a expressiva quantidade em atividades informais e a reconhecida condição destes trabalhadores que se encontram superexplorados. Diante desta realidade, a assistência acabou tendo um papel fundamental para a reprodução da força de trabalho no país, atendendo tanto os desamparados pelos direitos trabalhistas quanto aos trabalhadores que, por ganharem abaixo do necessário para sua sobrevivência, necessitam acessar as políticas de assistência. Para dar conta dessa demanda, a assistência acabou construindo e reproduzindo uma lógica assistencial associada à prática da filantropia, já que esta combinação “[...] não é rompida com a intervenção do Estado que passa a regulamentar esta ação” (TEIXEIRA, 2007, p. 51).

Portanto, através do desenvolvimento da ‘filantropia estatal’ os trabalhadores assistidos passaram a ser atendidos dentro de um padrão trivializado de reprodução social, o qual recria as desigualdades sociais e as relações de subordinação da classe desprivilegiada para com a classe dominante do país. “Essa intervenção pública se associa às práticas filantrópicas, demandatárias imediatas dos recursos públicos, cujos serviços são pautados por valores humanitários de solidariedade, voluntariado, obscurecendo as relações de direitos” (TEIXEIRA, 2007, p. 52).

3.3.1 Os elementos estruturais do caráter dependente da política social brasileira: um breve apontamento sobre o Estado e luta de classe no país

Neste sentido, consolidaram-se e desenvolveram-se as especificidades da política social no Brasil ao longo de várias décadas, o que acabou por demarcar sua natureza. Certamente as décadas que se seguiram no país foram dinamizadas por diferentes momentos históricos (dados pelas mudanças na dinâmica da acumulação do capital internacional), diferentes momentos políticos (pelos distintos regimes políticos existentes no Brasil, populista, autoritário), e distintas políticas econômicas (nacionalistas e desenvolvimentistas). Todas essas mudanças causaram, em alguma medida, respectivas transformações nas políticas sociais aplicadas desde então. Contudo, tais transformações não foram suficientes para alterar

a natureza da política social apresentada desde sua origem no país até meados da década de 1980.

É, portanto, dentro deste contexto, de regimes autocráticos ou populistas em que se ampliaram as políticas sociais no Brasil, como modo de antecipar-se às demandas sociais, evitando sua eclosão na cena pública, legitimando minimamente os regimes de exceção e encobrendo suas durezas; ou seja, em um ambiente adverso à participação política das massas, de repressão dos movimentos sociais (principalmente sindical) e de intenso desenvolvimento da economia e da questão social (TEIXEIRA, 2007).

Entretanto, é importante destacar que a consolidação da natureza da política social – conceituada pelas respectivas caracterizações apresentadas anteriormente (focalizada/seletiva/fragmentada, elitista/paternalista/clientelista, filantrópica e privatista) – só foi possível pela existência de uma estrutura específica que viabilizou o surgimento desta determinada natureza. Neste sentido, é necessário apresentar e debater os dois determinantes que condicionam esta estrutura: o Estado e a dinâmica da luta de classes existentes no Brasil.

O Estado é elemento central para se entender as razões que compõem esta formatação da política social no Brasil, principalmente se considerar a especificidade deste na conformação da economia brasileira enquanto subdesenvolvida/dependente. Afinal, segundo Salama e Mathias (1983), existem singularidades quanto à natureza do Estado nos países subdesenvolvidos. Uma vez que esse se institui como elemento fundamental na determinação do modo como a economia brasileira se insere na economia mundial – de forma dependente – ao funcionar como mecanismo central de interação entre a economia brasileira e os países centrais (SALAMA; MATHIAS, 1983).

Deste modo, o Estado afirma-se como elemento central do processo de produção e reprodução da dependência, ajustando a condição periférica do país na economia mundial ao intervir na implantação dos mecanismos de transferência de valor e de superexploração seja, por exemplo: através da administração legislativa que regulariza estas ações – como as relações salariais, que aqui são instituídas de forma a legitimar a violação do valor da força de trabalho – privilegiando os setores exportadores da economia, os quais comumente possuem desvantagens nas trocas internacionais – por exemplo, o setor agroexportador –, e também,

como exemplo, no direcionamento do fundo público para o pagamento das dívidas públicas e privadas.

Estes são exemplos de atuações diretas do Estado nas relações econômicas internas que acabam por reproduzirem a lógica da dependência. Não obstante Salama e Mathias (1983) esclarecem o papel ‘superdesenvolvido’ que o Estado possui nos países como o Brasil, dependentes, atuando em áreas estratégicas para garantir o desenvolvimento econômico do país. Porém, é possível também identificar a atuação preponderante deste Estado, dado sua concentração de poder, no seu comprometimento em manter o *status quo*: de associação dependente e da perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político da classe dominante (FLORESTAN, 1981). Neste sentido, torna-se viável a identificação das especificidades não somente da natureza do Estado no Brasil, mas também de suas funções e das consequências desta estrutura para relações sociais no país.

Ao analisar a teoria da dependência, a qual demonstra as consequências da existência da transferência de valor na economia nacional, é possível entender a limitação dos recursos disponíveis para a reprodução do capital privado – mesmo diante do mecanismo de superexploração e subimperialismo existentes. Neste sentido, o Estado³³ acaba tendo que realizar uma intervenção significativa no processo de desenvolvimento do país – tendo que investir diretamente no setor infra-estrutural e no setor produtivo. Em contrapartida, a intervenção estatal na produção e reprodução da força de trabalho no país acaba sendo parcial e fraca - pois poucos são os recursos do Estado que restam para tanto - assim, além da existência do rebaixamento dos salários, há ainda um limitado direcionamento do fundo público na garantia de serviços públicos. Logo, é possível entender o que a especificidade da dependência se traduz na conformação do Estado, pois, como afirmam Salama e Mathias (1983, p. 59):

A intervenção pública no setor produtivo – no sentido amplo da expressão – é proporcionalmente maior nos países subdesenvolvidos do que nos países desenvolvidos. Esta característica resulta da inserção particular desses países na economia mundial.

[...]

[...] diferença importante que distingue a intervenção do Estado nos países centrais e na periferia: é a gestão da força de trabalho débil nesses últimos. Ao contrário dos

³³ O principal protagonista de nossa industrialização foi, desse modo, o próprio Estado, não só por meio de políticas cambiais e de crédito que beneficiavam a indústria, mas também mediante a criação direta de empresas estatais, sobretudo nos setores energético e siderúrgico (COUTINHO, 2006, p.177).

países capitalistas desenvolvidos, ela está longe de caracterizar e fundamentar a intervenção do Estado nos países subdesenvolvidos.

Estas especificidades do Estado traduzidas por Salama e Mathias (1983) explicam em grande parte os limitantes do desenvolvimento das políticas sociais no país, já que daí decorrem algumas dificuldades, principalmente, para seu financiamento. Afinal, a opção da classe burguesa brasileira em compensar o mecanismo da transferência de mais-valia nacional para as economias centrais, fez com que internamente a mais-valia produzida se desse fundamentalmente pela superexploração da força de trabalho.

Neste processo, parte desta mais-valia, produzida através da superexploração é apropriada pelo o capital privado nacional, e outra – significativa parcela –, pelo capital privado internacional, uma terceira e menor parcela é transferida para o Estado – via impostos diretos e indiretos sobre o capital e sobre os salários. Contudo, como grande parte do capital privado nacional é transferida a partir do mecanismo básico importação-exportação/trocas desiguais, acaba se reduzindo a dinâmica da acumulação interna. Neste sentido, o Estado – responsável pela integração plena do país ao imperialismo mundial – utiliza da parcela do excedente do qual se apropriou, para dinamizar esse processo de acumulação interna (investimento em infraestrutura, isenção ou redução de impostos, manipulação de preços etc.), para o pagamento da dívida externa (juros, amortizações, dividendos etc.) e, finalmente para sustentar o financiamento precário da reprodução social interna, inclusive, das políticas sociais (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010).

Esta é razão da defasagem financeira existente no financiamento das políticas sociais no Brasil, onde sua explicação começa pelo entendimento do mecanismo de superexploração da força de trabalho, que não apenas intensificam as necessidades fundamentais para a reprodução social do trabalhador – por deteriorar a condição de vida da classe trabalhadora –, mas também por influenciar diretamente na redução dos recursos que poderiam ser disputados para o desenvolvimento das políticas sociais. E, se considerar o perfil de arrecadação (regressiva) e distribuição (inversamente proporcional a quem dela precisa) dos impostos realizados no país, o problema agrava-se ainda mais.

Neste sentido, é possível compreender que a análise da natureza do Estado brasileiro e de suas funções quanto à especificidade conformada pela dependência começa a demonstrar alguns

dos elementos fundamentais para a explicação da relação existente entre a dependência e a natureza das políticas sociais no Brasil, tendo o Estado como elemento central desta relação.

Assim como foi compreensível identificar alguns dos limitantes socioeconômicos existentes para as políticas sociais através dos estudos de Salama e Mathias (1983) e da Teoria Marxista da Dependência, torna-se possível por meio do conteúdo dos esboços de Coutinho (2006) - ainda que em uma análise mais política - apresentar outros elementos que cercam as políticas sociais brasileiras, sendo que esta análise traz a ligação existente entre estas e a caracterização concentradora e autoritária do Estado no Brasil. Afinal, para Coutinho (2006), por muitas décadas esta distinção de Estado autocrático viabilizou a existência de regimes políticos ditatoriais e nitidamente conservadores, que se reproduziram no país até meados de 1980, o que, conseqüentemente produziu em grande medida limitações políticas existentes na sociedade brasileira até os dias atuais, o que também refletiu nas políticas sociais.

De 1930 a 1980, o Brasil vivenciou de regimes populistas à regimes de extrema ditadura, quando o Estado com sua caracterização concentradora de poder procurava controlar ao máximo a população, quando não pela cooptação - através de sua distinção corporativista - pela extrema coerção, utilizando-se do exercício da força direta para fazer valer seus interesses. Foi o que para Marini aconteceu no golpe instaurado em 1964, pois, para tentar solucionar as contradições não resolvidas no terreno da política, passou-se então para o terreno da guerra. Assim ele elabora então o conceito de 'Estado de Contra-insurgência':

Este conceito explica a necessidade de aplicar à luta política um enquadramento militar tanto pelas burguesias dependentes para conseguirem sua integração no sistema capitalista em condições menos desfavoráveis frente às burguesias centrais, quanto pelas burguesias imperialistas para lograrem a reestruturação da economia internacional naquele momento, pois ambas as necessidades requerem a submissão do proletariado pela força. Tarefa que a forma estatal ditatorial apresentava melhores condições de realização comparativamente às formas democráticas (MARINI, 2008, p.40).

Todo este processo fora possível porque a presença do Estado sempre foi muito forte na realidade do Brasil. Determinante, por exemplo, no processo de industrialização do país, no controle dos movimentos sociais, sindicais e dos partidos de esquerda nos principais momentos de estruturação destas organizações, além de direcionar e aprofundar as relações com o capital internacional, mesmo ao longo dos períodos majoritariamente conhecidos pela predominância do discurso nacionalista.

Por outro lado, o motivo também que explica a possibilidade desta dinâmica encontra-se na relação existente da luta de classes no Brasil. Salama e Mathias (1983) debatem sobre sua origem e sua natureza. Eles observaram que esta dinâmica também tem sido constituída conforme as diretrizes da economia mundial, ou seja, se estrutura obedecendo (igualmente o Estado o faz) a dinâmica do capital internacional. Por isso que no Brasil a burguesia local conseguiu se desenvolver adotando temas nacionalizantes ao mesmo tempo em que se associou ao capital estrangeiro. Assim, neste processo, ela acabou não tendo que adquirir o caráter de burguesia nacional clássica, conduzindo seus interesses privatistas como se fossem análogos aos interesses da nação pelo direcionamento autocrático (COUTINHO, 2006).

Tendo a burguesia dependente que compensar sua debilidade econômica marcada pela transferência de valor, ela acabou desenvolvendo mecanismos econômicos, políticos e culturais para justificar e compensar suas dificuldades estruturais impostas pela dependência, daí a criação e perpetuação de seus privilégios. O que ao longo da história do país se traduziu na concentração de regalias ao que Florestan (2004) chamou de ‘possuidores de bens’ e na exclusão da grande maioria dos ‘não possuidores de bens’. A maior consequência desta dinâmica certamente está na 'exclusão social', que grande parte da sociedade é submetida, já que:

O regime de classes objetiva-se historicamente de modo insuficiente e incompleto, o que impede ou bloqueia a formação e o desenvolvimento de controles sociais democráticos. A riqueza, o prestígio social e o poder ficam concentrados em alguns círculos sociais, que usam suas posições estratégicas nas estruturas políticas para solapar ou neutralizar as demais forças sociais, principalmente no que se refere ao uso do conflito e do planejamento como recursos de mudança sociocultural (FERNANDES, 1981, p. 165).

A classe dominante controla o Estado direta e indiretamente com seu espírito privatista elevado e sem qualquer identificação com as necessidades populares, sem identificação alguma com a população nacional como um todo. Por esta relação, as transformações viabilizadas no processo de desenvolvimento socioeconômico no país foram sendo direcionadas de cima para baixo – ou mesmo de fora para dentro –, excluindo, portanto a participação mais ampla das camadas populares nestes processos. Neste sentido, a hegemonia da elite acaba não tendo natural ou expressivo respaldo pela sociedade, passando a se impor pelo assentamento dos governos populistas e/ou ditatoriais (COUTINHO, 2006).

[...] o Estado brasileiro foi sempre dominado por interesses privados. Decerto, isso caracteriza o Estado capitalista em geral, não sendo uma singularidade de nossa formação estatal; mas esse privatismo assumiu aqui traços bem mais acentuados do que em outros países capitalistas (COUTINHO, 2006, p. 184).

Para Florestan (2004), esta estrutura dependente reproduziu uma sociedade submetida aos desígnios de uma burguesia incapaz de conciliar vínculos construtivos entre desenvolvimento econômico e democracia, perpetuando assim nexos de subordinação externa e anacronismos sociais, expondo um tipo de regime de classes que mantêm a concorrência e a luta política presas a uma dinâmica de círculo fechado.

As consequências destas especificidades que marcam essencialmente o Estado e a dinâmica da luta de classe no Brasil foram os efeitos nefastos acarretados para o presente brasileiro, tais como: *déficit* de cidadania, dos direitos sociais em geral, da dependência externa, formas de coerção extraeconômicas na relação entre capital e trabalho, dentre outros (COUTINHO, 2006).

A configuração do desenvolvimento econômico brasileiro pelo aprofundamento da dependência juntamente ao formato de Estado e da dinâmica de luta de classe existente no Brasil acabou por reproduzir uma história marcada por singulares problemas políticos, sociais e econômicos, não somente por problemas desenvolvidos pelas contradições do sistema capitalista, mas por dificultadores que acirraram tais contradições devido à própria dependência.

Uma vez compreendida a natureza do Estado brasileiro e própria dinâmica da luta de classe do país como resultante da subordinação aos direcionamentos do capital internacional, torna-se possível compreender a magnitude dos problemas políticos e socioeconômicos da dependência brasileira para com as políticas sociais. A partir daí decorre a origem do Estado em ser mínimo na garantia à reprodução da força de trabalho; a explicação dos recursos do financiamento social serem historicamente realocados para pagamentos de dividendos, para investimentos ou transferido para o exterior; dos direitos sociais serem deficitários; da dificuldade em mensurar a nomenclatura ‘burguesia nacional’; do impedimento máximo da população em se manifestar, principalmente nos momentos decisivos da história do país, e a qualquer custo. Tudo isso diante de uma realidade de pobreza asseverada ao lado de muita concentração de riqueza, ou seja, muita coisa para fazer com pouco recurso e possibilidade. Dentro deste cenário que se

reproduziu a natureza da política social - com todos os seus limites - submetida ao caráter estrutural da dependência.

3.4 ANOS 1980, A RECONFIGURAÇÃO NA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA: UM NOVO PADRÃO?

Por volta da década de 1970, a ditadura no Brasil se via ameaçada pela intensificação das contradições do capitalismo no país, afinal, o padrão de acumulação de denominação desenvolvimentista já demonstrava sinais de crise, além do crescimento paralelo dos problemas sociais e políticos advindos deste perfil de desenvolvimento. Assim, quando a crise econômica que vinha se expandindo pelo mundo chega de vez ao país, o regime militar, pressionado também pela crise política - desencadeada pelo desgaste interno e também pelas pressões realizadas por variadas organizações sociais que lutavam pela redemocratização do país - perde força e chega ao seu fim em 1984.

No entanto, as décadas seguintes foram marcadas por intensas contradições. De um lado, o Brasil vivenciou muitos momentos inéditos com o processo de reabertura política devido a grande mobilização da classe trabalhadora e por obter significativos resultados políticos e sociais para o país, como a emergência das políticas sociais na agenda de reformas institucionais que culminou na Constituinte e na Constituição de 1988. Por outro lado, este período também foi distinguido pelas constantes ondas da crise sistêmica, iniciada em meados de 1960 no mundo e despertada no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Desta complexa conjuntura originaram-se as denominações de ‘década da redemocratização’ ao lado da identificação respectiva de ‘década perdida’ e ‘década mais que perdida’, que apelidaram a contraditória situação política e econômica do país daquele período. Afinal, tanto uma denominação quanto a outra expressam o momento ímpar na história do Brasil (TEIXEIRA, 2007).

Outro importante elemento que também dificultou as euforias do processo e dos ganhos adquiridos na redemocratização brasileira está associado aos avanços que o projeto neoliberal passava a acumular naquele tempo. As vitórias neoliberais não se restringiam somente aos aíses desenvolvidos, pois na década de 1990 já dominavam as políticas socioeconômicas de grande parcela dos países latinos - que há décadas vinha se instaurando -, inclusive o Brasil.

Este período foi marcante para a história da economia dependente brasileira, uma vez que esta fase demarca uma nova rodada de aprofundamento desta dinâmica. O capital internacional, em busca de retomar seus níveis de acumulação - alterados pela crise - procurou a solução na transferência de recursos necessários da periferia latinoamericana para o centro, com uma nova/maior roupagem, através da crise da dívida externa - crise esta que se alastrou nos anos 1990 - da remessa de lucros e dividendos que os capitais transnacionais das filiais realizaram na periferia para as matrizes no centro, além da expansão dos mercados, inserida pela pressão pela abertura comercial (CARCANHOLO, 2008).

Certamente que esta reconfiguração trouxe consequências diretas às tentativas de transformações que vinham sendo construídas junto às garantias sociais no período de redemocratização no Brasil. Por conseguinte, cabe aqui indagar: em que grau os avanços adquiridos com a Constituição de 1988 foram possíveis diante dos próprios progressos das reformas neoliberais instituídas em seu contrapé? Estes avanços foram suficientes para romperem com os limites impostos pela estrutura da dependência e desenvolver, assim, um novo padrão da política social no Brasil - distinto de seu caráter dependente apresentado anteriormente neste trabalho - a partir deste momento?

Para responder essas indagações deve-se localizar alguns destes avanços que o período da redemocratização trouxe para as políticas sociais em específico e, ao mesmo tempo, localizar a extensão dessas conquistas ao longo da implantação do neoliberalismo no país, para assim conseguir identificar as consequências sofridas pela política social brasileira nesta nova rodada de aprofundamento da dependência.

A primeira questão a ser observada sobre as conquistas deste momento foram, independentemente de qualquer desdobramento, a expressiva participação dos trabalhadores na luta pela democracia e por maiores direitos sociais no período da abertura política, principalmente, no processo da Constituinte³⁴ e na formulação da Constituição de 1988. Desta luta resultou-se uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado no país, criando uma

³⁴ Dados históricos, segundo Raichelis (2000, p. 62), revelam intensa participação da sociedade brasileira em função da Assembléia Constituinte. Reuniram-se na Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte, cerca de 80 organizações, algumas de âmbito nacional, compostas por associações, sindicatos, movimentos sociais, partidos, comitês plenárias populares, fóruns, instituições governamentais e privadas, que se engajaram num amplo movimento social de participação política que conferiu visibilidade social a propostas de democratização e ampliação de direitos em todos os campos da vida social (PIANA, 2009, p. 43).

coexistência significativa de tensão realizada de baixo para cima, até então não vista na história da realidade brasileira, o que para Coutinho (2006, p. 187) acabou promovendo:

[...] um processo de abertura ‘a partir de baixo’, que certamente buscou se valer das novas condições geradas pela implementação do projeto ‘pelo alto’, mas que o transcendeu, indo bastante além dele, e que terminou assim por dar lugar a uma abertura bem mais radical do que a prevista no projeto originário do governo Geisel-Golbery.

Portanto, deste processo geraram-se os anos que se seguiram e a própria conformação da Constituição, a qual instituiu direitos e proteção social públicos aos trabalhadores, que, mesmo “[...] sem ferir a ordem burguesa acabou por assentar os fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a níveis toleráveis, o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam ‘dívida social’” (PAULO NETTO, 1999, p. 77). Sendo assim, apresenta-se uma dinâmica renovada e possível, ainda que tardiamente, com algumas conquistas sociais bem significantes, principalmente, se considerarmos o padrão brasileiro vigente até então.

Dentre estas conquistas é possível exemplificar, sobretudo, àquelas referentes às políticas sociais, como por exemplo, ao avanço adquirido no texto da Constituição com a introdução de forma explícita ao conceito de seguridade social no âmbito das políticas e ações públicas, além de tornar obrigatória a elaboração do orçamento da Seguridade Social, que passou a integrar a Lei Orçamentária Anual³⁵ (NUNES; TEIXEIRA, 2014).

Para Nunes e Teixeira (2014), a reformulação dos planos de benefícios e as proposições sobre as formas de organização previstos junto ao texto constitucional de 1988, claramente também apontam para um patamar elevado de universalização das três políticas (previdência, saúde e assistência social), assim como de seus princípios e objetivos, quando asseguram sobre:

[...] universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos serviços e benefícios; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento (BRASIL, 1988, p. 55).

³⁵ A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 194, disposto no capítulo II, define que “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, p.53).

Quanto às melhorias que afetaram a área da saúde, para Draibe (1990) estas estiveram certamente relacionadas à criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do qual se instituiu uma rede integrada, descentralizada, regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único em cada governo e buscando o atendimento integral, com prioridade para atividades preventivas, além de buscar integrar a participação da comunidade neste processo.

Na área da educação, a Constituição também trouxe melhorias significativas, principalmente para o Ensino Fundamental, que se tornou obrigatório e alcançou resultados expressivos quando, ao final da década de 1990, o país registrava mais de 95% das crianças - entre 7 e 14 anos - já matriculadas (NUNES; TEIXEIRA, 2014).

Na Previdência Social é possível destacar a criação da Lei 8.212³⁶ (Lei de Custeio da Previdência) e da Lei 8.213 (Lei dos Planos de Benefícios), como exemplos concretos de avanços para a previdência, não somente pelos rendimentos já supracitados neste trabalho, mas porque a partir destas leis a previdência ganha de fato concretude no cenário brasileiro. Outro elemento que cabe aqui frisar quanto conquista, é a inclusão do segurado especial ou segurado rural como detentor do direito à aposentadoria, sem a necessidade de contribuir, assim como detentor de vários outros benefícios previdenciários: "[...] pensão para dependentes, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-doença por acidente, auxílio acidente, auxílio-reclusão, reabilitação profissional e abono anual, que compõem a cesta devida ao segurado especial" (NUNES; TEIXEIRA, 2014, p. 161).

Já no campo da Assistência Social, os frutos foram sendo reconhecidos com o passar dos anos, como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, elaborado em 1990, e que possibilitou o reordenamento institucional voltado para a atenção a esse segmento. A criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), realizada em 1993, mais fruto dos textos e lutas advindos do processo constitucional, a qual viabilizou um sistema nacional de assistência social, incluindo aí órgãos, fóruns, fundos e conselhos (NUNES; TEIXEIRA, 2014).

Além desses exemplos apresentados acima se destacam também a evolução da política social no texto da Constituição no sentido de buscar a descentralização orçamentária e política, tanto por redistribuir as atuações entre os municípios, estados e a federação, quanto por criar os

³⁶ BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

instrumentos de participação da sociedade no controle da gestão, tais como os conselhos, que são integrados por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil (PIANA, 2009).

É importante destacar que estes exemplos apresentados sobre os avanços contidos no texto da Constituição de 1988, representam avanços porque impactam diretamente e expressivamente na vida do trabalhador brasileiro, pois este tem um histórico de descaso público e limitantes socioeconômicos advindos da dependência, visto que um número expressivo de trabalhadores: habita em moradias irregulares e/ou de locação; apresenta baixa escolaridade; possui mais dependentes da renda familiar (filhos ou demais familiares que não trabalham); tem um histórico quadro de remuneração de sua força de trabalho abaixo do necessário para se manter; ocupa trabalhos informais, temporários, terceirizados ou está desempregado.

No entanto, mesmo diante do que estes avanços significaram as contradições instauradas no Brasil a partir da década de 1980 ao lado das estruturas existentes e limitantes do modelo econômico de desenvolvimento brasileiro de dependência, não apenas frearam o horizonte de progresso existente no texto da Constituição de 1988 - alguns postos até em prática já. Porém, tornaram também grande parte destes inviáveis diante da nova fase de aprofundamento da dependência iniciada pelo projeto neoliberal.

Para demonstrar a dependência como elemento fundamentalmente limitador quanto aos avanços para a política social neste processo, é possível exemplificar o aspecto orçamentário/financeiro. Afinal, como já apresentado, a década de 1980 foi marcada pela crise econômica, esta que se agravou com a instauração da crise da dívida externa provocada pela manobra norte-americana de elevação súbita das taxas de juros, o que resultou diretamente no crescimento substancial do endividamento público e privado no Brasil (BATISTA JUNIOR, 1994). A economia brasileira, diante deste cenário, e, como estratégia da burguesia para amenizar suas dificuldades, realizou a transferência de grande parcela da dívida privada para o Estado. Juntamente a todo este processo, a política econômica do período - reafirmando sua economia como dependente que é - adere irrestritamente ao pacote de medidas neoliberais, garantindo assim seus compromissos, inclusive no direcionamento de grande parcela do orçamento público para o pagamento da(s) dívida(s).

Neste sentido, é só fazer as contas e entender que a grande promessa da universalidade, uniformidade, distributividade, irredutibilidade e equidade na cobertura dos serviços e direitos

ligados às políticas sociais passaram a ser ameaçadas quanto a sua verdadeira efetivação. Até mesmo porque, se por um lado a demanda havia aumentado diante da expansão dos serviços, por outro lado a conjuntura socioeconômica e a estrutura da dependência obstruíam o recurso e o escasseava.

Diante desta lógica, viu-se ao longo das décadas que se seguiram o desencadeamento de limitações ao texto previsto na Constituição de 1988 sobre as garantias sociais. A educação e a saúde que foram expandidas diante do SUS e na conquista da escolaridade obrigatória conviveram paralelamente com os incentivos por parte do Estado ao setor privado para a parcela da população de maior renda que pudesse pagar pelo acesso ao serviço, criando o que Nunes e Teixeira (2014) denominam de ‘universalização focalizada’, ou seja, é universal - e de qualidade questionável - ao público específico de renda que não pode acessar via mercado.

A Assistência Social tem vivenciado, desde este período, uma desconfiguração de suas garantias expressa, primeiramente, na desresponsabilização do Estado em sua prestação, comprovada pela ampliação significativa de participação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas na prestação dos serviços de assistência social mediante repasses de recursos federais, em uma clara regulamentação do terceiro setor pela execução de políticas públicas, além da distorção do princípio da descentralização contida na Constituição para implantar o discurso da solidariedade social/empresarial no combate à pobreza, responsabilizando a sociedade quanto à erradicação dos problemas sociais existentes no país, o que acaba por garantir um retorno a um discurso que visa a filantropização da política de assistência social (NUNES; TEIXEIRA, 2014).

O ataque que a Assistência Social e a política social em geral vêm sofrendo é intenso, afinal, advém da reformulação no espaço público, com as implantações do projeto neoliberal às funções do Estado, implantando o famoso pacote de: descentralização, privatização e focalização, as quais, para Soares (2002) significaram um retrocesso às políticas sociais, porque se evidencia, a partir daí, uma generalização de política que busca desenvolver programas sociais que atendam somente os comprovadamente pobres; um crescimento de programas fragmentados exemplificados pela distribuição de cestas de alimentos nos municípios, que tem proliferado formas de clientelismo político e dominação social causados pela descentralização irregular das políticas sociais, além do sucateamento direto das políticas

quanto ao acesso e qualidade desencadeado pela privatização e/ou mercantilização dos serviços públicos (SOARES, 2002).

Neste sentido, observa-se também um crescimento da assistencialização da pobreza, sendo incentivada em todos os âmbitos deste redirecionamento neoliberal da política social brasileira. Nunes e Teixeira (2014) afirmam que a assistência social está assumindo um papel na esfera da proteção social que termina por suprir necessidades do âmbito de outras políticas. Assim, se antes a centralidade da seguridade girava em torno da previdência, agora ela gira em torno da assistência.

A consequência direta deste fator está na redução do Estado e de seu orçamento em maior parte da esfera pública, já que nesta nova rodada de aprofundamento da dependência ele se apresenta mais do que nunca garantindo a acumulação dos capitais internos e externos – hoje, sobretudo o fictício - e, quanto ao social, ele garante primordialmente os programas de perfis assistencialistas no combate direto à pobreza e extrema pobreza.

Portanto, nas últimas décadas o que se viu decorrer foram o distanciamento e a negação dos direitos ligados às tentativas de universalização da política social, assim como de todos os princípios ligados a tais ideais. Em contrapartida, presenciou-se o resgate e a generalização da caracterização da política social que tem conservado os históricos problemas sociais existentes no país, como: a focalização, a seletividade, a privatização e o clientelismo, ou seja, uma reafirmação de sua natureza, dentro de um ‘novo continuísmo’, o que é possibilitado e reproduzido pela estrutura da dependência e no caminho inverso reproduz a lógica de sua dinâmica no âmbito socioeconômico, pois conserva sua natureza/forma de compensar as mazelas produzidas pela dependência.

3.5 A ATUALIDADE BRASILEIRA: NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E DEPENDÊNCIA

O resultado do neoliberalismo para os países periféricos da América Latina foi o aprofundamento de sua dependência advinda desta nova rodada de desenvolvimento promovido pelo capitalismo mundial. Entender este movimento é fundamental para compreender a inflexão sucedida no direcionamento das políticas sociais no Brasil nas últimas

décadas, já que esta inflexão está diretamente relacionada com o processo de acentuação da dependência do país frente aos ajustes neoliberais do capital internacional.

Carcanholo (2014) relembra sobre as leis gerais do capitalismo como formas de tendências que, dependendo da conjuntura histórica, se manifestam de forma diferente em distintos momentos e regiões. Neste mesmo sentido, ele reafirma sobre a historicidade da dependência, a qual igualmente está relacionada a um momento histórico do capitalismo. Portanto, pensar um capitalismo contemporâneo, em que estas leis se manifestam de forma específica à sua contemporaneidade, é também pensar as formas como as economias dependentes, nesse momento, enfrentam essa condição, o que define uma dependência contemporânea. Para Carcanholo (2014), os componentes históricos estruturantes da dependência (a transferência de valor, a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo) possuem uma especificidade contemporânea.

Contudo, a contemporaneidade da dinâmica mundial está diretamente associada à resposta que o capitalismo procurou construir para sua última grande crise estrutural, dada no final dos anos 60 e início dos 70 do século passado. Desse modo, como em qualquer saída capitalista para suas crises, o capital buscou elevar a produção de valor e também criar novos espaços de valorização para essa massa crescente de mais valor produzido através de: elevação da exploração da força de trabalho nos países centrais por meio de vários mecanismos desregulamentação trabalhista, elevação das taxas de mais-valia nos capitalismo centrais, dentre outros; intensificação da transferência de valor, sob distintas formas, das economias dependentes para as economias centrais; abertura dos mercados para garantir novos e ampliados espaços de valorização para o capital; aumento da rotação do capital; e expansão da lógica fictícia de valorização do capital. Todos estes elementos articulados em práticas neoliberais da economia passaram a caracterizar ‘as novas estratégias de desenvolvimento’³⁷ a partir desse momento (CARCANHOLO, 2014).

O importante a ser destacado é que a estratégia neoliberal de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo acabou por aprofundar a dependência brasileira, dada a complexificação dos

³⁷ A estratégia neoliberal de desenvolvimento pode ser entendida a partir de três componentes: (1) A estabilização macroeconômica (controle inflacionário e das contas públicas); (2) reformas estruturais pró-mercado são necessárias para construir um ambiente econômico que promova a livre iniciativa e os investimentos privados; (3) retomada dos investimentos privados garantem um novo processo de crescimento/desenvolvimento da economia (CARCANHOLO, 2011).

condicionantes históricos estruturais e conjunturais da dependência frente à necessidade de reverter os problemas de valorização nas economias centrais devido à crise, intensificou a transferência de valor produzido no Brasil para as economias centrais, ocasionando com isso, o crescimento da necessidade de se elevar a superexploração da força de trabalho para garantir alguma acumulação interna. Portanto:

[...] por um lado, os mecanismos de transferência de valor produzidos nas economias dependentes, mas apropriados e acumulados nas economias centrais se acentuaram, até como forma de reverter os problemas de valorização nas economias centrais. Por outro lado, a dependência conjuntural que as economias da região apresentam frente ao crescimento da economia mundial e ao ciclo do mercado de crédito internacional se aprofundaram, fazendo com que as economias latino-americanas respondessem mais intensa e rapidamente aos ciclos da economia mundial (CARCANHOLO, 2014, p. 13).

Neste movimento, a dependência contemporânea está diretamente ligada à hegemonização do projeto neoliberal de desenvolvimento iniciado desde os anos 70, pela implantação deste projeto aos países latino-americanos nos anos 80 e 90 iniciando assim essa fase atual da dependência em seu nível mais profundo e complexo e pelas décadas do século XXI que, de alguma forma, apresentam suas singularidades, já que a continuidade da implementação deste projeto altera-se frente às transfigurações do capitalismo mundial mais recente, "[...] onde os reflexos estruturais de todos esses períodos foram acentuados em um momento histórico de crise (mas não término) da ideologia neoliberal" (CARCANHOLO, 2014, p.13).

No que diz respeito ao Brasil em específico, é possível identificar a historicidade do processo de adesão ao projeto neoliberal de desenvolvimento mesmo que introdutoriamente para se observar o aprofundamento da dependência que o país sofreu em níveis econômicos, políticos e sociais desde então.

A década de 80, como já exposto, não foi um período econômico fácil. O contexto internacional ainda era desfavorável, pois a economia mundial sofria com os reflexos da crise e o continente latino americano estava abalado pelos desencadeamentos do colapso econômico, sobretudo pela crise da dívida externa instaurada em vários países do continente. Assim, o Brasil passou a enfrentar problemas de despesa adicional na balança comercial e também no que se refere ao pagamento dos serviços da dívida externa. Este acúmulo de endividamento desencadeou um processo de insolvência externa na economia brasileira, bem como a deterioração de suas contas internas, o que culminou na crise fiscal do Estado com a

queda da atividade econômica e com uma aceleração do processo inflacionário (AMARAL, 2006).

Desse modo, em 1983 o Brasil dá seus primeiros passos de adesão ao novo padrão de desenvolvimento, via ideário neoliberal já em curso pelo mundo, quando recorre ao FMI e assina sua primeira carta de intenções, a fim de renegociar sua dívida externa (AMARAL, 2006). No entanto, a consequência desta adesão foi o início do aprofundamento da dependência brasileira, expressa no processo de contínuas práticas ditadas por instituições internacionais como o FMI já que:

Em contrapartida, o país inicia a prática de sucessivas políticas de estabilização, objetivando se adequar à 'boa prática de política econômica' ditada pelo próprio Fundo, segundo o qual nossa crise seria resultado, além da situação internacional, 'também de fatores internos, como o excesso de empresas estatais, de incentivos fiscais e subsídios, a existência de restrições às importações e operações cambiais, reajustes salariais supostamente acima do aumento da produtividade, e um excessivo gasto interno' (CARCANHOLO, 2002, p. 120).

Porém, foi após o famoso Consenso de *Washington* (1989) que se concretizaram definitivamente os planos de inserção do projeto neoliberal de desenvolvimento no país, o qual fora implantado devidamente porque contou com: a adesão da classe dominante interna à ideologia vigente; a utilização frequente do argumento da dívida/crise como mecanismo de extorsão para a implementação dos ajustes (neoliberais) necessários; e, primordialmente, a participação das instituições multilaterais ou organismos internacionais (FMI, BID, ONU) direta e indiretamente como difusores estratégicos desta ideologia.

O papel³⁸ destas instituições, principalmente no processo de implantação do projeto neoliberal nos países periféricos, aparece em variados momentos: desde a construção e a difusão da ideologia da classe dominante à elaboração de projetos para a manutenção da dominação, dentre as quais surgem as recomendações de cunho político, econômico e social, elaborando metas e condicionantes para a obtenção de empréstimos e financiamentos (TEIXEIRA, 2009). Para o Brasil, essas instituições estiveram fortemente presentes na manutenção da dívida, "[...] o que atribuiu aos organismos internacionais um papel ainda maior na reprodução da

³⁸ [...] a dinâmica econômica tem relação orgânica com os impactos políticos e sociais e também é influenciada por estes. E, nesse contexto, a partir do acordo de Breton Woods, o Banco Mundial e o FMI passam a ser instrumentos que asseguram estrategicamente a afirmação dos interesses econômicos e políticos dos segmentos imperialistas do capital através de condicionalidades financeiras, políticas e sociais impostas aos países periféricos (especialmente no que tange a América Latina), o que ganha nova roupagem após a década de 1970 (TEIXEIRA, 2009, p. 52).

dependência dos países latinoamericanos, tendo em vista sua função de 'gentis' cobradores do cumprimento dos compromissos assumidos para o pagamento de juros" (TEIXEIRA, 2009, p. 47).

Toda a reprodução dessa ideologia, juntamente com os resultados macroeconômicos das práticas de políticas socioeconômicas que se estendiam entre as décadas de 80 e 90 no Brasil com o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de investimento em queda, associado ao crescimento da inflação que não se conseguia estancar justificaram a caracterização desastrosa que passou a ser associada a tais décadas e a implementação, de uma vez por todas, do projeto de desenvolvimento neoliberal como promessa de reestruturação da economia brasileira (AMARAL, 2006).

Diante do discurso da necessidade de aprofundar o desenvolvimento no Brasil, agora na busca pela retomada do crescimento e da estabilidade monetária onde o vilão principal da economia do país diagnosticava-se na inflação as décadas seguintes foram de intensa implementação do projeto neoliberal.

Para alcançar seus objetivos, o ajuste neoliberal imposto externamente pelo capital internacional através das instituições multilaterais e incorporado pela burguesia nacional direcionou, ao longo de décadas, a política econômica brasileira: instituindo variadas reformas (monetárias, administrativas e fiscais) do Estado, promovendo a abertura comercial e financeira, privatizando grande parte das empresas públicas e aprofundando a mercantilização do capital fictício no país como já mencionado.

Para cada mecanismo econômico deste implantado, certamente houve uma justificativa de sua necessidade. O que é possível identificar a partir da análise histórica deste processo é justamente a validade destas justificativas diante de seus resultados.

No que diz respeito à abertura comercial, por exemplo, adotaram-se medidas pró-concorrência, especialmente a queda de tarifas para os produtos estrangeiros, com a suposta intenção de estimular as empresas/indústrias nacionais à concorrência direta com as empresas internacionais, forçando assim as indústrias nacionais a se modernizarem, o que consequentemente contribuiria para a queda dos preços e o controle da inflação pelo menos este era o argumento. Contudo, na ausência da capacidade de melhorias na indústria local

junto a exposição à concorrência desigual (produto nacional x produto importado) houve ali um prejuízo sem igual ao setor industrial nacional. Diante da histórica deficiência estrutural da indústria no Brasil, dada sua 'natureza exportadora primária', a forte exposição da indústria nacional a uma concorrência pesada significou a perda decisiva de um projeto futuro para o desenvolvimento da indústria e, conseqüentemente, a perpetuação da dependência externa à importação de produtos industrializados (AMARAL, 2006).

Já a abertura financeira promovida desde então, assim como a desregulamentação dos fluxos de capitais internacionais, veio no sentido de socorrer o capital (em crise) na expansão da lógica fictícia de sua valorização, assim como na garantia de transferência destes montantes comercializados internamente para as economias centrais, em forma de lucros, dividendos, dentre outras. Foram vários os mecanismos de abertura implantados, como: a abolição de restrições relativas ao tempo de permanência dos capitais, impostos, diversificação das aplicações, diretrizes no âmbito das sociedades anônimas que terminaram facilitando a compra e venda de empresas privatizações e fusões além da predominância dos investimentos de curto prazo, que se tornaram majoritariamente o mecanismo central de captação de poupança (AMARAL, 2006).

Observando ainda que a liberalização financeira se estende também ao capital nacional como forma de garantir um dilatado processo de internacionalização, o resultado imediato desta ação foi a ampliada entrada e saída de capitais de curto prazo, o que aumentou a vulnerabilidade externa e asseverou a situação das contas públicas brasileiras e do endividamento externo. A política de âncora cambial adotada fortemente na política econômica do país aprofundou ainda mais este processo, intensificando a liberalização financeira para captação de capital estrangeiro por meio da elevação das taxas de juros, visto que uma política de câmbio valorizado vincula-se, por um lado, à necessidade externa de bons momentos da economia internacional para que haja fluxo de entrada de capital estrangeiro, o que aumenta a vulnerabilidade externa já que as contas externas passam a ficar a mercê dos humores dos capitais internacionais, e, por outro lado, à necessidade interna, pelo aumento das taxas de juros para atrair esses capitais (principalmente os de curto prazo), o que conseqüentemente amplia o endividamento externo (AMARAL, 2006).

Por conseguinte, é correto afirmar que estes investimentos estrangeiros provocam a internacionalização da economia brasileira e aprofundam a dependência, pois acentuam os

mecanismos de transferência de valor já existentes em relação ao comércio internacional de mercadorias, além de ressaltarem outro mecanismo de atuação desta transferência. O capital externo, na forma de investimento direto, tende a repatriar lucros e dividendos e, portanto, remete o valor criado na periferia para o centro; sem contar também a transferência de valor pela via dos pagamentos de juros e amortizações de dívida (CARCANHOLO, 2008).

Quanto à reforma no Estado, a qual compunha o projeto neoliberal de desenvolvimento, esta começou pelas reformas administrativas que fecharam diversas entidades públicas, afastamentos/demissão de funcionários públicos, incentivaram o surgimento das terceirizadas, até o intenso processo de concessões ou privatizações e destituições dos direitos sociais recém-adquiridos com Constituição de 1988. As privatizações foram justificadas, segundo Amaral (2006), pelo discurso de que a estrutura produtiva do país estava completa, mas tecnologicamente defasada. Pretendia-se, então, modernizar esta estrutura de modo a adquirir eficiência, competitividade e garantir o pagamento das contas públicas, portanto, a solução para esta modernização seria vender ao capital privado. Como consequência deste processo tem-se o afastamento do Estado enquanto produtor:

É justamente neste momento que se passa a apregoar uma necessidade de afastamento do Estado enquanto interventor nas atividades produtivas, de modo a ter início o processo de privatizações, através do qual o Estado passa de produtor a mero regulador da atividade econômica, com as agências reguladoras assumindo o lugar das estatais (AMARAL, 2006, p. 116).

A reforma do Estado foi ganhando seus contornos, que através de medidas provisórias, leis e emendas se encarregaram de eliminar ou restringir os direitos conquistados no processo de redemocratização no país. O resultado desta ofensiva neoliberal certamente foi o afastamento do Estado também para com suas responsabilidades sociais, sendo que algumas atividades antes exercidas pelo governo – tais como saúde, educação, pesquisa, transporte, cultura – passaram para a responsabilidade de entidades privadas ou instituições terceirizadas sem fins lucrativos, cuja existência conta, justamente, com o financiamento governamental (AMARAL, 2006). Portanto, para além do aporte ideológico que todo este processo tem contribuído na conformação e na incorporação do pensamento neoliberal, ele igualmente esteve relacionado com as transfigurações e os consequentes aprofundamentos da superexploração da força de trabalho no Brasil que as mudanças econômicas e legislativas mas não somente elas têm possibilitado concretizar. De um lado observa-se a intensificação do trabalho e a redução do valor dos salários, que estruturalmente já se encontravam abaixo do necessário para a

reprodução do trabalhador, por outro lado, a destituição de direitos e a ausência do Estado em garantir as condições mínimas para a reprodução desta força de trabalho.

A acumulação das funções atribuídas às instituições multilaterais, que em sintonia à dinâmica macroeconômica adotada em nível mundial, também teve tudo a ver com este processo, visto que passou a influenciar direta e fortemente na configuração do Estado, do governo e das respectivas políticas econômicas e sociais do país a partir deste período, o que resultou numa atualização e em um asseveramento da destituição da autonomia deste quanto à formulação de políticas e no direcionamento de seus recursos, agora induzido a refinar sua dívida e a privilegiar a estabilidade monetária e a valorização financeira à custa de ajustes fiscais, o que, mais uma vez, tem exonerado a classe trabalhadora, limitando-a aos cortes nos gastos sociais (TEIXEIRA, 2009).

Pensando em termos de resultados e problemas, uma vez exposto o quadro histórico acima, é possível comprovar que o estabelecimento e o desenvolvimento do neoliberalismo demarcou a caracterização do aprofundamento da dependência, já que a implantação do ajuste neoliberal, que ao valorizar acima de tudo a estabilidade que de certo foi alcançada no que tange ao domínio da inflação trouxe ao país: a permanência do baixo crescimento econômico, altos níveis de vulnerabilidade externa (seja pela dependência à importação de produtos/maquinários industrializados ou pela dependência da entrada de capital estrangeiro/IDE para o fechamento do balanço de pagamento); acentuação de mecanismos de transferência de valor; aumento do endividamento externo, interno e do setor público; intensificação da superexploração da força de trabalho; e o afastamento do Estado enquanto interventor nas atividades produtivas, sociais e decisórias em geral do país (AMARAL, 2006).

Este panorama seguiu-se nos anos do presente século, visto que a pauta centralizada da estabilidade macroeconômica tem perdurado durante os governos atuais. Considerando aqui nuances existentes entre as formas administrativas dos distintos governos que se seguiram, o projeto societário encampado por estes tem sido constante no Brasil desde a opção pelo neoliberalismo. Embora seja necessário ressaltar a existência de especificidades conjunturais apesar de não ser a centralidade deste trabalho em específico, ao que se refere entre 2002 e 2007, pois o cenário externo para o Brasil/América Latina foi extremamente favorável, aliviando, conjunturalmente, os determinantes estruturais da dependência. Conforme explicação de Carcanholo (2014, p. 21): "[...] existem diferentes conjunturas dentro de uma

mesma época histórica do capitalismo", principalmente, se considerar a extensão relativa existente nos ciclos de acumulação do capitalismo contemporâneo, construído desde os anos 70 do século passado - trazendo consigo a dependência contemporânea - até a atualidade. Porém, os últimos despontamentos da crise estrutural do capitalismo (2007-2008/2010-2011) passaram a alterar este cenário novamente, reapresentado de forma aprofundada os mecanismos de dependência da economia brasileira e refletindo sobre a classe trabalhadora esta reconfiguração (CARCANHOLO, 2014).

A demonstração de que na atualidade vivencia-se este continuísmo está posta pela política de manutenção de um ajuste fiscal pesado com corte de gastos primário, o qual se associa ao projeto de ação social desenvolvido no país nas últimas décadas, ou pela adoção de um *superávit* primário para fazer face ao serviço da dívida, além de altas taxas de juros, justificada pela busca do controle da demanda e da suposta inflação advinda desta e para atrair capitais externos, buscando o fechamento das contas do balanço de pagamentos, mantendo a abertura e a desregulamentação financeira praticada desde os tristes anos 90 (AMARAL, 2006).

Nas duas últimas décadas, o Brasil foi quase sempre o campeão mundial de juros, alimentando inédita república rentista, onde todas as frações de capitais (multinacionais, banqueiros, latifundiários, comerciantes e fundos de pensão) alimentam-se à custa da dívida pública. O governo Lula (2003-2010) dobrou a aposta, razão pela qual a dívida chegou a 1,5 trilhão de reais. O governo petista de Dilma Rousseff não amoleceu na generosidade ao rentismo: a dívida alcançou a estratosférica cifra de 3 trilhões de reais (OURIQUES³⁹, informação verbal).

A consequência mais direta deste fenômeno tem sido a quantidade do orçamento público destinado a essa política, pois quase a metade de tudo o que se arrecada em impostos tem sido direcionado para o pagamento dos juros da dívida que, não obstante, segue crescendo em ritmo vertiginoso. Segundo Ouriques (2009), em entrevista concedida em 2015 ao Programa Faixa Livre: "Em 2014, por exemplo, o governo destinou 45,11% de toda a arrecadação fiscal para o pagamento de juros e amortização parcial da dívida".

Neste contexto é que se segue a regra de ouro da estabilidade monetária desenvolvida pela política econômica brasileira, como desencadeamento do projeto de desenvolvimento do neoliberalismo mundial, obedecendo às medidas orientadas principalmente pelo Fundo Monetário Internacional. Entretanto, outro elemento que nas últimas décadas também passou a

³⁹ OURIQUES, Nildo. **Relatos sobre o Brasil**. 2015. Entrevista concedida ao Programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, Rio de Janeiro, 16 jan. 2015.

ganhar centralidade dentre os programas de governo desenvolvidos no país foram as propostas de ação social aplicadas pelos programas sociais, sobretudo o programa Bolsa Família, considerado o principal programa social existente no país na contemporaneidade.

Ao contrário do que alguns possam ou tenham analisado, o perfil de política social desenvolvido no Brasil nas últimas décadas não significa qualquer incoerência ou enfrentamento ao projeto de desenvolvimento neoliberal imposto a ele, pelo contrário, é apenas mais um elemento desta estratégia. O perfil de política social que se tem desenvolvido no país, desde então, está em total conciliação aos direcionamentos neoliberais que atendem os interesses dos países centrais e, através das instituições multilaterais tem sido direcionado aos países periféricos nos últimos vinte cinco anos.

Na verdade, a efetivação das estratégias elaboradas pelo Consenso de *Washington* direcionadas aos países latino-americanos se davam pela imposição de um conjunto de condicionantes para os quais estes países precisariam se enquadrar para obtenção de cooperação financeira externa; assim, posteriormente as proposições para a área social passaram também a agregar esta agenda de direcionamentos do ajuste neoliberal. Pois, segundo Salama e Mathias (2005), após as primeiras dez prescrições: “[...] 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual” (BATISTA JUNIOR, 1994, p. 26), compiladas na reunião de *Washington*, que continha um caráter de adaptação de nível mais macroeconômico à ortodoxia neoliberal, gradativamente foram acrescidas outras dez proposições para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento para a região. Afinal, o sucesso obtido quanto à estabilidade financeira era contraposto pelo fracasso do crescimento econômico e as tentativas de diminuição da pobreza no mundo e, principalmente, nos países periféricos, por isso:

[...] progressivamente, foram agregadas [...] dez outras [prescrições]: 11. governança corporativa; 12. medidas contra corrupção; 13. liberalização ampliada ao mercado de trabalho; 14. adesão aos princípios da Organização Mundial do Comércio; 15. adesão às regras e padrões que regulam a finança; 16. abertura ‘prudente’ da conta capital; 17. ausência de regimes de câmbio intermediários entre o fixo e o flexível; 18. independência dos bancos centrais e estabelecimento de metas de inflação; 19. constituição de redes de proteção social; 20. e, finalmente, objetivos claramente definidos de redução da pobreza absoluta (SALAMA; MATHIAS, 2005, p. 14).

Inegavelmente que, entre tantas ponderações a serem levantadas sobre este processo, a primeira a ser considerada está no fato das diretrizes neoliberais passarem a reconhecer a existência da produção da pobreza, o que só fora possível diante do contexto específico em que a economia mundial vinha se desdobrando, caracterizada pela de crise sistêmica do capitalismo e pela consequente crise do modelo de desenvolvimento vigente, ou o que Medeiros (2007), Carcanholo (2014) e Baruco (2015) simplesmente denominam de ‘crise do neoliberalismo’, “[...] que não conseguiu recuperar o ritmo da acumulação de capital, ao menos para os padrões anteriores, nem para os países centrais, nem tampouco para os países periféricos” (CARCANHOLO, 2011, p.17), onde “[...] justamente sua crise se mostra mais pronunciada, ainda que não se trate de sua derrota” (BARUCO, 2015, p. 28).

Por isso, o quadro que se constituiu com a implantação dos ajustes neoliberais fez com que, os próprios intelectuais e organismos que representavam este pensamento assumissem, de fato, a condição de agravamento do quadro social existente nestes países. Afinal, nas últimas décadas, vários intelectuais, jornalistas, políticos, dentre outros – representantes tanto da direita quanto da esquerda – têm constatado o processo de agravamento das condições de vida dos trabalhadores nesta região:

No Brasil, assim como em qualquer outro país latinoamericano, reformas orientadas pelo mercado foram implementadas com o objetivo de promover o ajuste estrutural na economia. Estas reformas buscaram liberalizar as relações comerciais, desregular as economias e promover políticas de privatização. A crise do endividamento externo dos anos 70 abriu (sic) espaço, nos anos 90, para uma crise cambial. As estratégias de estabilização econômica perseguidas foram centradas na liberalização do controle das taxas de câmbio e no uso de taxas de câmbio fixas. A globalização dos mercados financeiros tem reduzido a capacidade dos Estados nacionais de regular fluxos de capitais financeiros tornando estas economias extremamente vulneráveis às flutuações dos capitais em escala global. [...] As reformas orientadas pelo mercado colocam, no curto prazo, altos custos para as populações urbanas e tendem a acentuar problemas sociais, dado que estas quase sempre implicam em reduzir cortes significativos nos gastos públicos, e na perda de empregos em diversos setores [...] (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 16).

Assim, a visão neoliberal que havia se instituído como hegemonia, viu-se ameaçada pela permanência do processo da crise sistêmica e de suas consequências (desigualdade social, baixa produtividade, endividamento público, entre outras), que após as reformas neoliberais instituídas, mostrava-se asseveradas. Pois, a realidade começara a evidenciar as suspeitas de que, na verdade, as políticas delineadas pela perspectiva neoliberal estariam contribuindo para o agravamento das mazelas sociais, sobretudo, na periferia do capitalismo (MEDEIROS, 2007).

Este cenário, portanto, forçou as próprias instituições compostas de um conjunto de intelectuais de ligação umbilical com os interesses dos grupos dominantes defensores do neoliberalismo a pesquisarem e divulgarem estatísticas e explicações que evidenciavam a pouca eficiência do receituário adotado nas últimas décadas, seguindo assim novas medidas para a permanência de sua legitimação, que seria acrescentar, por exemplo, na sua agenda e ao seu discurso proposições de cunho social (SALAMA; MATHIAS, 2005).

Foi, portanto, a evidência de um cenário caracterizado pela existência de graves problemas sociais e da intensificação destes no continente latinoamericano, diante do ajuste neoliberal na região, que convergiu na adesão às proposições de implementação de cunho social à agenda neoliberal aos países periféricos, realizados certamente através das instituições multilaterais (TEIXEIRA, 2009).

Assim, desde a instituição do Consenso e o reconhecimento da área social nas proposições do projeto neoliberal de desenvolvimento, foram criadas inúmeras reuniões, conferências e congressos que reuniram variadas nações com o intuito de estabelecer campanhas e metas para o enfrentamento da pobreza nos países periféricos. Embora a origem deste processo tenha sido celebrada em setembro de 2000, no qual os líderes de 189 nações de todos os continentes comprometeram-se ao projeto político e econômico ambicioso de combate à pobreza que culminou em um conjunto de proposições estabelecido, que ficou conhecido como ‘os oito objetivos do milênio’⁴⁰, (MATTEI, 2010).

Não obstante, é importante destacar qual a perspectiva contida na proposta da ideologia neoliberal para o enfrentamento dos problemas sociais prevalentes nos países periféricos, pois, assim como confirma Teixeira (2009), o próprio termo ‘redes de proteção social’ abordado no documento contido nos itens 19 e 20 proposto pelo Consenso e expostos acima evidencia a defesa do afastamento da proteção social da responsabilidade do Estado, assim

⁴⁰ *Objetivo 1:* Erradicar a pobreza extrema e a fome. Meta 1: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia. Meta 2: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem fome. *Objetivo 2:* Difundir o ensino primário universal. [...] *Objetivo 3:* Promover a igualdade de gênero e transferir poder às mulheres.[...] *Objetivo 4:* Reduzir a mortalidade de crianças. Meta 5: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos. *Objetivo 5:* Melhorar a saúde materna. Meta 6: Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna. *Objetivo 6:* Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças [...] *Objetivo 7:* Assegurar a sustentabilidade ambiental. [...] Meta 10: Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável. [...] *Objetivo 8:* Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento. Meta 12: Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (inclui-se aqui um compromisso com a boa governança, o desenvolvimento e a redução da pobreza – tanto a nível nacional como internacional). [...] (PNUD, 2003 apud MEDEIROS, 2007, p. 22).

como também traz em seus apontamentos o objetivo central em focalizar as ações na redução da extrema pobreza, indicando ali seu público-alvo, uma vez que se vivencia uma ideologia que busca a eficácia na destinação das despesas públicas, pois privilegia as rentabilidades econômicas e percebe o social enquanto uma derivação secundária de uma boa e correta administração econômica (TEIXEIRA, 2009).

No Brasil, a situação segue uma mesma tendência com a particularidade de que a natureza de seu Estado (correspondente a um país dependente), que produzira um atípico sistema de política social, permitiu uma rápida adequação aos padrões neoliberais, mesmo que o período de organização dos setores populares imediatamente anteriores tenha retardado a adesão do país ao modelo. Assim, as propagações dos organismos multilaterais (BIRD, BID e FMI) trouxeram para a política social brasileira uma rápida e profunda descentralização, privatização e, claro, focalização (PEREIRA, 2000).

Neste sentido, verificou-se nas últimas décadas a instrumentalização das ações e estratégias que compõem os interesses neoliberais dos grupos dominantes por parte dos organismos multilaterais que, por efeito de forte pressão aos Estados empobrecidos impuseram os chamados ajustes estruturais à delineação de um conjunto de ações concretas, dentre as quais se encontram inúmeras políticas sociais (BRAZ; PAULO NETTO, 2006). Observou-se, ao longo das últimas décadas, no âmbito dos governos dos países da região a implementação de 'diversos programas de transferência de renda'⁴¹, tendo estes como objetivo de combater a pobreza através da visão da focalização das ações de política pública. "Esta visão foi fortemente influenciada pelas experiências pioneiras realizadas em países como Brasil e México, ainda em 1996 e 1997, respectivamente" (MATTEI, 2010, p. 7) e que passaram a se expandir no continente desde então.

Diante deste cenário, é possível concluir, de acordo com Ouriques (*informação verbal*), que o atual tratamento dado à questão social brasileira é, na verdade, uma obediência ao direcionamento dominante de cunho neoliberal visto como mais um elemento de perda da

⁴¹ A partir da década de 1990 foram adotadas novas políticas sociais baseadas nas transferências focalizadas de renda, como forma de combater a pobreza e a exclusão social. Neste caso, destacam-se o Programa Fome Zero, no Brasil; o Programa Familiar, na Argentina; o Programa Família em Ação, na Colômbia; o Plano de Alimentação dos Trabalhadores, na Venezuela; o Plano Nacional de Alimentação, no Uruguai; o Programa Chile Solidário, no Chile; o Programa Local de Alimentação, no Equador; e o Programa Oportunidades, no México (MATTEI, 2010, p. 3).

capacidade decisória do Estado na atualidade enquanto uma ‘digestão moral da pobreza’⁴². O que assegura que determinada parcela da população se situe acima da linha da pobreza – por ora beneficiada pelos programas de transferência de renda – balizados na estratégia focalizada da redução da pobreza absoluta, a qual ainda garante em sua contrapartida o caminho para a legitimação de um projeto que estende incondicionalmente o direito à propriedade e à aceitação irrestrita das diferenças no acesso à riqueza e à renda. Desta perspectiva que nasce a defesa da ideia de êxito da experiência contemporânea da realidade brasileira quanto às respostas dadas à esfera social, projeto este considerado referência e progresso por aferir algum tipo de ganho aos pobres, mesmo sem permitir às famílias ultrapassar a linha de pobreza (TEIXEIRA, 2009).

Assim, é possível perceber que por detrás do discurso afiado da luta contra a fome e a pobreza que assolam a realidade do país dos últimos governos – o que tem sido os últimos 25 anos no Brasil – o que há é o ideário neoliberal fundamentado na deslegitimação dos direitos sociais via desresponsabilização do Estado, pois defende uma política social que se distancia de uma perspectiva de direitos e se aproxima de um conservadorismo renovado, priorizando um desenvolvimento social através do discurso do crescimento econômico e da perspectiva do controle das classes populares. Além, obviamente, de que toda esta dinamização apenas reafirma o acordo entre as burguesias (nacional e internacional) para mais uma vez ou constantemente se ratificar e aperfeiçoar a obediência do direcionamento socioeconômico do país, confirmando a sua conformação de dependência, agora renovada e reestruturada para as necessidades atuais diante da crise instaurada na ideologia e na economia burguesa neoliberal.

Neste sentido, ressalva-se nesta análise que os estudos da Teoria Marxista da Dependência permitiram não apenas guiar metodologicamente a pesquisa deste trabalho, mas, para além desse processo, eles viabilizaram a identificação das condições autênticas da realidade socioeconômica do Brasil na atualidade, de asseveramento da dependência e das consequências perversas destes processos quanto à vida dos trabalhadores brasileiros. Contudo, especialmente considerado o objetivo deste estudo a Teoria Marxista da Dependência contribuiu na análise da política social brasileira da contemporaneidade, porque possibilitou demonstrar que a inflexão sofrida pelas políticas sociais no país nas últimas décadas é mais uma comprovação do aprofundamento da dependência do Brasil, já que estas,

⁴² Conceção apresentada pelo professor Nildo Ouriques ao Programa Faixa Livre. Apresentado por Paulo Passarinho no dia 16 de janeiro de 2015.

desde que passaram a compor o pacote de ajuste neoliberal, são direcionadas externamente e, portanto, ratificam a dependência pelo aprofundamento da perda da capacidade decisória do Estado, agora em direcionar os programas sociais do próprio país.

Constata-se, desse modo, a contemporaneidade teórica dos estudos da Teoria Marxista da Dependência, assim como a necessidade de estudá-los e atualizá-los, principalmente diante do processo de complexificação das contradições do capital potencializadas pelo projeto neoliberal de desenvolvimento e pelos últimos despontamentos de sua crise estrutural. Este momento tem sido acompanhado em escala global, já que as consequências da crise e o projeto neoliberal para retomar ao pleno crescimento econômico tem destituído direitos, produzido desempregos e asseverado mazelas em variados países pelo mundo. Ressalva-se a necessidade dos estudos teóricos marxistas sobre a dependência para se observar este processo e a contemporaneidade brasileira frente a este. Como afirma Ouriques e Paiva (2006), na singularidade periférica do Brasil, os marcos da modernização capitalista engendra padrões e regulações bastante distintas dos países centrais, distinção esta que repõem em escala ampliada as contradições da sociedade de classes e, nessa medida, obstáculos e desafios ímpares para luta pelos direitos sociais e sua tradução em termos de políticas sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Machado de Assis dizia que no Brasil existiam dois países, o país oficial e o país real. Ele dizia que o país real é bom, pois revela os melhores instintos, mas o país oficial é caricato e grotesco. Eu acrescento, ele não disse isso, mas eu interpreto: o Brasil real é o Brasil do povo, dos despossuídos; o Brasil oficial é o Brasil dominado pelo mercado e pelo consumo. Então, se Machado nascesse hoje ele veria que a distinção continua, e o país oficial está pior, mais caricato e mais grotesco que no tempo dele, só mudou porque a gente queria ser francês no século XIX, e atualmente a gente quer ser caricatamente, grotescamente norte-americano.

A cultura, para nós, é o primeiro caminho para nossa independência, na busca por nossa identidade, na afirmação do nosso país enquanto nação verdadeira e singular (SUASSUNA, informação verbal⁴³).

Através dos estudos da Teoria Marxista da Dependência é possível analisar a dependência como uma característica estrutural da economia brasileira e, que, à medida que prevalece a lógica de acumulação capitalista, reproduz-se também esta forma de desenvolvimento econômico para o país. O avanço do capitalismo aprofunda esta condição e não o contrário, uma vez que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares, dado que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras (AMARAL, 2006). Neste sentido, o desenvolvimento capitalista (re)produz o aprofundamento da dependência brasileira e de seus condicionantes (transferência de valor, superexploração da força de trabalho e subimperialismo), reproduzindo assim uma realidade socioeconômica conformada por suas especificidades.

Portanto, estudar a realidade socioeconômica do Brasil requer um distanciamento das teorias e arranjos que tendem a reportar a história aos modelos sociais europeus, os quais não conseguem explicar a singularidade pela qual se desenvolve a realidade do país. Neste sentido, estudar suas políticas sociais demanda o mesmo engajamento, recorrer a uma perspectiva teórica que consiga analisar a partir destas especificidades, afinal, os arranjos institucionais destas políticas, que tentem a reproduzir o modelo social europeu, a despeito de sua inequívoca gênese histórica, também serão sempre insuficientes na explicação e no enfrentamento da questão social para as economias dependentes como a do Brasil, como afirmam Ouriques e Paiva (2006).

⁴³ SUASSUNA, Ariano. **Cultura brasileira**. Entrevista concedida ao Canal Brasil, Rio de Janeiro, em 2004.

Em realidades singulares como a brasileira demarcadas pela dependência que são a modernização capitalista engendra padrões e regulações bastante distintas dos países centrais, distinção esta que repõe em escala ampliada às contradições da sociedade de classes e, nessa medida, obstáculos e desafios ímpares para a luta pelos direitos sociais e sua tradução. Sendo assim, o desenvolvimento dependente brasileiro foi erguido concomitantemente a um Estado autocrático, uma burguesia particularista a níveis ímpares mesmo para a realidade capitalista e uma massa excluída e silenciada de quase todo o processo histórico do país. Dessa combinação resultou-se uma economia voltada a atender os interesses privados da burguesia local associados ao capital internacional ‘e um caráter dependente do desenvolvimento das políticas sociais’, o qual se traduziu em funções distintas destas políticas sociais neste país se comparado às experiências europeias onde *sua função social* perde seu caráter redistributivo já que a superexploração da força de trabalho juntamente com a tributação regressiva existente no país sobrecarrega relativamente a socialização dos custos com social à classe trabalhadora, ‘sua função política’ tem se traduzido na imposição de uma coesão majoritariamente através de um poder coercitivo ou tutelado do Estado e, ‘sua função econômica’ praticamente inexistente, já que seu papel consiste apenas em reduzir os custos do valor da força de trabalho e não em garantir um mercado consumidor capaz de absorver a produção interna de mercadorias uma vez que esta se realiza externamente/fora do país.

Por isso mesmo, as políticas sociais, nesta realidade, acabam se traduzindo majoritariamente em assistencialistas, focalizadas e seletivas no enfrentamento da pobreza e da pobreza extrema que, na verdade, estas são juntas as expressões imediatas da questão social brasileira. Portanto, o perfil de política social aqui viabilizado pela dependência é, justamente, o de compensar os problemas sociais desencadeados por esta lógica de desenvolvimento. Este não tem sido apenas o limite da política social existente no Brasil, mas, acima de tudo, o seu campo de possibilidade, sua natureza, o que, na verdade, faz com que a política social em seu caráter conservador no sentido de conservar reproduza o modelo de desenvolvimento existente no país, dependente, criando assim um círculo vicioso.

Diante do aprofundamento da dependência da economia brasileira, advinda da nova rodada de desenvolvimento promovido pelo capitalismo mundial nas últimas décadas, este caráter dependente do desenvolvimento das políticas sociais também tem se intensificado. Afinal, a estratégia neoliberal de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo acabou por

aprofundar a dependência e suas consequências, dada a complexificação dos condicionantes histórico estruturais e conjunturais da dependência frente à necessidade de reverter os problemas de valorização nas economias centrais devido a crise que, nos dias atuais, se afirma mais uma vez e encontra nos países periféricos da América Latina uma fonte de valorização e solução de seus problemas.

Neste sentido, as políticas sociais agora se apresentam como componentes da agenda neoliberal direcionadas aos países periféricos, através das instituições multilaterais para o enfrentamento dos problemas sociais, tendo a pobreza como o maior e imediato problema a ser enfrentado. Contudo, para além de um discurso que busca legitimação do ideário burguês neoliberal em tempos de crise, constata-se deste processo uma contínua permanência dos níveis⁴⁴ de pobreza e a perda da capacidade decisória do Estado no enfrentamento da questão social nestes países, pois agora passa a ser direcionada externamente para obedecer a uma lógica econômica que busca afastar o Estado para com suas responsabilidades sociais e direcioná-lo a uma atuação focalizada, fragmentada e seletiva, centralizada nos programas de transferência de renda, tão em voga na contemporaneidade do continente no embate contra a pobreza fundamentalmente.

A reorientação da política social centrada no combate à pobreza surge dentro deste contexto, com o objetivo de reduzir os efeitos adversos dos ajustes estruturais/neoliberais, tendo esta mudança se estabelecido através da instituição de um novo modelo de política social: o da focalização, o qual envolve a redefinição das responsabilidades entre Estado e a sociedade no encaminhamento prioritário da questão social da assistência, onde a ideia é fortalecer a capacidade dos pobres para lutarem contra a pobreza.

As transformações na configuração da política social têm sido, de forma geral, demarcada pela transição de seu viés universal para um viés de acentuada focalização. No entanto, ao se referir aos países periféricos, onde as políticas sociais são demarcadas pelo seu caráter dependente de desenvolvimento, esta inflexão tem se distinguido. Por um lado, pelos níveis intensificados de adesão aos novos modelos possibilitados pela ausência histórica da constituição de um profundo e forte projeto societário democrático de direitos sociais e, em contrapartida, pelas

⁴⁴ Passados oito anos do referido compromisso político (mais de 60% do tempo estipulado pela ONU), observa-se que na América Latina, tanto as metas de combate à fome como as de combate à pobreza, ainda estão longe de serem atingidas, sendo mais provável que elas dificilmente serão cumpridas, especialmente a partir dos efeitos negativos oriundos de dois fatores conjunturais extremamente relevantes neste campo: a crise alimentar de 2007 e 2008 e a crise financeira pós 2008 (MATTEI, 2010, p. 5).

intensas imposições realizadas, essencialmente, pelas instituições multilaterais, dos programas sociais que buscam atuar junto aos extremos da população às camadas mais pauperizadas via, primordialmente, os programas de ‘transferência monetária’ caracterizados pelas quantias irrisórias e asseguradas por condicionalidades. Paralelamente a este processo, existe a intensificação da superexploração da força de trabalho e a perda dos direitos sociais que afetam diretamente a vida da grande massa dos trabalhadores da realidade periférica todo um pacote de medidas que compõe o modelo de desenvolvimento neoliberal imposto aos países do continente latinoamericano.

Diante deste cenário, é possível assinalar que no Brasil a situação segue a mesma tendência, pois a inflexão sofrida pelas políticas sociais no país nas últimas décadas não apenas reproduz seu ‘caráter dependente de desenvolvimento’, mas, concomitantemente a este processo, acaba por afirmar, na verdade, a sujeição ao direcionamento dominante de cunho neoliberal, o que comprova igualmente o aprofundamento da dependência do país. O fato das políticas sociais passarem a ser direcionadas externamente identifica mais um elemento de perda da capacidade decisória do Estado na atualidade - agora em direcionar os programas sociais do próprio país.

Na contemporaneidade brasileira as políticas econômicas e sociais operam em conjunto dentro de uma lógica totalizante a favor da transferência de valor internamente produzido, da intensificação da superexploração da força de trabalho, do atendimento mínimo das necessidades humanas e no apassivamento das lutas populares.

Do outro lado, a possibilidade de universalização das políticas sociais no Brasil se distancia pela dificuldade da historicidade concreta desta em se realizar, dado os limites estruturantes que a dependência tende a condicionar o país e pela própria conjuntura histórica imposta pelo modelo neoliberal de desenvolvimento o qual nega qualquer característica universalizante.

Contudo, é necessário reafirmar as possibilidades de lutas no campo político dentro da realidade periférica brasileira, por isso que Paiva e Ouriques (2006, p. 167) afirmam a necessidade, mesmo diante da crítica sobre os limites das políticas sociais, de “[...] não perder de vista as tarefas que a construção da soberania dos povos e países da América Latina impõem: a plena socialização da riqueza e o exercício do poder, nos seus níveis políticos, culturais, econômicos e sociais”. Assim, nas trilhas abertas pela luta dos povos latino-americanos em direção à emancipação humana, a análise crítica das políticas sociais tem como

horizonte a realização de uma práxis teórica e política potencializada pelas estratégias organizativas populares de pertencimento a um projeto coletivo de classe, radicalmente democrático, portanto revolucionário e anticapitalista, sempre orientado por seu compromisso emancipatório e liberador, pela práxis e pelas ideias que divulgavam e defendiam a liberação e constituição da Pátria Grande, para dizê-lo com Bolívar, ou de uma Segunda Emancipação, com Mariátegui, esse deve ser o horizonte da luta a ser construída.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA. 2012. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BANCO MUNDIAL. **Vozes dos pobres: Brasil**. Relatório Nacional. 2000. Disponível: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21436461~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:3817167,00.html>>. Acesso em: 04 jun. 2015.
- BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. América Latina: pensamento social e aprofundamento da inserção dependente no capitalismo contemporâneo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 1-24, jun./set. 2015.
- BATISTA JUNIOR, Paulo N. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: EdUSP, 1994.
- BERING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BONENTE, Bianca Imbiriba; CORREA, Hugo Figueira. Sobre o discurso do desenvolvimento e o desenvolvimento do discurso econômico. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, p. 35-56, 2009.
- BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRAZ, Marcelo; PAULO NETTO, José **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90.** 2002. 211 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova CEPAL dentro do Consenso de Whashington. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 26, n. 49, p.133-161, 2008.

_____. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.9-23, jul./dez. 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias.; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. Pós-modernismo e Neoliberalismo: duas facetas ideológicas-políticas de uma pretensa nova era. **Lutas sociais (PUCSP)**, São Paulo, v.21/22, n.1, p.9-23, jul./dez. 2009.

_____. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v.11, n.01, jan./abr.2013.

_____. Desafios e perspectivas para a América Latina do Século XXI. **Argumentum**, Vitória, v. 6, p. 6-24, 2014.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: socialliberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, São José dos Campos, v. 11, n. 31, p. 1-21, 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Déficit de trabalho decente no Brasil. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: Cepal, 2008. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/publicacoes/emprego/Cap2.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Julio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego**. 2009. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analised/especiais.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

DRAIBE, Sônia M. **As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas para a década de 90**. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Brasília: IPEA, 1990.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-150, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência social. São Paulo: Cortez, 1991.

FLORESTAN, Fernandes. **Sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. **A Teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de um conceito. 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. Superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org). **Desenvolvimento de dependência**: cátedra Rui Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p.145-166.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. El Estado de Contrainsurgencia. **Cuadernos Políticos**, México, n. 18, p. 21-29, oct./diciem.1978. Disponível em: <http://www.marinescritos.unam.mx/016_contrainsurgencia_es.htm>. Acesso em: 23 jul. 2008.

_____. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STÉDILI, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATTEI, Lauro. **Notas sobre programas de transferência de renda na América Latina**. Instituto de Estudos Latino-Americanos/Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Texto para discussão. Florianópolis. Disponível em: <http://www.iela.cse.ufsc.br/uploads/docs/158_texto10.lauro.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2014.

MEDEIROS, João Leonardo Medeiros. Vazio ideológico e tragédia social: o neoliberalismo em crise. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 7-34, dez. 2007.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **A Natureza do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NUNES, Larissa V.; TEIXEIRA, Solange M. O Sistema de proteção social brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais: universalidade, focalização ou seletividade? **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 40, p.154-175, jan./jun. 2014.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E.; SOTELO, V. A. (Org.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

OURIQUES, Nildo Domingos; PAIVA, Beatriz Augusto de. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte. **Katályses**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166-175, 2006.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria 'concessão-conquista'. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 97, mar. 1997.

PASTORINI, Alejandra. As políticas sociais e o serviço social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, José. FHC e a política social: um desastre para a massa dos trabalhadores. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999. p.75-90.

_____. A Questão social na América Latina. In: GARCIA, M.L.T; RAIZER, E.C. (Org.). **A Questão Social e as Políticas Sociais no contexto latino-americano**. Vitória/ES: EDUFES, 2012. p. 83-111.

_____. Brasil: crise financeira ou fiscal? **Correio da Cidadania**, São Paulo, 19 jun. 2015. Disponível em:

<http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10871:brasil-crise-financeira-ou-fiscal&catid=72:imagens-rolantes>. Acesso em: 07 ago. 2015.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

RAICHELIS, Raquel. **Desafios da gestão democrática das políticas sociais**. Módulo 3. Brasília: CFESS, 2000.

SALAMA, Pierre; MATHIAS, Gilberto. **O Estado super desenvolvido**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Abertura e pobreza, qual abertura? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 17, p. 7-32, dez. 2005.

SALVADOR, Evilásio. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p.123-152.

SANTOS, Theotônio. **A teoria da dependência: balanço e perspectiva**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI). Disponível em: <<https://siafi.tesouro.gov.br/senha/public/pages/security/login.jsf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

SOARES, Laura T. Ribeiro. O impacto do ajuste sobre a política social: o desmonte e as propostas de 'reformas'. In: _____. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.171-185.

TEIXEIRA, Rafael Vieira. **Para uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea**. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Políticas Sociais no Brasil: a histórica (e atual) relação entre o 'público' e o 'privado' no sistema brasileiro de proteção social. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 13, n. 2, p. 45-64, 2007.

VIANNA, Maria Lucia T. Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.